



# Diário Oficial

## Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 3917

Sábado - 16 de Julho de 2022

Florianópolis/SC

### Sumário

# EDIÇÃO EXTRA

#### Municípios

##### Associações

AMAI.....	2	AMERIOS.....	7	FECAM .....	10
AMAVI.....	7	AMMVI .....	8	AMEOSC.....	25

##### Consórcios

CINCATARINA .....	26
CIS/AMARP .....	57
CIS/AMOSC.....	57
CIS/AMVI .....	59
CISAMAVI .....	128
CVC.....	129
CIGAMVALI.....	130
CIS/AMERIOS .....	131
CONSAD .....	132



Associações

AMAI

HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA PROCESSO SELETIVO 14-2022

Publicação Nº 4041090

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI  
Xanxerê / SANTA CATARINA  
LISTA DE HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2022 DE 27 DE MAIO DE 2022

Registra-se de **FORMA OFICIAL**, a classificação geral dos candidatos, em ordem decrescente de acertos, com média igual ou superior a cinco (5,0).

AUXILIAR PRÁTICO DE TOPOGRAFIA									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
NÃO HOUVE APROVADOS									
Class.									

ENGENHEIRO CIVIL									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0028	MICHELE ANDRIOLI	3,08	2,04	1,20	0,54	6,86	4,00	5,72	APROVADO(A)
0037	VANUZA LORENZET BONETTI	3,08	1,02	0,90	0,72	5,72	5,00	5,43	APROVADO(A)
0017	NAYARA CRISTINA ROSSINI SANGALLI	1,76	2,04	1,50	0,36	5,66	5,00	5,40	APROVADO(A)
0029	LEANDRO SLAVIERO	1,76	1,36	1,50	0,72	5,34	4,00	4,80	APROVADO(A)
0022	DARLAN EDUARDO PRETTO	3,52	1,36	1,80	0,90	7,58	0,00	4,55	APROVADO(A)
0048	LARISSA VENDRUSCOLO	3,08	2,38	1,20	0,54	7,20	0,00	4,32	APROVADO(A)
0003	JEAN HENRIQUE CRESTANI	2,64	1,70	1,50	0,72	6,56	0,00	3,94	APROVADO(A)
0038	JONAS CAVARZZAN	2,20	1,70	1,20	0,72	5,82	0,00	3,49	APROVADO(A)
0019	ACÁCIO GUERREIRO	3,52	0,34	1,20	0,54	5,60	0,00	3,36	APROVADO(A)

ENGENHEIRO ELETRICISTA									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	TÍTULOS	Total	Situação
0039	ELITON SUTIL	3,08	1,02	1,50	0,90	6,50	4,00	5,50	APROVADO(A)
0036	ALEXANDRO WERLE	2,64	2,38	0,90	0,90	6,82	0,00	4,09	APROVADO(A)
0013	ANDRÉ FELIPE PRONER	2,20	1,70	1,20	0,54	5,64	0,75	3,68	APROVADO(A)
0015	MATHEUS ALENCAR DA RESSURREIÇÃO SILVA	2,20	1,70	1,80	0,18	5,88	0,00	3,53	APROVADO(A)
0011	JACKSON ADRIANO RUBAS	2,64	0,34	1,80	1,08	5,86	0,00	3,52	APROVADO(A)
0009	GUSTAVO SERENA SERAFIM	2,64	1,70	0,90	0,54	5,78	0,00	3,47	APROVADO(A)
0042	EDUARDO ROSA DA ROCHA	2,20	1,36	1,50	0,54	5,60	0,00	3,36	APROVADO(A)

Sem mais,  
Registra-se e publica-se,  
Joaçaba, 14 de Julho de 2022.  
**APRENDER.COM**

**ORGANIZAÇÃO APRENDER SC**  
PÁGINA 1

**RESPOSTA À INTERCORRÊNCIAS - HOMOLOGAÇÃO RESULTADO - PROCESSO SELETIVO 14-2022**

Publicação Nº 4041093



**RESPOTAS AS INTERCORRÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2022 DE 27 DE MAIO DE 2022.  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI**

Inscrição	Cargo	Natureza do Recurso
36	ENGENHEIRO ELETRICISTA	Classificação
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>	
<b>Justificativa:</b>	<p>Relativamente à questão de nº 03 do caderno de prova de Engenheiro Eletricista, no qual o recorrente discorda do parecer da banca.</p> <p>A afirmação II diz que: "Interruptor é um dispositivo de manobra (seccionamento) e proteção capaz de atuar tanto na sobrecarga quanto no curto-circuito (constituído de relé térmico e relé eletromagnético)."</p> <p>Analisando a afirmação, concluímos que tanto o disjuntor quanto o interruptor se tratam de dispositivos de manobra, ou seja, dispositivos de seccionamento, apesar da afirmativa do candidato que somente o disjuntor é capaz de proteger contra a sobrecarga, o professor Ademir Cotrin, em seu livro, discorre que os interruptores são capazes de conduzir correntes sob condições anormais especificadas, tais como as de curto-circuitos. Ainda, o artigo fala de suas características de proteção e interrompimento de correntes, logo, é possível aceitar a definição como correta frente à literatura científica. Ainda, diversos modelos de interruptores no mercado tem em sua composição relés, visto seu mecanismo de atuação. Diante do exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se a classificação do candidato no quadro geral conforme já exposto em publicação.</p> <p><a href="https://drb-m.org/av1/COTRIN/6-DISPOSITIVOSEMANOBRAPROTECAOCOMANDOSECCIONAMENTONAQAUTOMATICO.pdf">https://drb-m.org/av1/COTRIN/6-DISPOSITIVOSEMANOBRAPROTECAOCOMANDOSECCIONAMENTONAQAUTOMATICO.pdf</a>  <a href="https://drb-m.org/av1/COTRIN/6-DISPOSITIVOSEMANOBRAPROTECAOCOMANDOSECCIONAMENTONAQAUTOMATICO.pdf">https://drb-m.org/av1/COTRIN/6-DISPOSITIVOSEMANOBRAPROTECAOCOMANDOSECCIONAMENTONAQAUTOMATICO.pdf</a></p>	

Inscrição	Cargo	Natureza do Recurso
13	ENGENHEIRO ELETRICISTA	Classificação
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>	
<b>Justificativa:</b>	<p>Toda a documentação analisada e a pontuação de cada candidato em relação à mesma, está conforme exigência do Edital. Diante do fato, o quadro geral de classificação é correlato com a pontuação apresentada de cada candidato.</p>	

Inscrição	Cargo	Natureza do Recurso
17	ENGENHEIRO CIVIL	Classificação
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>	
<b>Justificativa:</b>	<p>Em resposta ao recurso interposto pela candidata, na qual questiona a retificação do Edital para acrescentar item de pontuação; a forma de envio dos comprovantes de para pontuação dos candidatos; e ainda, requerer os documentos que formam a classificação da candidata aprovada em primeiro lugar, afirma-se:</p> <p>Os critérios para retificação do Edital, notadamente em relação à inclusão do quesito (Item E) <i>experiência mínima de 06 meses em projetos públicos</i>, não afeta a competitividade, tampouco importa em fato novo que mereça a republicação do Edital. Isso porque esse requisito não altera qualquer regra do Edital e mais, consta do Termo de Referência que precede ao Edital.</p> <p>Ademais, eventual prejuízo poderia ser objeto de impugnação antes da realização das provas, porquanto cabe ao candidato o acompanhamento das publicações no site da empresa promotora do certame.</p> <p>Impugna-se o pedido!</p> <p><i>Do envio dos documentos via sedex:</i></p> <p>O envio dos documentos via sedex é uma opção da empresa responsável pelo concurso, haja vista o volume de documentos a serem transferidos.</p> <p><i>Do pedido de comprovação da documentação relativa à classificação da primeira colocada:</i></p> <p>A classificação da candidatada aprovada em primeiro lugar obedeceu rigorosamente os requisitos previstos no Edital.</p> <p>A documentação que comprova a classificação e habilitação da candidata está sob a guarda e responsabilidade da empresa promotora do Teste Seletivo e não será disponibilizada, salvo com expressa autorização da mesma, ou então, mediante determinação judicial.</p> <p>Impugna-se o pedido.</p>	

	Por fim, esclarece que todos os procedimentos para lisura do Processo Seletivo foram adotados pela empresa sendo que está à inteira disposição da Justiça, se for o caso, para qualquer outro esclarecimento.
--	---

Registra-se e publica-se em,  
Joaçaba-SC, 14 de Julho de 2022.  
APRENDER.COM

## RESPOSTAS À INTERCORRÊNCIAS - PROCESSO SELETIVO 14-2022

Publicação Nº 4041086



**RESPOTAS AS INTERCORRÊNCIAS DA PROVA OBJETIVA  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2022 DE 27 DE MAIO DE 2022.  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI**

Inscrição	Cargo	Questão	Solicitação
13   39	ENGENHEIRO ELETRICISTA	01	Contra Gab. Provisório
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>		
<b>Justificativa:</b>	<p>Em análise aos recursos interpostos pelos candidatos em atenção à questão nº 01, afirma-se: O recurso não assiste razão, pois se trata de acessibilidade em instalações elétricas, o que envolve também a segurança. Tomadas com proteção contra contatos acidentais: Visando proteger a criança de colo, ainda bebê, e sem noção dos riscos envolvidos em seus atos, todas as tomadas da residência deverão ser do modelo que só libera a passagem dos pinos pelos orifícios quando todos os orifícios forem tocados ao mesmo tempo, devendo permanecer fechados caso a criança venha a tentar a inserção de algum objeto pontiagudo, evitando-se assim o choque elétrico. Esse sistema é denominado tomada com obturador.</p> <p><a href="https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/cricte/article/view/8783/7492">https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/cricte/article/view/8783/7492</a></p> <p>Pelo exposto, restam <b>INDEFERIDOS OS RECURSOS</b>, mantendo-se a assertiva já publicada anteriormente.</p>		

Inscrição	Cargo	Questão	Solicitação
15	ENGENHEIRO ELETRICISTA	02	Contra Gab. Provisório
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>		
<b>Justificativa:</b>	<p>Em análise ao recurso interposto pelo candidato em atenção à questão nº 02, afirma-se: Indeferido. Trata-se de símbolo literal (9.4) trazido pela NBR 5444/1989.</p> <p><a href="http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/TM249/Material%20de%20aula/NBR_5444-1989_Simbolos_Graficos_para_Instalacoes_Prediais.pdf">http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/TM249/Material%20de%20aula/NBR_5444-1989_Simbolos_Graficos_para_Instalacoes_Prediais.pdf</a></p> <p>Pelo exposto, resta <b>INDEFERIDO O RECURSO</b>, mantendo-se a assertiva já publicada anteriormente.</p>		

Inscrição	Cargo	Questão	Solicitação
48	ENGENHEIRO CIVIL	03	Contra Gab. Provisório
<b>Situação:</b>	<b>DEFERIDO</b>		
<b>Justificativa:</b>	<p>Em análise ao recurso interposto pelo candidato em atenção à questão nº 03, afirma-se: Analisando o referente recurso, a banca decide que o mesmo atende em razão, estando o recurso DEFERIDO.</p> <p>A ligação do vaso sanitário ao tubo de queda é realizada através do TÊ sanitário (alternativa A) e do joelho (alternativa C).</p> <p>Pelo exposto, resta <b>DEFERIDO O RECURSO</b>, anulando-se a questão e pontuando-se para todos do cargo.</p>		

Inscrição	Cargo	Questão	Solicitação
15   27   36	ENGENHEIRO ELETRICISTA	03	Contra Gab. Provisório
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>		
<b>Justificativa:</b>	<p>Em análise aos recursos interpostos pelos candidatos em atenção à questão nº 03, afirma-se: O recurso não assiste razão, pois um disjuntor é um dispositivo eletromecânico, que funciona como um interruptor automático, destinado a proteger uma determinada instalação elétrica contra possíveis danos causados por curtos-circuitos e sobrecargas elétricas. Logo, a definição também é pertinente aos interruptores.</p> <p>Pelo exposto, restam <b>INDEFERIDOS OS RECURSOS</b>, mantendo-se a assertiva já publicada anteriormente.</p>		

Inscrição	Cargo	Questão	Solicitação
22	ENGENHEIRO CIVIL	27	Contra Gab. Provisório
<b>Situação:</b>	<b>INDEFERIDO</b>		
<b>Justificativa:</b>	<p>Em análise ao recurso interposto pelo candidato em atenção a questão nº 27, afirma-se: O recurso não cabe ao candidato, pois não houve outro conflito nesse período no estado com as especificações do enunciado da questão, não havendo prejuízo do candidato na resposta correta, razão pela qual negamos provimento ao recurso.</p> <p>Pelo exposto, resta <b>INDEFERIDO O RECURSO</b>, mantendo-se a assertiva já publicada anteriormente.</p>		

Inscrição	Cargo	Questão	Solicitação
17   13	ENGENHEIRO CIVIL   ENGENHEIRO ELETRICISTA	29	Contra Gab. Provisório
Situação:	DEFERIDO		
Justificativa:	Em análise aos recursos interpostos pelos candidatos em atenção a questão nº 29, afirma-se: Os recursos cabem aos candidatos, sendo a resposta correta a cidade de "Blumenau", por conter erro material, deferimos o provimento dos recursos. Pelo exposto, restam <b>DEFERIDOS OS RECURSOS</b> , anulando-se a questão e pontuando-se para todos os cargos onde a questão se fizer presente.		

Registra-se e publica-se em,  
Joaçaba-SC, 11 de Julho de 2022.  
APRENDER.COM

**AMAVI****RESOLUÇÃO DIR Nº 11/2022**

Publicação Nº 4041022

RESOLUÇÃO DIR Nº 011/2022

Institui a Comissão Permanente da Seleção Ampla nº 02/2022 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) e dá outras providências.

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), no uso de suas atribuições estatutárias, estabelece:

Art. 1º Fica autorizada a realização de seleção ampla para a execução da reforma da sede da AMAVI – Bloco 02.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Permanente da Seleção Ampla nº 02/2022, formada pelos servidores:

- Mariane Fernandes da Rosa - Analista de Compras e Licitações
- Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli - Contadora e RH
- Jamile Rosa Amaral - Auxiliar Administrativa
- Walcy Mees da Rosa - Secretária Administrativa
- Walter Dalpiaz Junior – Engenheiro Civil

Art. 3º Caberá à Analista de Compras e Licitações, Mariane Fernandes da Rosa, a presidência dos trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Sul, 11 de julho de 2022.

José Constante  
Presidente da AMAVI

**AMERIOS****RESOLUCAO 14.2022**

Publicação Nº 4041329

RESOLUÇÃO Nº 014/2022/AMERIOS

CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS - no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social da AMERIOS,

RESOLVE

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias com abono de 1/3 para a empregada CRISTIANE MARTIM, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021, a contar de 18/07/2022 a 01/08/2022, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e registre-se na CTPS.

Maravilha/SC, 15 de Julho de 2022.

DIRCEU SILVEIRA  
Presidente da AMERIOS  
Prefeito de Modelo

**AMMVI****CONTRATO 23/2022**

Publicação Nº 4040371

**CONTRATO 23/2022**

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU – AMVE, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa OLHARTE COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.508.739/0001-01, com endereço à Rua Arthur Mantau, 414, Galpão, Salto Weissbach, Blumenau, CEP: 89.032-255, neste ato representado pela Sr. \_\_\_\_\_o \_\_\_\_\_ó\_\_\_\_\_r\_\_\_\_\_, inscrito no CPF: \_\_5.9\_\_\_.9-\_\_6, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para Prestação de Serviços, regendo-se a presente relação jurídica pelas cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de sinalização interna e externa para o edifício sede da CONTRATANTE de acordo com as especificações estabelecidas na proposta encaminhada datada de 30/06/2022.

1.2. Este contrato vincula-se a proposta de orçamento nº 003286 datado de 30/06/2022, para todos os fins de direito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO:**

2.1. O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato e se estende por até 30 (trinta) dias.

2.2. O CONTRATADO também se responsabilizará se for constatado defeito/vício na prestação do serviço.

2.3. O fornecimento e instalação do produto deverá ser efetuado conforme a necessidade do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1. Os valores para o fornecimento e instalação dos produtos estão especificados na proposta nº 003286, orçado em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

3.2. O valor do Contrato à base dos preços propostos e aprovados estão informados na proposta, e após apuração deverá a CONTRATADA providenciar boleto bancários para os respectivos pagamentos.

3.3. A aceitabilidade dos serviços deverá ser avaliada pelo gestor do contrato conforme estipulado e estará condicionada à correta execução, ao acompanhamento e atestação dos serviços e aos relatórios de controle da qualidade.

3.4. Os pagamentos serão efetuados por meio de medições dos serviços efetivamente executados, mediante aprovação pelo Gestor do Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

4.1. O pagamento será efetuado em cinco parcelas de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), a contar da finalização dos serviços definido pelo gestor do contrato, com data de vencimento em seis de agosto, vinte e um de agosto, cinco de setembro, vinte de setembro e cinco de outubro. Todos os pagamentos estão condicionados ao atesto da Nota Fiscal e aos boletos, que deverão ser enviados eletronicamente para o e-mail financeiro@amve.org.br e devidamente conferidas e aprovadas pelo gestor deste contrato, com liquidação da despesa e fornecimento de boleto bancário pelo CONTRATADO.

4.2. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS:**

5. As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do Orçamento Anual da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO:**

6.1. A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

6.2. Delegado atribuição ao empregado da CONTRATANTE \_\_\_\_\_E \_\_\_\_A\_\_ e-mail: comunicacao@amve.org.br para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

6.3. Fica estabelecido como preposto da CONTRATADA, a Sra. M\_\_\_\_\_a \_\_\_\_\_r\_\_\_\_\_e \_\_\_\_s S\_\_\_\_\_ T\_\_\_\_e, que será responsável em coordenar a execução do contrato.



**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

7. A presente contratação funda-se no Código Civil, CDC e no artigo 6º, da Resolução 12/06, e alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

8. A CONTRATADA responsabiliza-se:

- I - Executar com perícia os serviços contratados, obedecendo as especificações técnicas, instruções adotadas pelo CONTRATANTE e determinações por escrito do gestor do contrato, bem como responsabilizar-se pela transporte e instalação durante o prazo estabelecido;
- II – A cumprir com as exigências legais para transporte, instalação, disposição de resíduos e fornecimento do produto, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.;
- III - A CONTRATADA, responderá, exclusivamente, pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato;
- IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, caso for.

**CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO:**

9.1 O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie quando:

- 9.1.1. Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução dos fornecimentos objeto do presente Instrumento de Contrato sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;
- 9.1.2 Dissolução ou liquidação ou ter sido decretado à falência da CONTRATADA, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial;
- 9.2. Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização;
- 9.3 Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE;
- 9.4. Quaisquer que sejam as hipóteses de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes.
- 9.5. Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA- DAS PENALIDADES**

10. Parágrafo Único - A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

11.1. As partes elegem o foro da comarca de Blumenau/SC, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios envolvendo este contrato.

11.2. As Partes envolvidas neste instrumento afirmam e declaram que esse poderá ser assinado eletronicamente com fundamento no Artigo 10, parágrafo 2º da MP 2200-2/2001, e do Artigo 6º do Decreto 10.278/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis. Consigna-se no presente instrumento que a assinatura tem plena validade em formato eletrônico, sendo equiparado a documento físico para todos os efeitos legais, reconhecendo e declarando os signatários que a assinatura deste Contrato em meio eletrônico é apta a comprovar autenticidade, autoria, integridade e validade jurídica do instrumento ora firmado, e conferir-lhe pleno efeito legal, como se documento físico fosse. Assim sendo, todas as assinaturas apostas a este instrumento em meio eletrônico, na forma prevista nesta Cláusula, têm plena validade e são suficientes para a autenticidade, integridade, existência e validade deste contrato. As Partes renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, assinado pelas partes contratantes para os fins de direito.

Blumenau/SC, 04 de julho de 2022.

____O M____ _A____ _R _E _U _R____ ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU – AMVE	____O _I____ _O _E____ _I _A____ OLHARTE COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI
---	---

\_\_\_\_E \_A\_\_\_\_  
GESTORA DO CONTRATO

**FECAM****CONTRATO FECAM N. 03/2022**

Publicação Nº 4040857

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 005/2022

CONTRATO n. 03/2022

Contrato de prestação de serviços de organização e realização do X Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, que entre si celebram a FECAM e LEMONADE STUDIO DE EVENTOS.

**As Partes:**

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala 1310, Bairro Canto, CEP 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, inscrita no CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. Jorge Luiz Koch, e pela sua Diretora Executiva, a Sra. Sisi Blind; e

CONTRATADA: LEMONADE STUDIO DE EVENTOS, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 39.531.846/0001-93, com sede na Servidão Antônio Jaques, n. 32, Bairro Lagoa da Conceição, Florianópolis, SC, neste ato representada pela sua proprietária, a Sra. Yana Monguillott Silva,

Têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pelas cláusulas e condições dispostas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento objetiva normatizar a contratação de serviços especializados para organização e realização do X Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, que será realizado nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2022, no município de Ibirama, SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 No âmbito da presente contratação, a CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços discriminados na Proposta Comercial anexa, bem como se responsabiliza pela execução das seguintes ações:

2.1.1 Disponibilizar na internet as inscrições dos interessados em participar do evento, providenciando o recolhimento dos respectivos valores para o pagamento das despesas conforme as estimativas pactuadas entre as partes (vide planilha anexa);

2.1.2 Providenciar a contratação e respectivo pagamento de produtos e serviços de terceiros, necessários à perfeita execução do objeto contratual.

2.1.2.1 O total das despesas com pagamento de produtos e serviços de terceiros, bem como com a remuneração da CONTRATADA, serão realizadas em observância ao limite de receita total estimada (R\$ 30.000,00), proveniente das inscrições dos participantes e apoiadores/patrocinadores.

2.1.2.2 Na condição de responsável pela contratação e pagamento de produtos e serviços de terceiros, bem como de recolhimento dos valores referentes às inscrições, a CONTRATADA fica autorizada a movimentar as receitas por ela recolhidas exclusivamente para o pagamento dos fornecedores, respeitando o equilíbrio financeiro fixado na planilha de estimativas de despesas previamente pactuada entre as Partes.

2.1.3 Os produtos e serviços deverão ser contratados respeitando a legislação de regência no que se refere aos aspectos tributários e de segurança do trabalho, sendo admitida somente a contratação de fornecedores regularmente constituídos mediante emissão de nota fiscal, tendo por compradora/tomadora a CONTRATADA.

2.1.4 A CONTRATADA desde já assume total responsabilidade por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

2.1.5 A CONTRATADA fica responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do contrato.

2.1.6 Fica sob responsabilidade da CONTRATADA informar-se sobre a necessidade de emissão de alvará pelo órgão competente local e providencia-lo em tempo hábil para a realização do evento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1 Para a perfeita execução do objeto do contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a:

3.1.1 Assegurar o livre acesso da CONTRATADA a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como informar instruções para a realização dos mesmos;

3.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos do contrato;

3.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

3.2 Na hipótese de o total efetivo de receitas ficar aquém do montante estimado, de modo a não cobrir as despesas efetivas, será responsabilidade da CONTRATANTE arcar com a diferença até o limite total de despesas estimado.

**CLÁUSULA QUARTA – PRESTAÇÃO DE CONTAS**

4.1 Finalizado o evento, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a prestação de contas, a qual consistirá:

4.1.1 Planilha com dados detalhados sobre total de participantes, arrecadação originada de inscrições e de qualquer outra fonte de recursos; relação de despesas por fornecedor/contratado/tributos acompanha de comprovante fiscal de pagamento ou guia de recolhimento no caso de tributos.

4.1.2 Registro fotográfico dos principais produtos e serviços contratados sendo efetivamente utilizados no evento.

4.2 No caso de a receita superar as despesas, o valor resultante da diferença deverá ser repassado à CONTRATANTE, como requisito indispensável à aprovação da prestação de contas.

4.3 Despesas declaradas sem comprovação de documento fiscal ou equivalente não poderão compor o rol de despesas para fins de prestação de contas.

4.4 A aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE é condição indispensável para o pagamento da remuneração da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA: REMUNERAÇÃO

5.1 Em razão dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), em parcela única, até 5 (cinco) dias úteis após à aprovação da prestação de contas a ser apresentada pela CONTRATADA, juntamente com a respectiva nota fiscal de serviços.

5.1.1 No valor a ser pago à CONTRATADA, a título de remuneração, estarão inclusas todas as despesas com tributos de natureza qualquer.

5.1.2 O pagamento será efetivado mediante depósito na conta corrente n. 44218392-5, agência 0001 do Banco Nu Pagamentos S.A (260), alternativamente via PIX 39531846000193, sendo o respectivo comprovante instrumento de quitação bastante.

#### CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICIDADE

7.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO

8.1 Rescindir-se-á o presente contrato unilateralmente por qualquer das partes, independentemente de aviso ou interpelação de qualquer espécie, se verificada qualquer infração contratual, em especial, o não cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais ou seu cumprimento irregular.

8.2 O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente por quaisquer das partes, desde que haja motivo justificável e notificação à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.3 Independentemente do motivo da rescisão unilateral, as partes assumem o compromisso de quitar as obrigações já iniciadas.

#### CLÁUSULA NOVA: VIGÊNCIA

9.1 A vigência do presente contrato inicia na data em que as partes o firmaram, se exaurindo com a aprovação da CONTRATANTE sobre a prestação de contas a ser apresentada pela CONTRATADA e efetivo pagamento da remuneração pactuada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 A inexecução, bem como a execução em mora, de qualquer das cláusulas previstas neste contrato pela CONTRATADA, implica em multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da remuneração, sem prejuízo de indenização suplementar até o limite do prejuízo sofrido pela CONTRATANTE, além de 1% (um por cento) de juros de correção monetária calculada pro rata die com base no IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

11.1 As partes convencionam que não há vínculo empregatício entre elas, limitando-se as responsabilidades de ambas ao presente instrumento contratual;

11.2 A CONTRATADA exime a CONTRATANTE de todas e quaisquer despesas, obrigações, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros quaisquer, presentes ou futuros, na forma da legislação em vigor, relativos ao seu pessoal ou terceirizados utilizados na execução dos serviços necessários a execução do objeto deste contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento integral, sem direito a ressarcimento ou regresso de eventual condenação trabalhista que, sob qualquer forma, venha a envolver a CONTRATANTE na relação processual;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO ELEITO

12.1 Elege-se o foro da Comarca de Florianópolis, SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para submeter o presente contrato à análise ou discussão, ou ainda dirimir quaisquer dúvidas e ações dele decorrentes.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo deste instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento do Contrato n. 03/2022 em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, sendo admitido também, sem qualquer prejuízo à validade do presente termo, a utilização de recurso tecnológico de assinatura eletrônica pelas partes e testemunhas.

Florianópolis, SC, 18 de março de 2022.

JORGE LUIZ KOCH  
Presidente da FECAM

YANA MONGUILHOTT SILVA  
Representante legal CONTRATADA

SISI BLINDI  
Diretora Executiva da FECAM

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

2) \_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

**CONTRATO FECAM N. 04/2022**

Publicação Nº 4040868

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 003/2022

TERMO DO CONTRATO n. 04/2022

Termo de Contrato que entre si celebram de um lado a FECAM e de outro a empresa FAVORITA EVENTOS E TURISMO LTDA, para prestação de serviços de produção e organização do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC

As Partes:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 75.303.982/0001-90, sediada em Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. Jorge Luiz Koch, e pela Diretora Executiva, a Sra. Sisi Blind;

CONTRATADA: FAVORITA EVENTOS E TURISMO LTDA, CNPJ 08.938.613/0001-86, estabelecida na Rua Farrapos, 22, sala 01, Bairro Alvorda, CEP 89.825-000, Xaxim, SC, representada neste ato pelo seu sócio -administrador, o Sr. Adriano Ivo Bortolanza;

Têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pelas cláusulas e condições dispostas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 O presente instrumento de contrato tem por objetivo regulamentar a prestação de serviços de empresa especializada na produção, organização, inscrições de participantes e captação de patrocínios e apoios à eventos, para a realização do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC, previsto para ocorrer nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2022, em local a ser definido em comum acordo entre as Partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 A CONTRATADA obriga-se a: apresentar à CONTRATANTE, para fins de análise e aprovação, o escopo/projeto do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC, acompanhado de planilha de dados detalhados sobre estimativas de despesas e de receitas, até 60 (sessenta) dias antes da realização.

2.2 Providenciar a contratação e pagamento da locação do espaço/local selecionado para a realização do evento.

2.3 Criar site do evento na internet para divulgação e inscrições de participantes.

2.4 Providenciar a captação de patrocínios e apoios, bem como a arrecadação destes e demais valores provenientes de inscrições de participantes, sempre os levando a registro de forma detalha para fins de prestação de contas à CONTRATANTE.

2.5 Responsabilizar-se em relação à contratação e pagamento de todos os serviços e produtos necessários à perfeita realização do evento, inclusive sua divulgação.

2.6 Responsabilizar-se por todos os tributos incidentes sobre os serviços e produtos contratados, inclusive eventuais encargos trabalhistas, eximindo a CONTRATANTE, desde já, de quaisquer corresponsabilidades.

2.7 Instruir os profissionais envolvidos na montagem, organização, realização e desmontagem do evento, quanto à prevenção de acidentes e incêndio, assumindo, também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho no caso de ocorrência de sinistro.

2.8 Providenciar a imediata troca de qualquer material ou equipamento julgado inadequado ou que não atenda às necessidades do evento.

2.9 Responder por quaisquer danos causados direta e indiretamente a bens materiais e imateriais de propriedade da CONTRATANTE, ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados/profissionais contratados.

2.10 Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

2.11 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

2.12 Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando eventuais falhas imediatamente após a verificação.

2.13 Indicar formalmente preposto, visando estabelecer contatos com o representante/fiscal da CONTRATANTE.

2.14 Substituir definitivamente, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para a execução dos serviços contratados.

2.15 Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do serviço. Prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte da CONTRATANTE, durante a fase de planejamento do evento, se for o caso.

2.16 Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

2.17 Manter limpo o local em que forem realizados os serviços de instalação de quaisquer dos itens contratados, efetuando, tanto a limpeza grossa quanto a fina, diariamente, bem como providenciar a limpeza geral de entrega do espaço locado.

2.18 Responsabilizar-se por todo o tipo de transporte de material, ferramentas, funcionários, palestrantes e equipamentos para o local do evento.

2.19 Cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e observar as datas, horários e local de realização de cada serviço constante do cronograma do evento.

2.20 Responsabilizar-se pela equipe de funcionários, bem como pelo material necessário para a realização dos serviços.



- 2.22 Acatar a fiscalização da CONTRATANTE levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim, cuja solicitação atender-se-á imediatamente, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.
- 2.24 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 2.25 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato a ser firmado, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.
- 2.26 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, eventuais acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em virtude de casos fortuitos que eventualmente surgirem na época de realização do evento.
- 2.27 Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- 2.28 Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução do contrato, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito horas).
- 2.29 Providenciar em tempo hábil a regularização do local de realização do evento no que concerne às normas de segurança, sanitária e outras exigidas pelo Poder Público para fins de emissão de todas as licenças de alvará e contratação de seguro.
- 2.30 Elaborar relatório final da realização do evento, acompanhado de planilha detalhada de despesas e receitas e respectivos comprovantes fiscais para fins de prestação de contas à CONTRATANTE, até 25 (vinte e cinco) dias após o encerramento do evento.
- 2.31 Transferir à CONTRATANTE, no prazo de até 15 (quinze) dias após a aprovação desta sobre a Prestação de Contas do evento, valor equivalente a 20% (vinte por cento) do superávit resultante da diferença entre o total de receitas e o total de despesas, independentemente de eventuais inadimplências no concernente às inscrições dos participantes, patrocínios e apoios.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1 A CONTRATANTE obriga-se a: prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.
- 3.2 Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, quando se fizer necessário, desde que estejam identificados.
- 3.3 Designar gestor para acompanhamento e fiscalização do contrato e atestar a execução dos serviços.
- 3.4 Verificar a preparação dos ambientes e a disponibilização dos equipamentos antes do início dos eventos.
- 3.5 Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste CONTRATO, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.
- 3.6 Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços.
- 3.7 Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou terceirizado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.
- 3.8 Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- 3.9 Realizar a divulgação do evento.
- 3.10 Contratar com patrocinadores e apoiadores captados/intermediados pela CONTRATADA, quando necessário devido a exigências da fonte pagadora, desde que os termos do respectivo contrato sejam razoáveis e eventual atraso no pagamento ou inadimplência não afete o quantum do resultado líquido do evento pertencente à CONTRATANTE (20%).
- 3.10.1 Os valores efetivamente arrecadados pela CONTRATANTE, decorrentes dos contratos firmados nos termos do Item 3.10 supra, deverão ser computados como receita do evento, e serão relacionados como tal na prestação de contas.

#### CLÁUSULA QUARTA – ORÇAMENTO

- 4.1 O orçamento do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC consistirá no plano estratégico elaborado pela CONTRATADA, visando estabelecer em planilha própria todas as estimativas de receitas e despesas com a realização do evento, podendo ser utilizada de base relatórios de eventos correspondentes de anos anteriores.
- 4.2 A execução do orçamento estará condicionada à aprovação prévia da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO

- 5.1 A remuneração da CONTRATADA consistirá, exclusivamente, no valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita líquida, proveniente da venda de estandes, inscrições de participantes e patrocínios, descontadas todas as despesas com a realização do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC.
- 5.2 O valor equivale aos 20% (vinte por cento) restantes de receita líquida proveniente da venda de estandes, inscrições de participantes e patrocínios, descontadas todas as despesas com a realização do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS - COMAC, pertencerão à CONTRATANTE.
- 5.3 Por se tratar de contrato de resultado, a CONTRATADA assume total responsabilidade por todas as despesas, e em hipótese alguma a CONTRATANTE será obrigada a dispender recursos financeiros para a realização do evento.

#### CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 A vigência do Contrato se estenderá pelo período iniciado na data em que as partes o firmarem até o dia 30 de setembro de 2022, sendo admitida a sua prorrogação no caso de atraso na perfectibilização do negócio jurídico estabelecido entre as Partes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 7.1 No prazo de até 25 (vinte e cinco) dias após o encerramento do evento, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE a prestação de contas do evento, a qual consistirá em:
- 7.1.1 Relatório completo de todas as atividades realizadas no âmbito do evento, acompanhado do respectivo registro fotográfico que possam corroborar, inclusive, com a comprovação da efetiva prestação dos serviços e produtos geradores de despesas do evento.
- 7.1.2 Planilha informativa contendo informações detalhadas sobre as despesas e as receitas.
- 7.1.3 Apresentação de notas fiscais, recibos, contratos, guias de recolhimento de tributos que corroborem as informações sobre despesas.
- 7.2 A CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias, analisará a prestação de contas e se manifestará acerca da aceitação ou recusa,

solicitando à CONTRATADA os esclarecimentos necessários que por ventura se fizerem necessários.

7.2.1 No prazo de até quinze dias após a emissão do aceite/aprovação da CONTRATANTE sobre a prestação de contas, a CONTRATADA deverá efetivar o pagamento do valor equivalente a 20% (vinte por cento) do resultado financeiro líquido do evento à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato: O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

8.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

8.3 A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade e conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

8.4 O atraso injustificado no início do serviço;

8.5 A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.

8.6 A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

8.7 A impossibilidade de realização do evento em decorrência de pandemia, calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra e interdição do local por quaisquer motivos.

8.7.1 No caso de impossibilidade de realização do evento, nos termos do Item 8.7 supra, fica sob responsabilidade da CONTRATADA providenciar a devolução de valores referentes à inscrições e patrocínios, bem como arcar com as despesas já realizadas, isentando desde já a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades nesse sentido.

8.8 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

#### CLÁUSULA NONA – VALOR DO CONTRATO

9.1 Para fins de apuração de eventuais perdas, danos e multas, atribui-se ao presente Contrato o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

9.2 Falhas na prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, que impossibilitem a realização parcial ou total do evento, resultarão em multa no valor equivalente a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato a favor da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICIDADE

10.1 Considerando a natureza jurídica da CONTRATANTE, e o fato de ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

11.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões do presente instrumento contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A fiscalização por parte da CONTRATANTE, não reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

E, assim por estarem assim justas e acordadas, depois de lido e achadas conforme, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Florianópolis, SC, 17 de março de 2022.

JORGE LUIZ KOCH  
Presidente da FECAM

ADRIANO IVO BORTOLANZA  
Favorita Eventos e Turismo Ltda

SISI BLIND  
Diretora Executiva da FECAM

Testemunhas:

1)	Nome: CPF:	2)	Nome: CPF:
----	---------------	----	---------------

**CONTRATO FECAM N. 05/2022**

Publicação Nº 4040919

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 006/2022  
(contratação mediante Inexigibilidade de Seleção)

CONTRATO n. 05/2022

Contrato de prestação de serviços de apoio técnico na produção de conteúdos audiovisuais, celebrado entre a FECAM e DIORGENES PANDINI (MEI).

As partes:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 75.303.982/0001-90, sediada em Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. Jorge Luiz Koch, e pela sua Diretora Executiva, a Sra. Sisi Blind; e

CONTRATADO: DIORGENES PANDINI (MEI), CNPJ 44.532.534/0001-34, estabelecido na Avenida Hercílio Luz, n. 853, Bairro Centro, CEP 88.020-001, Florianópolis, SC;

Têm entre si justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato serviços de apoio técnico na gravação, produção e edição de vídeos, áudios e fotografias sobre reportagens, entrevistas, tutoriais, palestras e reuniões, utilizando equipamentos de propriedade da CONTRATANTE junto a sua sede ou junto a eventos externos, conforme a necessidade, oportunidade e conveniência da FECAM;

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

2.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

2.1.1 Assegurar o livre acesso do CONTRATADO a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como informar instruções para a realização dos mesmos;

2.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos do Contrato;

2.1.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

2.2 O CONTRATADO compromete-se a:

2.2.1 Executar os serviços objeto do contrato em estrito acordo com o Plano de Trabalho pactuado com a CONTRATANTE;

2.2.2 Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

2.2.3 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do contrato;

2.2.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

2.2.5 Entregar formalmente ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado os relatórios de serviços mensais, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

2.2.6 Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta na execução dos serviços.

2.2.7 Cumprir carga horária semanal presencial de serviços, mínima, de 25 (vinte e cinco) horas junto à sede da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação, o valor mensal, líquido e certo, de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), incluídas todas as despesas com encargos de natureza tributária qualquer;

3.2 Os pagamentos serão efetivados preferencialmente por meio de depósito bancário, na conta corrente n. 18970494-0, agência 0001 do Banco Nu Pagamentos S.A, de titularidade do CONTRATADO, até cinco dias úteis após da correspondente nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

3.3 O valor do contrato poderá ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses de vigência, de acordo com o índice IPCA-IBGE acumulado, ou outro que vir a substituí-lo.

3.4 Quando houver necessidade de deslocamento para a realização de serviços fora da sede da CONTRATANTE, será providenciado reembolso, mediante comprovantes, das seguintes despesas pela CONTRATANTE:

3.5.1 Quilometragem (R\$ 1,00 por cada quilometro rodado com automóvel próprio do CONTRATADO), pedágios, estacionamento; até três refeições por dia (exclusivamente para o titular); hospedagem (quando não providenciada pela CONTRATANTE).

3.5.1.1 As despesas com refeições e hospedagem serão reembolsadas respeitando-se o limite estabelecido em norma específica editada pela CONTRATANTE.

3.5.1.2 No valor pago por quilometragem rodada com carro próprio do CONTRATADO estão inclusas as despesas com a depreciação do automóvel e com combustível, não sendo obrigação da CONTRATANTE ressarcir a CONTRATADA de despesas decorrentes de acidentes de trânsito ou conserto do veículo por quaisquer outros motivos.

**CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO**

4.1 A vigência da presente contratação se estenderá por um período de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 05 de abril de 2022, renovando-se por iguais e sucessivos períodos ante o silêncio das Partes, sendo vedado, no entanto, ultrapassar o prazo total máximo de 60 (sessenta) meses.

4.1.1 As Partes pactuam a possibilidade de rescisão do presente contrato a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer delas, sem a obrigação de pagamento de multa, sendo necessário somente a notificação da parte interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4.2 Constituem motivos para rescisão imediata do presente contrato, independentemente de interpelações judiciais, os seguintes fatos:

4.2.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

4.2.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

4.2.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

4.2.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

4.3 Nenhuma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e não constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro.

4.4 Se a CONTRATADA, por circunstâncias de caso fortuito e/ou força maior, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e ratificar, por escrito, essa comunicação.

4.5 Constatada a ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, serão suspensas pela CONTRATANTE as obrigações que o CONTRATADO ficar impedido de cumprir enquanto perdurar a situação de impossibilidade, inexistindo, consequentemente, por parte da CONTRATANTE, obrigação de remunerar o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUINTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

5.1 O CONTRATADO declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SEXTA - PUBLICIDADE

6.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA SETIMA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

7.1 A CONTRATADA declara estar ciente de que são consideradas informações confidenciais, de propriedade da CONTRATANTE, todas e quaisquer informações e dados, orais ou escritos, de natureza técnica, operacional e comercial, documentos internos, contratos, papéis, estudos, pareceres, pesquisas e respectivos resultados, custos de serviço, custos operacionais da instituição, informações relacionadas aos associados da CONTRATANTE, incluindo senhas, usuários, entre outros, informações relacionadas a contratos com parceiros, informações relacionadas a novos projetos, estratégias da instituição ou inovações em andamento, vídeos, imagens e gravações relacionadas aos colegas e ao ambiente da instituição, processos trabalhistas, estratégias de defesa e demais informações que a CONTRATADA tenha conhecimento em virtude das funções desempenhadas durante a vigência do contrato.

7.1.1 O CONTRATADO compromete-se a guardar sigilo sobre todas e quaisquer informações a que teve acesso por força dos serviços prestados à CONTRATANTE, acessada por quaisquer meios, incluindo verbal, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético. Estas informações podem ser de propriedade da própria CONTRATANTE, relativa às suas atividades cotidianas, desenvolvimento de produtos e contratos, bem como, das associações que compõem à instituição ou a elas relacionadas, parceiros, fornecedores e associados, sem exclusão de outras informações afins.

7.1.2 O CONTRATADO se obriga a não fazer em quaisquer veículos de comunicação, declarações sobre assuntos internos da CONTRATANTE, bem como das associações que compõem a instituição ou a elas relacionadas, de que teve conhecimento em razão do desempenho dos serviços contratados, que violem matéria considerada confidencial pela mesma, que atinjam o seu fim social, direta ou indiretamente ou, ainda, que possam ser desabonadoras para a reputação desta última.

7.1.3 Fica vedado ao CONTRATADO revelar a terceiros qualquer informação que tenha sido obtida por força de suas atividades profissionais e, também, desenvolver ou auxiliar terceiros a desenvolver produtos, métodos ou serviços com base nas mesmas informações.

7.2 As restrições contidas na presente Cláusula excluem informações que, no momento da sua divulgação, já eram anteriormente do conhecimento da outra Parte ou que já eram do domínio público.

7.3 Caso quaisquer das Partes seja obrigada por ordem judicial ou de autoridades públicas com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à outra parte, anteriormente à referida divulgação, para que esta possa tomar as providências que entender cabíveis e necessárias. Neste caso, a parte obrigada judicialmente se compromete a divulgar somente a parte da informação que está sendo requerida, preservando em sigilo os dados que não lhe forem solicitados.

7.4 O compromisso de confidencialidade permanecerá em vigor pelo período de 5 (cinco) anos a partir da data de celebração do presente termo, salvo disposição legal em contrário.

#### CLÁUSULA OITAVA – FORO ELEITO

8.1 As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo deste instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento do Contrato n. 05/2022 em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, sendo admitido também, sem qualquer prejuízo à validade do presente termo, a utilização de recurso tecnológico de assinatura eletrônica pelas partes e testemunhas.

Florianópolis, SC, 05 de abril de 2022.

JORGE LUIZ KOCH  
Presidente da FECAM

DIORGES PANDINI  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



**CONTRATO FECAM N. 06/2022**

Publicação Nº 4041007

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 011/2022  
(contratação mediante Inexigibilidade de Seleção)

CONTRATO n. 06/2022

Contrato de prestação de serviços de assessoria técnica na área de Tecnologia da Informação, celebrado entre a FECAM e SERVERDO SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

As partes:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 75.303.982/0001-90, sediada em Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. Jorge Luiz Koch; e pela sua Diretora Executiva, a Sra. Sisi Blind

CONTRATADA: SERVERDO SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 14.822.675/0001-20, sediada em São José, SC, na Rua Koesa, n. 298, Sala 208, Bairro Kobrasol, Cep 88102-310, representada neste ato pelo seu Sócio-Administrador, o Sr. Thiago Augusto Franz de Castro; Têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato assessoria técnica especializada na área de Tecnologia da Informação, consistentes essencialmente na prestação de serviços voltados à infraestrutura para a migração e gestão de soluções de e-mails e DNS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 A prestação dos serviços dar-se-á através de ações de assessoria técnica executadas pelos técnicos autorizados da CONTRATADA, num total de 25 (vinte e cinco) horas mensais, sendo admitidas horas extraordinárias quando necessário e devidamente justificadas por meio de relatório impresso aprovado pelo coordenador da Área de TI da CONTRATANTE;

2.1.1 O valor de cada hora excedente demandada pela CONTRATADA equivalerá a 1/25 (um vinte e cinco avos) do valor mensal do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

3.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

3.1.1 Assegurar o livre acesso do representante da CONTRATADA a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como proporcioná-lo as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;

3.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos do Contrato;

3.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

3.2 A CONTRATADA compromete-se a:

3.2.1 Executar o serviço objeto do Contrato em estrito acordo com o Plano de Trabalho pactuado com a CONTRATANTE;

3.2.2 Prestar os serviços, seguindo os padrões e metodologias indicadas na proposta de assessoria;

3.2.3 Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

3.2.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do Contrato;

3.2.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

3.2.6 Entregar formalmente ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado os relatórios de serviços mensais, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

3.2.7 Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação, o valor mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), até cinco dias úteis após a apresentação da nota fiscal de serviços corretamente emitida pela CONTRATADA.

4.2 A CONTRATADA declara-se ciente da obrigatoriedade de a nota fiscal ser emitida até o último dia do mês de sua competência.

4.3 O valor do contrato poderá ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses de vigência, de acordo com o índice IPCA-IBGE acumulado, ou outro que vir a substituí-lo.

4.4 Quando houver necessidade de deslocamento para a realização de serviços fora da sede da CONTRATANTE, será providenciado reembolso, mediante comprovantes, das seguintes despesas pela CONTRATANTE:

4.5.1 Quilometragem (R\$ 1,20 por cada quilometro rodado com carro próprio da CONTRATADA), pedágios, estacionamento; até três refeições por dia (exclusivamente para o titular); hospedagem (quando não providenciada pela CONTRATANTE).

4.5.1.1 As despesas com refeições e hospedagem serão reembolsadas respeitando-se o limite estabelecido em norma específica editada pela CONTRATANTE.

4.5.1.2 No valor pago por quilometragem rodada com carro próprio da CONTRATADA estão inclusas as despesas com a depreciação do automóvel e com combustível, não sendo obrigação da CONTRATANTE ressarcir a CONTRATADA de despesas decorrentes de acidentes de trânsito ou conserto do veículo por quaisquer outros motivos.

**CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO**

5.1 A vigência da presente contratação se estenderá por um período de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 01 de junho de 2022, sendo admitida sua prorrogação ante a vontade comum das Partes, formalizada em termo próprio.

5.1.1 As Partes pactuam a possibilidade de rescisão do presente Contrato a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer delas, sem a

obrigação de pagamento de multa, sendo necessário somente notificação da interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.2 Constituem motivos para rescisão imediata do presente Contrato, independentemente de interpelações judiciais, os seguintes fatos:

5.2.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

5.2.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

5.2.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

5.2.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

5.2.5 O pedido de recuperação judicial ou a dissolução da CONTRATADA.

5.3 Nenhuma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e não constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro.

5.4 Se a CONTRATADA, por circunstâncias de caso fortuito e/ou força maior, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e ratificar, por escrito, essa comunicação.

5.5 Constatada a ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, serão suspensas, pela CONTRATANTE, as obrigações que a CONTRATADA, em razão de tais circunstâncias, ficar impedida de cumprir, enquanto perdurar a mencionada situação de impossibilidade, inexistindo, conseqüentemente, por parte da CONTRATANTE, obrigação de remunerar a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICIDADE

7.1 Considerando o fato da CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

8.1 A CONTRATADA declara estar ciente de que são consideradas informações confidenciais, de propriedade da CONTRATANTE, todas e quaisquer informações e dados, orais ou escritos, de natureza técnica, operacional e comercial, documentos internos, contratos, papéis, estudos, pareceres, pesquisas e respectivos resultados, custos de serviço, custos operacionais da instituição, informações relacionadas aos associados da CONTRATANTE, incluindo senhas, usuários, entre outros, informações relacionadas a contratos com parceiros, informações relacionadas a novos projetos, estratégias da instituição ou inovações em andamento, vídeos, imagens e gravações relacionadas aos colegas e ao ambiente da instituição, processos trabalhistas, estratégias de defesa e demais informações que a CONTRATADA tenha conhecimento em virtude das funções desempenhadas durante a vigência do contrato.

8.1.1 A CONTRATADA compromete-se a guardar sigilo sobre todas e quaisquer informações a que tiver acesso por força dos serviços prestados à CONTRATANTE, acessada por quaisquer meios, incluindo verbal, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético. Estas informações podem ser de propriedade da própria CONTRATANTE, relativa às suas atividades cotidianas, desenvolvimento de produtos e contratos, bem como, das associações que compõem a instituição ou a elas relacionadas, parceiros, fornecedores e associados, sem exclusão de outras informações afins.

8.1.2 A CONTRATADA se obriga a não fazer em quaisquer veículos de comunicação, declarações sobre assuntos internos da CONTRATANTE, bem como das associações que compõem a instituição ou a elas relacionadas, de que teve conhecimento em razão do desempenho dos serviços contratados, que violem matéria considerada confidencial pela mesma, que atinjam o seu fim social, direta ou indiretamente ou, ainda, que possam ser desabonadoras para a reputação desta última.

8.1.3 Fica vedado à CONTRATADA revelar a terceiros qualquer informação que tenha sido obtida por força de suas atividades profissionais e, também, desenvolver ou auxiliar terceiros a desenvolver produtos, métodos ou serviços com base nas mesmas informações.

8.2 As restrições contidas na presente Cláusula excluem informações que, no momento da sua divulgação, já eram anteriormente do conhecimento da outra Parte ou que já eram do domínio público.

8.3 Caso quaisquer das Partes seja obrigada por ordem judicial ou de autoridades públicas com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à outra parte, anteriormente à referida divulgação, para que esta possa tomar as providências que entender cabíveis e necessárias. Neste caso, a parte obrigada judicialmente se compromete a divulgar somente a parte da informação que está sendo requerida, preservando em sigilo os dados que não lhe forem solicitados.

8.4 O compromisso de confidencialidade permanecerá em vigor pelo período de 5 (cinco) anos a partir da data de celebração do presente termo, salvo disposição legal em contrário.

#### CLÁUSULA NONA – FORO ELEITO

9.1 As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento do Contrato n. 06/2022 em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, SC, 01 de junho de 2022.

JORGE LUIZ KOCH  
Presidente da FECAM

THIAGO AUGUSTO FRANZ DE CASTRO  
Representante Legal CONTRATADA

SISI BLIND  
Diretora Executiva da FECAM

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

## CONTRATO FECAM N. 07/2022

Publicação Nº 4041019

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 016/2022  
(contratação mediante Inexigibilidade de Seleção)

CONTRATO n. 07/2022

Contrato de prestação de serviços de assessoria e consultoria em estratégias e metodologias de comunicação institucional voltada para aplicativos de mensagens instantâneas, firmado entre a FECAM e JOÃO PAULO NUNES BORGES (MEI).

As partes:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 75.303.982/0001-90, sediada em Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. Jorge Luiz Koch, e sua Diretora Executiva, a Sra. Sisi Blind; e

CONTRATADO: JOÃO PAULO NUNES BORGES (MEI), CNPJ 37.571.107/0001-08, com endereço na Rua São Francisco, n. 141, apartamento 902, Centro, CEP 88.015-140, Florianópolis, SC;

Têm entre si justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente contratação serviços de assessoria e consultoria em estratégias e metodologias de comunicação institucional voltadas para aplicativos de mensagens instantâneas, conforme especificado na proposta comercial anexa e com foco especial sobre a promoção, divulgação, realização e balanço/resultados do CONGRESSO DE MUNICÍPIOS, ASSOCIAÇÕES E CONSÓRCIOS – COMAC a ser realizado nos dias 09, 10 e 11 de agosto de 2022.

### CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços dar-se-á através de ações de assessoria e consultoria executadas na pessoa do contratado, com dedicação de 40 (quarenta) horas mensais de trabalho prestados na forma presencial e/ou a distância, utilizando ferramentas tecnológicas adequadas que permitam o desempenho satisfatório das atividades de assessoria contratadas

### CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

3.1.1 Assegurar o livre acesso do CONTRATADO a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como proporcioná-lo as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;

3.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos do Contrato;

3.1.3 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

3.2 O CONTRATADO compromete-se a:

3.2.1 Executar o serviço objeto do Contrato em estrito acordo com o Plano de Trabalho pactuado com a CONTRATANTE;

3.2.2 Prestar os serviços, seguindo os padrões e metodologias indicadas na proposta de assessoria;

3.2.3 Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

3.2.4 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do Contrato;

3.2.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

3.2.6 Entregar formalmente ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado os relatórios de serviços mensais, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

3.2.7 Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

### CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação, o valor mensal, líquido e certo, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), incluídas todas as despesas com encargos de natureza tributária qualquer;

4.2 Os pagamentos serão efetivados por meio de depósito bancário, na conta corrente 106739-1, agência 5201-1 do Banco do Brasil (001), até cinco dias úteis após a apresentação do respectivo relatório de serviços, se solicitado pela Direção da FECAM, e correspondente nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

4.3 O valor do contrato poderá ser reajustado a cada período de 12 (dode) meses de vigência, de acordo com o índice IPCA-IBGE acumulado,

ou outro que vir a substituí-lo.

4.4 Quando houver necessidade de deslocamento para a realização de serviços fora da sede da CONTRATANTE, será providenciado reembolso, mediante comprovantes, das seguintes despesas pela CONTRATANTE:

4.5.1 Quilometragem (R\$ 1,20 por cada quilometro rodado com automóvel particular), pedágios, estacionamento; até três refeições por dia (exclusivamente para o titular; hospedagem (quando não providenciada pela CONTRATANTE).

4.5.1.1 As despesas com refeições e hospedagem serão reembolsadas respeitando-se o limite estabelecido em norma específica editada pela CONTRATANTE.

4.5.1.2 No valor pago por quilometragem rodada com carro próprio do CONTRATADO estão inclusas as despesas com a depreciação do automóvel e com combustível, não sendo obrigação da CONTRATANTE ressarcir o CONTRATADO de despesas decorrentes de acidentes de trânsito ou conserto do veículo por quaisquer outros motivos.

#### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 A vigência da presente contratação se estenderá por um período de 06 (seis) meses, iniciando-se no dia 15 de junho de 2022, renovando-se por iguais e sucessivos períodos ante o silêncio das Partes, sendo vedado, no entanto, ultrapassar o prazo total máximo de 60 (sessenta) meses.

5.1.1 As Partes pactuam a possibilidade de rescisão do presente Contrato a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer delas, sem a obrigação de pagamento de multa, sendo necessário somente notificação da interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.2 Constituem motivos para rescisão imediata do presente Contrato, independentemente de interpelações judiciais, os seguintes fatos:

5.2.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

5.2.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

5.2.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

5.2.4 O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

5.2.5 O pedido de recuperação judicial ou a dissolução do CONTRATADO.

5.3 Nenhuma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e não constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro.

5.4 Se o CONTRATADO, por circunstâncias de caso fortuito e/ou força maior, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e ratificar, por escrito, essa comunicação.

5.5 Constatada a ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, serão suspensas, pela CONTRATANTE, as obrigações que o CONTRATADO, em razão de tais circunstâncias, ficar impedida de cumprir, enquanto perdurar a mencionada situação de impossibilidade, inexistindo, consequentemente, por parte da CONTRATANTE, obrigação de remunerar o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 O CONTRATADO declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICIDADE

7.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação ampla e irrestrita dos termos do presente Contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA OITAVA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

8.1 O CONTRATADO declara estar ciente de que são consideradas informações confidenciais, de propriedade da CONTRATANTE, todas e quaisquer informações e dados, orais ou escritos, de natureza técnica, operacional e comercial, documentos internos, contratos, papéis, estudos, pareceres, pesquisas e respectivos resultados, custos de serviço, custos operacionais da instituição, informações relacionadas aos associados da CONTRATANTE, incluindo senhas, usuários, entre outros, informações relacionadas a contratos com parceiros, informações relacionadas a novos projetos, estratégias da instituição ou inovações em andamento, vídeos, imagens e gravações relacionadas aos colegas e ao ambiente da instituição, processos trabalhistas, estratégias de defesa e demais informações que o CONTRATADO tenha conhecimento em virtude das funções desempenhadas durante a vigência do contrato.

8.1.1 O CONTRATADO compromete-se a guardar sigilo sobre todas e quaisquer informações a que teve acesso por força dos serviços prestados à CONTRATANTE, acessada por quaisquer meios, incluindo verbal, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético. Estas informações podem ser de propriedade da própria CONTRATANTE, relativa às suas atividades cotidianas, desenvolvimento de produtos e contratos, bem como, das associações que compõem a instituição ou a elas relacionadas, parceiros, fornecedores e associados, sem exclusão de outras informações afins.

8.1.2 O CONTRATADO se obriga a não fazer em quaisquer veículos de comunicação, declarações sobre assuntos internos da CONTRATANTE, bem como das associações que compõem a instituição ou a elas relacionadas, de que teve conhecimento em razão do desempenho dos serviços contratados, que violem matéria considerada confidencial pela mesma, que atinjam o seu fim social, direta ou indiretamente ou, ainda, que possam ser desabonadoras para a reputação desta última.

8.1.3 Fica vedado ao CONTRATADO revelar a terceiros qualquer informação que tenha sido obtida por força de suas atividades profissionais e, também, desenvolver ou auxiliar terceiros a desenvolver produtos, métodos ou serviços com base nas mesmas informações.

8.2 As restrições contidas na presente Cláusula excluem informações que, no momento da sua divulgação, já eram anteriormente do conhecimento da outra Parte ou que já eram do domínio público.

8.3 Caso quaisquer das Partes seja obrigada por ordem judicial ou de autoridades públicas com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à outra parte, anteriormente à referida divulgação, para que esta possa tomar as providências que entender cabíveis e necessárias. Neste caso, a parte obrigada judicialmente se compromete a divulgar somente a parte da informação que está sendo requerida, preservando em sigilo os dados que não lhe forem solicitados.



8.4 O compromisso de confidencialidade permanecerá em vigor pelo período de 5 (cinco) anos a partir da data de celebração do presente termo, salvo disposição legal em contrário.

#### CLÁUSULA NONA – FORO ELEITO

9.1 As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento do Contrato n. 07/2022 em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, SC, 15 de junho de 2022.

JORGE LUIZ KOCH  
Presidente da FECAM

JOÃO PAULO NUNES BORGES  
CONTRATADO

SISI BLIND  
Diretora Executiva da FECAM

#### TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

### CONTRATO FECAM N. 08/2022

Publicação Nº 4040835

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO N.º 017/2022  
(Contratação mediante Inexigibilidade de Seleção)

#### CONTRATO Nº 08/2022

Contratação de serviços para a orientação da implementação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) aos municípios, celebrado entre FECAM e BORBA, PAUSE & PERIN ADVOGADOS.

As partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. JORGE LUIZ KOCH, CPF 342.332.539-91, doravante denominada FECAM; e

CONTRATADO: BORBA, PAUSE & PERIN - ADVOGADOS, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.885.888/0001-05, com sede na Av. Pernambuco, nº 1001, bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, CEP 90.240-004, neste ato representado na forma do seu contrato social por ARMANDO MOUTINHO PERIN, CPF 601.741.370-87, doravante denominado IREE;

Têm entre si, justo e acordado, o presente instrumento, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto da presente contratação:

1.1. A elaboração de minuta de regulamentos da Nova Lei de Licitações (NLL) quanto aos seguintes itens:

1.1.1. Regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos, nos moldes delineados pelo parágrafo 3º do art. 8º da NLL;

1.1.2. Pesquisa de preços;

1.1.3. Sistema de Registro de Preços;

1.2. Elaboração de cartilha visando orientar a aplicação da NLL pelos Municípios de Santa Catarina, contendo o passo-a-passo do processo de implementação da nova lei (orientação procedimental);

1.3. Vídeos-aula contendo tutoriais de implementação de cada um dos itens trazidos pela cartilha (item 2), os quais ficarão disponíveis no site da FECAM e das Associações de Municípios de Santa Catarina.

1.4. Elaboração de modelos de instrumentos: ETP; TR; minutas de editais e contratos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O prazo para a entrega do objeto contratado, com exceção dos referidos no item 1.3, é de até 60 (sessenta) dias após a formalização da contratação.

2.2. No tocante ao cumprimento do item 1.3, deverá o CONTRATADO estar disponível na sede da CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do item 1.2, em data a ser designada de comum acordo entre as partes, para a captação de matéria audiovisual suficiente para a elaboração das vídeo-aulas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

3.1.1. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como proporcioná-la as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;

3.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais;

3.1.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

3.1.4. Realizar a captação e edição do conteúdo audiovisual, às suas expensas, utilizando-se de infraestrutura própria (equipe de captação e edição, estúdio, e etc.), para fins de cumprimento do item 1.3 do contrato.

3.2. O CONTRATADO, durante vigência deste Contrato, compromete-se a:

3.2.1. Executar o serviço objeto do Contrato em estrito acordo com o Plano de Trabalho pactuado com a CONTRATANTE;

3.2.2. Prestar os serviços, seguindo os padrões e metodologias indicadas na proposta de consultoria;

3.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

3.2.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do Contrato;

3.2.5. Sempre que solicitado, prestar informações ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado das atividades desempenhadas, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

3.2.6. Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

3.3. As partes declaram que inexistirá qualquer vínculo de subordinação entre si, não caracterizando a presente contratação qualquer espécie de relação trabalhista, societária, de consórcio ou de parceria.

#### CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes condições:

4.1.1. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no prazo de até 10 (dez) dias da data de assinatura do contrato;

4.1.2. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no prazo de até 10 (dez) dias da entrega integral do objeto contratado, qual seja a entrega dos documentos previstos nos itens 1.1, 1.2 e 1.4, e a captação integral de material audiovisual necessário à elaboração das vídeo-aulas pela equipe interna da CONTRATANTE, para o cumprimento do previsto no item 1.3.

4.2. No valor total estão incluídas todas as despesas com encargos de natureza tributária qualquer;

4.3. Os pagamentos serão efetivados por meio de depósito bancário, em conta corrente de titularidade do CONTRATADO, até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante apresentação de nota fiscal e relatório de atividades desempenhadas no mês de referência.

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E RESCISÃO

5.1 O prazo da presente contratação é de 90 (noventa) dias, considerando os prazos estabelecidos para entrega dos objetos contratados, podendo ser prorrogado por motivo justificado.

5.2. O Contrato somente poderá ser repactuado, seja de forma parcial e/ou total, caso haja a anuência expressa das Partes, mediante o competente aditivo contratual (Termo Aditivo), devidamente assinado pelas Partes.

5.3. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato, independentemente de interpelações judiciais, os seguintes fatos:

5.4.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

5.4.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

5.4.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

5.4.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

5.5. Nenhuma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e não constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro.

5.6. Se o CONTRATADO, por circunstâncias de caso fortuito e/ou força maior, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e ratificar, por escrito, essa comunicação.

5.7. Constatada a ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, serão suspensas, pela CONTRATANTE, as obrigações que o CONTRATADO, em razão de tais circunstâncias, ficar impedida de cumprir, enquanto perdurar a mencionada situação de impossibilidade, inexistindo, conseqüentemente, por parte da CONTRATANTE, obrigação de remunerar o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 O CONTRATADO declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICIDADE

7.1. Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente Contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA OITAVA – INFORMAÇÕES DE USO E ACESSO RESTRITO

8.1. O CONTRATADO declara estar ciente de que são consideradas informações confidenciais, de propriedade da CONTRATANTE, todas e quaisquer informações e dados, orais ou escritos, de natureza técnica, operacional e comercial, documentos internos, contratos, papéis, estudos, pareceres, pesquisas e respectivos resultados, custos de serviço, custos operacionais da instituição, informações relacionadas aos associados da CONTRATANTE, incluindo senhas, usuários, entre outros, informações relacionadas a contratos com parceiros, informações relacionadas a novos projetos, estratégias da instituição ou inovações em andamento, o não compartilhamento de vídeos, imagens

e gravações relacionadas aos colegas e ao ambiente da instituição, processos trabalhistas, estratégias de defesa e de que o CONTRATADO tenha conhecimento em virtude das funções desempenhadas na instituição.

8.1.1. O CONTRATADO compromete-se a guardar sigilo sobre toda e qualquer informação a que tiver acesso por força dos serviços prestados à CONTRATANTE acessada por quaisquer meios, incluindo verbal, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético. Estas informações podem ser de propriedade da própria CONTRATANTE, relativa às suas atividades cotidianas, desenvolvimento de produtos e contratos, bem como, das associações que compõem a instituição ou a eles relacionadas, parceiros, fornecedores e associados, sem exclusão de outras informações afins.

8.1.3. O CONTRATADO se obriga a não fazer internamente ou em quaisquer veículos de comunicação, declarações sobre assuntos internos da CONTRATANTE, bem como das associações que compõem a instituição ou a eles relacionadas, de que venha a ter conhecimento em razão do desempenho dos serviços contratados, que violem matéria considerada confidencial pela mesma, que atinjam o seu fim social, direta ou indiretamente ou, ainda, que possam ser desabonadoras para a reputação desta última.

8.1.4. É vedado ao CONTRATADO revelar a terceiros qualquer informação que tenha sido obtida por força de suas atividades profissionais e, também, desenvolver ou auxiliar terceiros a desenvolver produtos, métodos ou serviços com base nas mesmas informações.

8.1.5. Caso o CONTRATADO seja obrigado por ordem judicial ou de autoridades públicas com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à CONTRATANTE anteriormente à referida divulgação, para que esta possa tomar as providências que entender cabíveis e necessárias. Neste caso, o CONTRATANTE se compromete a divulgar somente a parte da informação que está sendo requerida, preservando em sigilo os dados que não lhe forem solicitados.

#### CLÁUSULA NONA – FORO ELEITO

9.1. As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Florianópolis-SC, 07 de julho de 2022.

JORGE LUIZ KOCH Prefeito de Orleans-SC Presidente da FECAM Contratante	ARMANDO MOUTINHO PERIN Sócio-Administrador da Contratada
Testemunha 1 Nome: _____ CPF: _____	Testemunha 2 Nome: _____ CPF: _____

## CONTRATO FECAM N. 10/2022

Publicação Nº 4040844

FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 020/2022  
(Contratação mediante Inexigibilidade de Seleção)

CONTRATO n. 10/2022

Contratação de serviços de comunicação e publicidade, celebrado entre a FECAM e TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA

As partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO DE CONSÓRCIOS, ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Presidente, o Sr. JORGE LUIZ KOCH, CPF 342.332.539-91;

CONTRATADO: TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA, sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 79.875.902/0001-21, estabelecida na Av. do Antão, nº 1762, Altos do Morro da Cruz, Centro, Florianópolis-SC, CEP 88.025-150, representado na forma de seu Contrato Social pelo Sócio-Administrador MARCELLO CORRÊA PETRELLI, CPF 510.811.489-34.

Têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente contratação serviços de comunicação e publicidade, nos termos indicados no projeto que segue em anexo ao presente contrato, firmado pelas partes contratantes, destinados à:

1.1.1. Divulgação do Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina – COMAC-SC, que será realizado nos dias 09 a 11 de agosto de 2022 pela CONTRATANTE;

1.1.2. Participação da CONTRATANTE no projeto de plataforma de comunicação para o acompanhamento das Eleições de 2022, com objetivo da inserção das pautas municipalistas no debate político de âmbito estadual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

2.1.1. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO a todos os locais onde se fizerem necessários a prestação dos serviços, bem como proporcionar-lhe as facilidades e instruções necessárias para a realização dos mesmos;

2.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como acompanhar o

desenvolvimento do Contrato, conferir e atestar os serviços executados, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais;

2.1.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO conforme estabelecido no presente Termo Contratual.

2.2. O CONTRATADO, durante vigência deste Contrato, compromete-se a:

2.2.1. Executar o serviço objeto do Contrato em estrito acordo com a proposta pactuada com a CONTRATANTE;

2.2.2. Prestar os serviços, seguindo os padrões e metodologias indicadas na proposta;

2.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

2.2.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, e tributários resultantes da execução do Contrato;

2.2.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

2.2.6. Sempre que solicitado, prestar informações ao fiscal/gestor do contrato ou a alguém por ele indicado das atividades desempenhadas, como requisito indispensável ao respectivo pagamento pela CONTRATANTE;

2.2.7. Responsabilizar-se integralmente pela prestação do serviço contratado de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, zelando pela boa conduta dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

2.3. As partes declaram que inexistirá qualquer vínculo de subordinação entre si, não caracterizando a presente contratação qualquer espécie de relação trabalhista, societária, de consórcio ou de parceria.

#### CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, em razão da prestação dos serviços objeto da presente contratação, o valor de R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais), nas seguintes condições:

4.1.1. R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) à vista, no prazo de 10 (dez) dias da assinatura do presente instrumento;

4.1.2. R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais) na forma de 10 (dez) parcelas de R\$ 9.900 (nove mil e novecentos reais), sendo a primeira com vencimento em 10/08/2022 e as demais sempre no 10º (décimo) dia dos meses subsequentes, ou no primeiro dia útil posterior (caso a data caia em dia não útil), sendo a última parcela com vencimento em 10/01/2024.

4.2. No valor total estão incluídas todas as despesas com encargos de natureza tributária qualquer;

4.3. Os pagamentos serão efetivados por meio de depósito bancário em conta corrente de titularidade do CONTRATADO, ou através de boleto bancário a ser emitido pelo CONTRATADO, respeitando-se os prazos de vencimento estabelecidos no item 4.1.

#### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 A vigência da presente contratação é indeterminada, estendendo-se pelo período necessário ao cumprimento integral do objeto do contrato pelo CONTRATADO.

5.2. O Contrato somente poderá ser repactuado, seja de forma parcial e/ou total, caso haja a anuência expressa das Partes, mediante o competente aditivo contratual (Termo Aditivo), devidamente assinado pelas Partes.

5.3. Constituem motivos para rescisão imediata do presente Contrato, independentemente de interpelações judiciais, os seguintes fatos:

5.3.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais;

5.3.2 O cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

5.3.3 A paralisação das atividades contratuais sem justa causa e prévia comunicação e aceitação da outra parte;

5.3.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução; e

5.4. Nenhuma das partes será considerada inadimplente em relação à outra, e não constituirá causa de rescisão contratual, o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram caso fortuito ou força maior previstos no Código Civil Brasileiro.

5.5. Se o CONTRATADO, por circunstâncias de caso fortuito e/ou força maior, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e ratificar, por escrito, essa comunicação.

5.6. Constatada a ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, serão suspensas, pela CONTRATANTE, as obrigações que o CONTRATADO, em razão de tais circunstâncias, ficar impedida de cumprir, enquanto perdurar a mencionada situação de impossibilidade, inexistindo, conseqüentemente, por parte da CONTRATANTE, obrigação de remunerar o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 O CONTRATADO declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo de responsabilização por demais irregularidades previstas no ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no Regulamento de Contratações da FECAM, especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICIDADE

7.1. Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida precipuamente por recursos públicos advindos dos municípios catarinenses, fica autorizada a publicação irrestrita dos termos do presente Contrato, bem como os relatórios e resultados dos serviços executados.

#### CLÁUSULA OITAVA – INFORMAÇÕES DE USO E ACESSO RESTRITO

8.1. O CONTRATADO declara estar ciente de que são consideradas informações confidenciais, de propriedade da CONTRATANTE, todas e quaisquer informações e dados, orais ou escritos, de natureza técnica, operacional e comercial, documentos internos, contratos, papéis, estudos, pareceres, pesquisas e respectivos resultados, custos de serviço, custos operacionais da instituição, informações relacionadas aos associados da CONTRATANTE, incluindo senhas, usuários, entre outros, informações relacionadas a contratos com parceiros, informações



relacionadas a novos projetos, estratégias da instituição ou inovações em andamento, o não compartilhamento de vídeos, imagens e gravações relacionadas aos colegas e ao ambiente da instituição, processos trabalhistas, estratégias de defesa e de que o CONTATADO tenha conhecimento em virtude das funções desempenhadas na instituição.

8.1.1. O CONTRATADO compromete-se a guardar sigilo sobre toda e qualquer informação a que tiver acesso por força dos serviços prestados à CONTRATANTE acessada por quaisquer meios, incluindo verbal, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético. Estas informações podem ser de propriedade da própria CONTRATANTE, relativa às suas atividades cotidianas, desenvolvimento de produtos e contratos, bem como, das associações que compõem a instituição ou a eles relacionadas, parceiros, fornecedores e associados, sem exclusão de outras informações afins.

8.1.3. O CONTATADO se obriga a não fazer internamente ou em quaisquer veículos de comunicação, declarações sobre assuntos internos da CONTRATANTE, bem como das associações que compõem a instituição ou a eles relacionadas, de que venha a ter conhecimento em razão do desempenho dos serviços contratados, que violem matéria considerada confidencial pela mesma, que atinjam o seu fim social, direta ou indiretamente ou, ainda, que possam ser desabonadoras para a reputação desta última.

8.1.4. É vedado ao CONTRATADO revelar a terceiros qualquer informação que tenha sido obtida por força de suas atividades profissionais e, também, desenvolver ou auxiliar terceiros a desenvolver produtos, métodos ou serviços com base nas mesmas informações.

8.1.5. Caso o CONTRATADO seja obrigado por ordem judicial ou de autoridades públicas com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à CONTRATANTE anteriormente à referida divulgação, para que esta possa tomar as providências que entender cabíveis e necessárias. Neste caso, o CONTRATANTE se compromete a divulgar somente a parte da informação que está sendo requerida, preservando em sigilo os dados que não lhe forem solicitados.

#### CLÁUSULA NONA – FORO ELEITO

9.1. As partes elegem o Foro da cidade de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente Contrato que não puderem ser sanadas pela via extrajudicial, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma.

Florianópolis-SC, 11 de julho de 2022.

JORGE LUIZ KOCH Prefeito de Orleans-SC Presidente da FECAM Contratante	MARCELLO CORRÊA PETRELLI Sócio-Administrador da TV O ESTADO FLORIANOPOLIS LTDA Contratado
Testemunha 1 Nome: _____ CPF: _____	Testemunha 2 Nome: _____ CPF: _____

## AMEOSC

### CONVOCAÇÃO 04.2022- ASSEMBLEIA DOS PREFEITOS DA AMEOSC JULHO

Publicação Nº 4041663

#### CONVOCAÇÃO 04/2022

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal de Anchieta, Presidente da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, usando das atribuições previstas no Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Prefeitos Municipais Associados, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 20 de julho, às 15h45min, no Auditório do CETRESMO- Centro de Treinamento da Epagri, sito na 163, 386, Município de São Miguel do Oeste- SC, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. 15h45min- Abertura da assembleia e apresentação da pauta;
2. 15h50min- Proposição de alteração de Estatuto prevendo a possibilidade de prestar serviços de aplicação de provas de concurso público para Municípios da Região da Amerios que são lindeiros aos municípios associados a Ameosc;
3. 16h00min- Congresso dos Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina – COMAC-SC;
4. 16h10min- Programação para a Inauguração da Nova Sede;
5. 16h20min- Encaminhamentos do projeto "Plantando água";
6. 16h30min- Assuntos gerais e encerramento da assembleia;

São Miguel do Oeste/SC, 12 de julho de 2022.

IVAN JOSE CANCI  
Presidente da AMEOSC  
Prefeito Municipal de Anchieta

## Consórcios

## CINCATARINA

## 13\_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0002\_2022 - DOUGLAS DE ABREU

Publicação Nº 4040201



# CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

## DECISÃO 0013 EDITAL Nº 0002/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 0033/2022-e CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa DOUGLAS DE ABREU, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Celso Oliveira Da Veiga, Nº 1885, Bairro Barreiros, na cidade de São José - SC, CEP: 88.111-320, inscrita no CNPJ sob o nº 85.252.633/0001-40, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0002/2022, Processo Administrativo Eletrônico Nº 0033/2022-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
7	2800-11679	ALVEJANTE SEM CLORO, COMPOSIÇÃO BÁSICA PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. NÃO AGRIDE OS TECIDOS, ESPECIAL PARA ROUPAS COLORIDAS. DILUIÇÃO PADRÃO 100ML DE PRODUTO PARA 10L DE ÁGUA. GALÃO OPAO COM NO MÍNIMO 3L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CINI11679)	LIMPINHA	11679-5

**Justificativa:** O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. A amostra para avaliação foi apresentada através de prospectos, fichas técnicas, amostra física e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

Diante ao exposto, decido que o bem submetido à avaliação e que foi aprovado, apresentou qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto será incluído no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, identifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: [licitacoes@cincatarina.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cincatarina.sc.gov.br) ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

*Sandra Zonta Baron* *Letícia Mittanck Nordt* *Andressa Maria Viero* Fraiburgo, 15 de julho de 2022

**Sandra Zonta Baron**  
Membro Comissão Especial  
Resolução Nº 0133/2022

**Letícia Mittanck Nordt**  
Presidente Comissão Especial  
Resolução Nº 0133/2022

**Andressa Maria Viero**  
Membro Comissão Especial  
Resolução Nº 0133/2022

**Inovação e Modernização  
na Gestão Pública**

Central Executiva do CINCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 781, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo - Santa Catarina - CEP 89.560-000  
Telefone: (48) 3380 1621

Sede do CINCATARINA  
Rua General Liberato Bitencourt, 1885, 1º Andar, Sala 1305  
Praça da Liberdade, Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-000  
Telefone: (48) 3380 1620

CNPJ: 12.075.748/0001-32  
[www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br)  
[cincatarina@cincatarina.sc.gov.br](mailto:cincatarina@cincatarina.sc.gov.br)

**2.DECISÃO CHAMADA PÚBLICA 0006\_2019 BELLENZIER**

Publicação Nº 4041306

**DECISÃO  
ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Raymundo Ramos da Costa Almeida, Quadra 01 Lote 06, Bairro Brejaru, na cidade de Palhoça - SC, CEP: 88.132-716, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0016-05 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

**BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS**

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprova- ção Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
PNEU 1000R20 TIPO RADIAL, DESENHO DIRECIONAL OU EIXO LIVRE, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DO SULCODE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DEFABRICAÇÃO. (CIM9862)	FORMULA DRIVE G	-	9862-2	72	0006/2019

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante do exposto, decido pela atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: [licitacoes@cincatarina.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cincatarina.sc.gov.br) ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Florianópolis, 15 de julho de 2022

Elói Rönna  
Diretor Executivo CINCATARINA

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**7.DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0003\_2020 - RSUL**

Publicação Nº 4041080

**DECISÃO  
ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS**

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa RSUL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Norberto Seara Heusi, nº 1143, Bairro Escola Agrícola, na cidade de Blumenau - SC, CEP: 89.037-800, inscrita no CNPJ sob o nº 14.066.477/0001-84 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

**BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS**

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
LÁPIS PRETO, CORPO REDONDO, PRODUZIDO COM PAPEL RECICLADO. LÁPIS ULTRA RESISTENTE. ESCRITA NA COR GRAFITE. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 173MM E DIÂMETRO MÍNIMO DE 6MM. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. KIT COM 25 UNIDADES. (CIN11077)	DGW	-	11077-2	23	0003/2020

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante do exposto, decido pela atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: [licitacoes@cincatarina.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cincatarina.sc.gov.br) ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Florianópolis, 15 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## AP22CIN0193\_E-PAL 0002\_9 - JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Publicação Nº 4041602



## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

AP22CIN0193


**NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO  
0002/2022-e**

<b>ÓRGÃO GERENCIADOR:</b>	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
<b>ÓRGÃO PARTICIPANTE:</b>	<p>CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ABDON BATISTA SC, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES, CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TANGARA, CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRI, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMBITUBA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIÓ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO,</p>

### Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32  
 [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br)  
 [cincatarina@cincatarina.sc.gov.br](mailto:cincatarina@cincatarina.sc.gov.br)

 Sede do CINCATARINA  
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina - CEP 88.070-800  
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA  
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina - CEP 89.580-000  
 Telefone: (48) 3380 1621



## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, ITAIOPOLIS CÂMARA DE VEREADORES, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, MUNICÍPIO DE ANGELINA, MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE APIÚNA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE ASCURRA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BOM JESUS, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAIBI, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CANELINHA, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CAPINZAL, MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE GASPAR, MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IBIRAMA, MUNICÍPIO DE IÇARA, MUNICÍPIO DE IMARUÍ, MUNICÍPIO DE IMBITUBA, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE IPUAÇU, MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITÁ, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, MUNICÍPIO DE JABORÁ, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOAÇABA, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LAURENTINO, MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, MUNICÍPIO DE LONTRAS, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, MUNICÍPIO DE ORLEANS, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO VERDE, MUNICÍPIO DE PAIAL, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, MUNICÍPIO DE SALETE,

### Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32  
 [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br)  
 [cincatarina@cincatarina.sc.gov.br](mailto:cincatarina@cincatarina.sc.gov.br)

 Sede do CINCATARINA  
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800  
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA  
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000  
 Telefone: (48) 3380 1621






## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

	MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SEARA, MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, MUNICÍPIO DE TREVISÓ, MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUBICI, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEÃO, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE WITMARSUM, MUNICÍPIO DE XANXERÊ, MUNICÍPIO DE XAXIM, MUNICÍPIO DE ZORTÉA, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPAR, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA.			
<b>FORNECEDOR:</b>	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA			
<b>ATA:</b>	AT22CIN026254,	AT22CIN026255,	AT22CIN026257,	AT22CIN026259,
	AT22CIN026260,	AT22CIN026262,	AT22CIN026263,	AT22CIN026264,
	AT22CIN026265,	AT22CIN026267,	AT22CIN026268,	AT22CIN026269,
	AT22CIN059815,	AT22CIN026272,	AT22CIN026273,	AT22CIN026274,
	AT22CIN026275,	AT22CIN058603,	AT22CIN026278,	AT22CIN026279,
	AT22CIN026280,	AT22CIN026281,	AT22CIN026282,	AT22CIN026283,
	AT22CIN026284,	AT22CIN026285,	AT22CIN026286,	AT22CIN026287,
	AT22CIN026289,	AT22CIN026290,	AT22CIN026291,	AT22CIN056895,
	AT22CIN026292,	AT22CIN026277,	AT22CIN026293,	AT22CIN026294,
	AT22CIN026295,	AT22CIN026296,	AT22CIN026297,	AT22CIN026298,
	AT22CIN026299,	AT22CIN026300,	AT22CIN026301,	AT22CIN026302,
	AT22CIN026303,	AT22CIN026304,	AT22CIN026306,	AT22CIN026308,
	AT22CIN026309,	AT22CIN026310,	AT22CIN026311,	AT22CIN026312,
	AT22CIN026313,	AT22CIN026315,	AT22CIN026316,	AT22CIN026317,
	AT22CIN026318,	AT22CIN026319,	AT22CIN026320,	AT22CIN026321,
	AT22CIN026323,	AT22CIN026324,	AT22CIN026326,	AT22CIN026327,
	AT22CIN026328,	AT22CIN026329,	AT22CIN026331,	AT22CIN026332,
	AT22CIN026334,	AT22CIN026336,	AT22CIN026337,	AT22CIN026338,
	AT22CIN026339,	AT22CIN026340,	AT22CIN026341,	AT22CIN026343,
	AT22CIN026344,	AT22CIN026345,	AT22CIN026346,	AT22CIN026347,
	AT22CIN026348,	AT22CIN026349,	AT22CIN026351,	AT22CIN026352,
	AT22CIN026353,	AT22CIN026354,	AT22CIN026355,	AT22CIN026357,
	AT22CIN026358,	AT22CIN026360,	AT22CIN026361,	AT22CIN026362,
	AT22CIN026363,	AT22CIN026365,	AT22CIN026366,	AT22CIN026367,
	AT22CIN026368,	AT22CIN026369,	AT22CIN026371,	AT22CIN032403,
	AT22CIN026372,	AT22CIN026373,	AT22CIN026374,	AT22CIN026375,
	AT22CIN026376,	AT22CIN026377,	AT22CIN026379,	AT22CIN026380,
	AT22CIN026381,	AT22CIN026382,	AT22CIN026383,	AT22CIN026384,
	AT22CIN026385,	AT22CIN026386,	AT22CIN026387,	AT22CIN026388,
	AT22CIN026389,	AT22CIN026390,	AT22CIN026391,	AT22CIN026392,

### Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32  
 www.cincatarina.sc.gov.br  
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA  
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800  
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA  
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000  
 Telefone: (48) 3380 1621



## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA


	AT22CIN026393, AT22CIN026396, AT22CIN026400, AT22CIN026403, AT22CIN026407, AT22CIN026411, AT22CIN026415, AT22CIN026419, AT22CIN026423, AT22CIN026428, AT22CIN026432, AT22CIN026436, AT22CIN026440, AT22CIN026444, AT22CIN026448, AT22CIN026452, AT22CIN026456, AT22CIN026460, AT22CIN026464, AT22CIN026468, AT22CIN026472, AT22CIN026476, AT22CIN026480, AT22CIN026485, AT22CIN026489, AT22CIN026493, AT22CIN044332, AT22CIN026502, AT22CIN026506.	AT22CIN044331, AT22CIN026397, AT22CIN026401, AT22CIN026404, AT22CIN026408, AT22CIN026412, AT22CIN026416, AT22CIN026420, AT22CIN026424, AT22CIN026429, AT22CIN026433, AT22CIN032022, AT22CIN026441, AT22CIN026445, AT22CIN026449, AT22CIN026453, AT22CIN026457, AT22CIN026461, AT22CIN026465, AT22CIN026469, AT22CIN026473, AT22CIN026477, AT22CIN026481, AT22CIN026486, AT22CIN026490, AT22CIN026494, AT22CIN026497, AT22CIN026503,	AT22CIN026394, AT22CIN026398, AT22CIN032544, AT22CIN026405, AT22CIN026409, AT22CIN026413, AT22CIN026417, AT22CIN026421, AT22CIN026425, AT22CIN026430, AT22CIN026434, AT22CIN026437, AT22CIN026442, AT22CIN026446, AT22CIN026450, AT22CIN026454, AT22CIN026458, AT22CIN026462, AT22CIN026466, AT22CIN026470, AT22CIN026474, AT22CIN026478, AT22CIN026483, AT22CIN026487, AT22CIN026491, AT22CIN026495, AT22CIN026499, AT22CIN032023,	AT22CIN026395, AT22CIN026399, AT22CIN026402, AT22CIN026406, AT22CIN026410, AT22CIN026414, AT22CIN026418, AT22CIN026422, AT22CIN026426, AT22CIN026431, AT22CIN026435, AT22CIN026438, AT22CIN026443, AT22CIN026447, AT22CIN026451, AT22CIN026455, AT22CIN026459, AT22CIN026463, AT22CIN026467, AT22CIN026471, AT22CIN026475, AT22CIN026479, AT22CIN026484, AT22CIN026488, AT22CIN026492, AT22CIN026496, AT22CIN026500, AT22CIN026505,
<b>OBJETO:</b>	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Saneantes, higienização, limpeza e correlatos.			
<b>VALIDADE FINAL ARP:</b>	31/03/2023			
<b>LICITAÇÃO:</b>	e-PAL nº 0002/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2022 – Registro de Preço			

**Art. 1º** - Fica alterado por apostilamento o valor do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
31	Caixa	Sabão em pó para roupas, composição básica alquil benzeno sulfonato de sódio ou dodecilbenzenosulfonato de sódio, tensoativos, corantes, espessantes, conservantes, corantes, fragrâncias, enzimas, água e outras substâncias químicas permitidas. Caixa com no mínimo 1,6kg, contendo a marca, dados do fabricante, procedência, lote e validade. (CIN11645)	R\$ 16,48	R\$ 18,09

**Art. 2º** - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão Administrativa do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do fornecedor JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA em 30/06/2022.

### Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32  
 www.cincatarina.sc.gov.br  
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 Sede do CINCATARINA  
 Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
 Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800  
 Telefone: (48) 3380 1620

 Central Executiva do CINCATARINA  
 Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
 Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000  
 Telefone: (48) 3380 1621





## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

**Art. 3º** - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 14 de julho de 2022.

**ELÓI RÖNNAU**  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

### Inovação e Modernização na Gestão Pública

📍 CNPJ: 12.075.748/0001-32  
🌐 [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br)  
✉ [cincatarina@cincatarina.sc.gov.br](mailto:cincatarina@cincatarina.sc.gov.br)

📍 **Sede do CINCATARINA**  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800  
Telefone: (48) 3380 1620

📍 **Central Executiva do CINCATARINA**  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000  
Telefone: (48) 3380 1621

**AP22CIN0194\_E-PAL 0007\_10 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Publicação Nº 4041607

AP22CIN0194

**DÉCIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0007/2022-e**

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, MUNICÍPIO DE ANGELINA, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CAÇADOR, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, MUNICÍPIO DE IBIAM, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IOMERÊ, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LUZERNA, MUNICÍPIO DE MAFRA, MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, MUNICÍPIO DE MAREMA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SCHROEDER, MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, MUNICÍPIO DE TANGARÁ, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE TURVO, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, MUNICÍPIO DE VIDEIRA, MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.
FORNECEDOR:	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ATA:	AT22CIN051284, AT22CIN051286, AT22CIN051288, AT22CIN051290, AT22CIN051292, AT22CIN051297, AT22CIN051299, AT22CIN051300, AT22CIN051301, AT22CIN051302, AT22CIN051303, AT22CIN051304, AT22CIN051305, AT22CIN051306, AT22CIN051308, AT22CIN051291, AT22CIN051309, AT22CIN051310, AT22CIN051311, AT22CIN051312, AT22CIN051313, AT22CIN051314, AT22CIN051315, AT22CIN051317, AT22CIN051318, AT22CIN051321, AT22CIN051323, AT22CIN051324, AT22CIN051325, AT22CIN051327, AT22CIN051331, AT22CIN051333, AT22CIN051334, AT22CIN051338, AT22CIN051339, AT22CIN051341, AT22CIN051342, AT22CIN051343, AT22CIN051344, AT22CIN051346, AT22CIN051347, AT22CIN051351, AT22CIN051353, AT22CIN061236, AT22CIN051354, AT22CIN051355, AT22CIN051356, AT22CIN051358, AT22CIN051362, AT22CIN051363, AT22CIN051365, AT22CIN051368, AT22CIN051369, AT22CIN051371, AT22CIN051372, AT22CIN051375, AT22CIN051377, AT22CIN051378, AT22CIN051381, AT22CIN051383, AT22CIN051385, AT22CIN051386, AT22CIN051387, AT22CIN051388, AT22CIN051389, AT22CIN051391, AT22CIN051393, AT22CIN051394, AT22CIN051395, AT22CIN051396, AT22CIN051397, AT22CIN051400, AT22CIN051401, AT22CIN051402, AT22CIN051403, AT22CIN051404, AT22CIN051405, AT22CIN051406, AT22CIN051407, AT22CIN051410, AT22CIN051411, AT22CIN051412, AT22CIN051413, AT22CIN051414, AT22CIN051418, AT22CIN051422, AT22CIN051424, AT22CIN051425, AT22CIN051426, AT22CIN051427, AT22CIN051428, AT22CIN051429, AT22CIN051430, AT22CIN051431, AT22CIN051432, AT22CIN051434, AT22CIN051436, AT22CIN051437, AT22CIN051438, AT22CIN051439, AT22CIN051440, AT22CIN051441, AT22CIN051443, AT22CIN051444, AT22CIN051445, AT22CIN051446.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, suplementos alimentares e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	31/12/2022
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0007/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0015/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento o valor do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR ANTERIOR	VALOR ATUALIZADO
980	Comprimido	Metoprolol, sal succinato, 25 mg, liberação controlada. (CIM9014)	R\$ 0,2290	R\$ 0,2443

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a Decisão Administrativa do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do fornecedor CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA em 30/06/2022.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 14 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## AP22CIN0195\_E-PAL 0007\_11 - TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

Publicação Nº 4041608

AP22CIN0195

### DÉCIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 0007/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSA-RANDUBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, MUNICÍPIO DE CALMON, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE IPIRA, MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO, MUNICÍPIO DE PAINEL, MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, MUNICÍPIO DE RODEIO, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SANGÃO, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, MUNICÍPIO DE URUPEMA, MUNICÍPIO DE VARGEM.
FORNECEDOR:	TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI
ATA:	AT22CIN056095, AT22CIN056103, AT22CIN056104, AT22CIN056105, AT22CIN056111, AT22CIN056116, AT22CIN056099, AT22CIN056117, AT22CIN056120, AT22CIN056121, AT22CIN056124, AT22CIN056127, AT22CIN056128, AT22CIN056133, AT22CIN056137, AT22CIN056138, AT22CIN057389, AT22CIN056141, AT22CIN056147, AT22CIN056150, AT22CIN056152, AT22CIN056159, AT22CIN056162, AT22CIN056164, AT22CIN056166, AT22CIN056170, AT22CIN056174, AT22CIN056175, AT22CIN056180, AT22CIN056183, AT22CIN056187, AT22CIN056189, AT22CIN056197, AT22CIN056200, AT22CIN056201, AT22CIN056202, AT22CIN056203, AT22CIN056204, AT22CIN056205, AT22CIN056207, AT22CIN056209, AT22CIN056211, AT22CIN056215, AT22CIN056216, AT22CIN056217, AT22CIN056219, AT22CIN056220, AT22CIN056221, AT22CIN056223, AT22CIN056225, AT22CIN056233, AT22CIN056235, AT22CIN056236, AT22CIN056237.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos, suplementos alimentares e correlatos.
VALIDADE FINAL ARP:	31/12/2022
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 0007/2022 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0015/2022 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
------	---------	-----------	----------------	------------------

1314	Frasco	Sulfato ferroso, 25 mg/ml de ferro ii, solução oral-gotas, frasco com 30 ml. Deverá ser fornecido em embalagem secundária com no máximo 50 frascos. (CIN13767)	SULPHER SOINVIE FARMACÊUTICA E NUTRIÇÃO LTDA	SULFATO FERROSO NTS NATUBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
------	--------	--	--	--

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base a resposta à correspondência enviada em 01/07/2022 pela empresa TOP NOR-TE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 14 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## AP22CIN0196\_E-PAL 15019\_3 - REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA

Publicação Nº 4041612

AP22CIN0196

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 15019/2022-e

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES, CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JAGUARÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, MUNICÍPIO DE ANGELINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, MUNICÍPIO DE CANELINHA, MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, MUNICÍPIO DE DONA EMMA, MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, MUNICÍPIO DE IBICARÉ, MUNICÍPIO DE IRANI, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, MUNICÍPIO DE JABORÁ, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, MUNICÍPIO DE JOAÇABA, MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, MUNICÍPIO DE LAGES, MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, MUNICÍPIO DE MACIEIRA, MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, MUNICÍPIO DE OURO VERDE, MUNICÍPIO DE PERITIBA, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MUNICÍPIO DE PIRATUBA, MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, MUNICÍPIO DE SALETE, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, MUNICÍPIO DE VARGEÃO, MUNICÍPIO DE XANXERÊ, MUNICÍPIO DE XAXIM, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE IÇARA.
FORNECEDOR:	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA
ATA:	AT22CIN070384, AT22CIN031965, AT21CIN1278034, AT21CIN1277924, AT21CIN1278013, AT21CIN1277958, AT21CIN1278039, AT21CIN1277989, AT21CIN1278001, AT21CIN1278015, AT21CIN1277982, AT21CIN1277984, AT21CIN1277985, AT21CIN1277937, AT21CIN1277974, AT21CIN1277939, AT21CIN1277971, AT21CIN1277992, AT22CIN050523, AT21CIN1278010, AT21CIN1278030, AT22CIN016333, AT21CIN1278040, AT21CIN1278042, AT22CIN062849, AT21CIN1278011, AT21CIN1277950, AT21CIN1278037, AT21CIN1278019, AT21CIN1277928, AT21CIN1277987, AT21CIN1277916, AT21CIN1278014, AT21CIN1277990, AT21CIN1277930, AT21CIN1277927, AT21CIN1277943, AT21CIN1277981, AT21CIN1277965, AT21CIN1278009, AT21CIN1277933, AT21CIN1277932, AT21CIN1277994, AT21CIN1277970, AT21CIN1277918, AT21CIN1277999, AT21CIN1277919, AT21CIN1277920, AT21CIN1278017, AT21CIN1277997, AT21CIN1278048, AT21CIN1278006, AT21CIN1277953, AT21CIN1277998, AT21CIN1277921, AT21CIN1277931, AT21CIN1277922, AT21CIN1277996, AT21CIN1277993, AT21CIN1277948, AT21CIN1278036, AT21CIN1277945, AT21CIN1278008, AT21CIN1278023, AT21CIN1278020, AT21CIN1277938, AT21CIN1278003, AT21CIN1277940, AT21CIN1277944, AT21CIN1277952, AT21CIN1277935, AT21CIN1277955, AT21CIN1278012.
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Monitores.

VALIDADE FINAL ARP:	19/12/2022
LICITAÇÃO:	e-PAL nº 15019/2021 – Pregão, na forma Eletrônica, nº 0071/2021 – Registro de Preço

Art. 1º - Fica alterado por apostilamento a marca do item das Atas de Registro de Preços em epígrafe, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA ANTERIOR	MARCA ATUALIZADA
6	Unidade	Monitor para videoconferência (23,8 polegadas; resolução: 1920x1080; conexões: hdmi, vga e displayport; microfone e câmera integrados; acompanha cabo hdmi; painel: ips). Especificações mínimas conforme folha de dados. (CIN15573)	PHILIPS 241B7QPJKEB	PHILIPS 242B1H

Art. 2º - O presente termo de apostilamento tem como base resposta à correspondência enviada em 07/07/2022 pela empresa REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes das Atas de Registro de Preços que não colidirem com as modificações no presente instrumento.

Florianópolis (SC), 14 de julho de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
DIRETOR EXECUTIVO  
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 105/2022-E

Publicação Nº 4042024

Processo Administrativo Eletrônico:	105/2022-e
Interessado:	GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referência:	PAL 11814/2021, PE 0048/2021

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 120809/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

#### II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 48.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

[...] (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual.

É a fundamentação. Passo à análise.

#### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE MARÇO DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 11814/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0048/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 48, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 03 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491



Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	105/2022-e
Interessado:	GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 11814/2021, PE 0048/2021

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, do PAL nº 11814/2021, PE 0048/2021, em face da empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 15 de março de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 48, a rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0048/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE MARÇO DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 11814/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0048/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 48, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 120809/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 03 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 322/2022-E

Publicação Nº 4040985

Processo Administrativo Eletrônico:	322/2022-e
Interessado:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

#### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022. Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega. Em suma é o Relatório. Passo à análise.

#### II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 81. Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

[...] (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade



e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual.

É a fundamentação. Passo à análise.

### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;
  2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
  3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022;
  4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
  5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 81, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
  6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorização de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 08 de março de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	322/2022-e
Interessado:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, do PAL nº 0200/2021, PE 0013/2021, em face da empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 15 de abril de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 81, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0013/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 81, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorização de Fornecimento nº 2851/2022, 9911/2022, 13349/2022 e 13621/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 08 de março de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 341/2022-E

Publicação Nº 4041005

Processo Administrativo Eletrônico:	341/2022-e
Interessado:	INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 3985/2022.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total da Autorização de Fornecimento acima mencionada ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

#### II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 240.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

[...] (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público. Ademais, o município interessado foi consultado e se manifestou de modo favorável à concessão.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual. É a fundamentação. Passo à análise.

#### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 240, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 08 de março de 2022.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	341/2022-e
Interessado:	INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, do PAL nº 0200/2021, PE 0013/2021, em face da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 15 de abril de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 240, a rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0013/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 240, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorização de Fornecimento nº 3985/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 08 de março de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 499/2022-E

Publicação Nº 4042013

Processo Administrativo Eletrônico:	499/2022-e
Interessado:	INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

#### PARECER JURÍDICO



ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega. Em suma é o Relatório. Passo à análise.

#### II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 36, 340 e 361.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

[...] (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)



Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual.

É a fundamentação. Passo à análise.

### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;
  2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
  3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022;
  4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
  5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 36, 340 e 361, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
  6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9617/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  8. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 8153/2022, 9581/2022, 9619/2022, 11476/2022, 12041/2022 e 13575/2022, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  9. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 21 de março de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	499/2022-e
Interessado:	INOVAMED HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022,

13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, do PAL nº 0200/2021, PE 0013/2021, em face da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA. Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 15 de abril de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 36, 340 e 361, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0013/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 36, 340 e 361, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 8153/2022, 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9581/2022, 9617/2022, 9619/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11476/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12041/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13575/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 8330/2022, 8425/2022, 8426/2022, 8582/2022, 8675/2022, 8677/2022, 8683/2022, 8697/2022, 8826/2022, 9617/2022, 9805/2022, 10176/2022, 10223/2022, 10606/2022, 10823/2022, 10889/2022, 10893/2022, 11444/2022, 11611/2022, 11992/2022, 12308/2022, 12464/2022, 12696/2022, 12729/2022, 13019/2022, 13812/2022, 13893/2022 e 14059/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 8153/2022, 9581/2022, 9619/2022, 11476/2022, 12041/2022 e 13575/2022, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

9. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 21 de março de 2022.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 563/2022-E

Publicação Nº 4041032

Processo Administrativo Eletrônico:	563/2022-e
Interessado:	TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 0293/2021, PE 0010/2021, Registro de Preço

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 14403/2022.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega. Em suma é o Relatório. Passo à análise.

**II – Fundamentação**

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 478.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

O cancelamento do Registro de Preços está previsto no item 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na Cláusula Sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada

sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se o prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual.

É a fundamentação. Passo à análise.

### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 14 DE ABRIL DE 2022;
  2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
  3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022;
  4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
  5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 478, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
  6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de março de 2022.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	563/2022-e
Interessado:	TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 0293/2021, PE 0010/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, do PAL nº 0293/2021, PE 0010/2021, em face da empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 14 de abril de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 478, a rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0010/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 14 DE ABRIL DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº



0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 478, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14403/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de março de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 568/2022-E

Publicação Nº 4041920

Processo Administrativo Eletrônico:	568/2022-e
Interessado:	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 10856/2022, 11431/2022, 11588/2022, 11953/2022, 12204/2022, 12269/2022, 12847/2022, 13170/2022, 13239/2022, 13393/2022, 13885/2022, 13910/2022, 14228/2022, 15031/2022, 15153/2022, 15457/2022, 15521/2022, 15718/2022, 15959/2022, 15976/2022, 16172/2022, 16275/2022, 16421/2022, 16984/2022, 17098/2022, 17560/2022, 17630/2022 e 17836/2022.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento acima citadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, solicitou prorrogação do prazo de entrega, entretanto, o prazo solicitado já expirou sem que houvesse atendimento das Autorizações de Fornecimento.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

#### II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 10 e 752.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota



Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 15 (quinze) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto à prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que o prazo solicitado já expirou e novamente não houve o atendimento das Autorizações de Fornecimento. Dessa forma, é dever da Administração Pública (ato vinculado) proceder com o cancelamento do registro de preço do item, rescisão da Autorização de Fornecimento e aplicação da penalidade administrativa cabível, tendo em vista a configuração inequívoca de inexecução contratual.

É a fundamentação. Passo à análise.

#### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 10 e 752, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 10856/2022, 11431/2022, 11588/2022, 11953/2022, 12204/2022, 12269/2022, 12847/2022, 13170/2022, 13239/2022, 13393/2022, 13885/2022, 13910/2022, 14228/2022, 15031/2022, 15153/2022, 15457/2022, 15521/2022, 15718/2022, 15959/2022, 15976/2022, 16172/2022, 16275/2022, 16421/2022, 16984/2022, 17098/2022, 17560/2022, 17630/2022 e 17836/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 10856/2022, 11431/2022, 11588/2022, 11953/2022, 12204/2022, 12269/2022, 12847/2022, 13170/2022, 13239/2022, 13885/2022, 13910/2022, 14228/2022, 15031/2022, 15153/2022, 15457/2022, 15521/2022, 15718/2022, 15959/2022, 15976/2022, 16172/2022, 16421/2022, 16984/2022, 17098/2022, 17630/2022 e 17836/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 13393/2022, 16275/2022 e 17560/2022, visto que, não vencida ou se vencida o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à

Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 31 de março de 2022.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	568/2022-e
Interessado:	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 0200/2021, PE 0013/2021, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 10856/2022, 11431/2022, 11588/2022, 11953/2022, 12204/2022, 12269/2022, 12847/2022, 13170/2022, 13239/2022, 13393/2022, 13885/2022, 13910/2022, 14228/2022, 15031/2022, 15153/2022, 15457/2022, 15521/2022, 15718/2022, 15959/2022, 15976/2022, 16172/2022, 16275/2022, 16421/2022, 16984/2022, 17098/2022, 17560/2022, 17630/2022 e 17836/2022, do PAL nº 0200/2021, PE 0013/2021, em face da empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 10 e 752, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0013/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 10 e 752, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 10856/2022, 11431/2022, 11588/2022, 11953/2022, 12204/2022, 12269/2022, 12847/2022, 13170/2022, 13239/2022, 13393/2022, 13885/2022, 13910/2022, 14228/2022, 15031/2022, 15153/2022, 15457/2022, 15521/2022, 15718/2022, 15959/2022, 15976/2022, 16172/2022, 16275/2022, 16421/2022, 16984/2022, 17098/2022, 17560/2022, 17630/2022 e 17836/2022, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 10856/2022, 11431/2022, 11588/2022, 11953/2022, 12204/2022, 12269/2022, 12847/2022, 13170/2022, 13239/2022, 13885/2022, 13910/2022, 14228/2022, 15031/2022, 15153/2022, 15457/2022, 15521/2022, 15718/2022, 15959/2022, 15976/2022, 16172/2022, 16421/2022, 16984/2022, 17098/2022, 17630/2022 e 17836/2022, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao município interessado para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 13393/2022, 16275/2022 e 17560/2022, visto que, não vencida ou se vencida o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 31 de março de 2022.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 579/2022-E**

Publicação Nº 4040978

Processo Administrativo Eletrônico:	579/2022-e
Interessado:	R.S. IMPORTS EIRELI
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 151
Referência	PAL nº 5665/2021, PE nº 0029/2021, Registro de Preço

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa R.S. IMPORTS EIRELI, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 151, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que os materiais tiveram seus valores excessivamente aumentados, muito em razão dos impactos ocasionados pela pandemia.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 151, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea “d” da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer os itens por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se que não há valores inferiores aos solicitados, restando a concessão como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

**II – Fundamentação**

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que não há propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, restando a concessão nos termos solicitados a melhor opção aos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

### III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

b) Parecer técnico quanto ao pedido;

c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 151, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 13,23% (novo valor de R\$ 3.198,75).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de abril de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	579/2022-e
Interessado:	R.S. IMPORTS EIRELI
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 5665/2021, PE nº 0029/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 151 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa R.S. IMPORTS EIRELI.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 151, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 13,23% (novo valor de R\$ 3.198,75).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de abril de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 629/2022-E**

Publicação Nº 4042046

Processo Administrativo Eletrônico:	629/2022-e
Interessado:	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 590
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – INAPLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 590, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que desde o início da pandemia, várias foram as dificuldades enfrentadas, como alta de preços de forma vertical, insuficiência de insumos, aumento de consumo, sendo que tais instabilidades se mantiveram no decorrer do tempo.

Solicita, dessa forma, a revisão do preço em relação ao item nº 590, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea “d” da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Disponibilizou notas fiscais, a fim de comprovar a variação dos valores e, nesses termos, justificou seu pedido.

Entretanto, apesar de ter havido a comprovação do desequilíbrio contratual, o valor supera em muito o valor registrado atualmente, da forma que equipe técnica do CINCATARINA recomendou o indeferimento do pedido e a realização de nova licitação para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, evitando, assim, possível/eventual prejuízo ao erário dos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

**II – Fundamentação**

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:



## II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se, através de despacho emitido pela equipe técnica do CINCATARINA, que a empresa fornecedora comprovou o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme exposto no relatório supra.

Entretanto, observa-se que o valor supera em muito o valor registrado para o item nº 590, da forma que há recomendação de indeferimento do pedido e a realização de novo processo licitatório, com o objetivo da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública e a fim de prevenir prejuízos significativos ao erário dos Órgãos Participantes. Além disso, o Processo Administrativo Licitatório 12/2022, Pregão Eletrônico nº 12/2022, que é o novo processo licitatório de materiais ambulatoriais e correlatos, foi homologado em 12 de abril de 2022. Passo à conclusão.

## III – Conclusão

O presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

b) Parecer técnico quanto ao pedido;

c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, não concedido em razão do valor solicitado exceder em muito o preço registrado atualmente;

2. Em atendimento ao pleito subsidiário, pelo cancelamento do registro de preço da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no Processo Administrativo Licitatório (PAL) nº 0293/2021, Pregão Eletrônico (PE) nº 0010/2021, no que tange ao item nº 590;

3. Pelo atendimento de todas as Autorizações de Fornecimento eventualmente em aberto e recebidas até a presente data, haja vista que o cancelamento do registro de preços possui apenas efeitos ex nunc, não atingindo contratos administrativos já consolidados;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe, entretanto, restando a busca no cadastro de reserva infrutífera, pela realização de novo Processo Licitatório a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 13 de abril de 2022.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente. nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	629/2022-e
Interessado:	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 590
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 590, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Considerando as disposições previstas na Lei 8.666/93, Edital, Ata de Registro de Preço e Parecer Jurídico fundamentado oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, não concedido em razão do valor solicitado exceder em muito o preço registrado atualmente;

2. Em atendimento ao pleito subsidiário, pelo cancelamento do registro de preço da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no Processo Administrativo Licitatório (PAL) nº 0293/2021, Pregão Eletrônico (PE) nº 0010/2021, no que tange ao item nº 590;

3. Pelo atendimento de todas as Autorizações de Fornecimento eventualmente em aberto e recebidas até a presente data, haja vista que o cancelamento do registro de preços possui apenas efeitos ex nunc, não atingindo contratos administrativos já consolidados;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de

classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe, entretanto, restando a busca no cadastro de reserva infrutífera, pela realização de novo Processo Licitatório a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 13 de abril de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## CIS/AMARP

### RESOLUÇÃO CPL 16/2022 HOMOLOGA SERVILITO SERVIÇO DE LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA DE JOAÇABA LTDA

Publicação Nº 4040447

#### RESOLUÇÃO Nº 16/2022 – CPL

Maria Ingrid Riegert de Almeida, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 32/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa SERVILITO SERVIÇO DE LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA DE JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ: 72.547.748/0001-10, localizada na Av. Santa Terezinha, nº 275, CEP 89.600-000, Joaçaba/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR
CONSULTA MEDICA EM UROLOGIA	9016457	R\$ 100,00
LITOTRIPSIA	0409010189	R\$ 688,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 15 de julho de 2022.

Maria Ingrid Riegert de Almeida  
Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

## CIS/AMOSC

### EXTRATOS TERMOS ADITIVOS 2022

Publicação Nº 4040994

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 90/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 120.000,00

VIGENCIA: 15/07/2022 a 31/12/2022

**RESOLUÇÃO 033/2022**

Publicação Nº 4040454

**RESOLUÇÃO Nº 33/2022**

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO, A PEDIDO, DE EMPREGADO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere inciso II do art. 22 do Contrato de Consórcio Público:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica demitido, a pedido, o empregado público, RAQUEL ALINE SCHULTZ, inscrita no CPF sob o nº 082.\*\*\*.\*\*\*-09, RG nº 51\*\*\*91, emprego público de CONTROLE INTERNO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nos termos da solicitação/comunicado de aviso prévio, parte integrante da presente Resolução.

Parágrafo único. A empregada pública cumprirá seu aviso prévio nos termos do Art. 487 da CLT, no prazo de 19 dias a contar da data de seu protocolo, 13 de julho de 2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de publicação.

Chapecó, 15 de julho de 2022.

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA  
Secretária Executiva do CIS-AMOSC

**RESOLUÇÃO 034/2022**

Publicação Nº 4040469

**RESOLUÇÃO Nº 034/2022**

Dispõe sobre a Nomeação de empregado público aprovado no concurso público nº 01/2022 e dá outras providências.

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere inciso II do art. 22 do Contrato de Consórcio Público:

Considerando a Nomeação e convocação do candidato nomeado para ocupar a 1ª (primeira) vaga disponível e exercer o emprego público para o cargo de Controle Interno, aprovado no Concurso Público 01/2022;

Considerando ainda, necessidade de preenchimento da vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a empregado público, JANAINÉ MORO, inscrita no CPF sob o nº 801.\*\*\*.\*\*\*- 25, RG sob o nº 60\*\*\*25 para ocupar a 1ª (primeira) vaga disponível e exercer o emprego público de CONTROLE INTERNO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento de R\$ 3.568,66 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), constante do Anexo Único da Resolução nº 27/2022.

Art. 2º O empregado público, ora nomeado, será submetido aos direitos e obrigações estabelecidos Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como às disposições contidas no Contrato de Consórcio Público.

Art. 3º A posse do nomeado ao emprego de que trata o art. 1º, desde que declarada apta no exame médico admissional, deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta Resolução.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 15 de julho de 2022.

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA  
Secretária Executiva do CIS-AMOSC

**CIS/AMVI****EDITAL\_PE 15.2022 - MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL**

Publicação Nº 4041286

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A1E1581A13F9CD278BFA6A7CC8889A773FDFE58A

**EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022  
MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, consórcio público com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, Bairro Velha, CEP 89036-200, em Blumenau/SC, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. Vanessa Fernanda Schmitt, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para eventuais aquisições/contratações futuras do objeto indicado neste Edital, de forma parcelada, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – internet, na data, horário e local abaixo indicados.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que disciplinam a licitação na modalidade Pregão na forma eletrônica, o Decreto nº 7.892/2013 e alterações, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Decreto 8.538/2015, Lei nº 6.360/76 e Lei nº 10.191/01, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Para as Leis e Decretos acima, serão consideradas, também, suas respectivas atualizações/alterações.

**ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Início às 13hs00min do dia 19/07/2022 até 14hs00min do dia 29/07/2022

**INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA/ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 14hs10min do dia 29/07/2022.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 14hs20min do dia 29/07/2022.

**VALIDADE DAS PROPOSTAS:** 90 (NOVENTA) DIAS NO MÍNIMO

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF)

**ORÇAMENTO SIGILOSO:** SIM

**ENVIO DE AMOSTRA:** SIM

**TRATAMENTO DA FASE DE LANCES:** Aberto

**LOCAL:** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> “Acesso Identificado”

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:**  
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

**OBTENÇÃO DO EDITAL NA ÍNTEGRA:** [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**SERÁ OBRIGATÓRIO USO DE SISTEMA INFORMATIZADO –  
DISPONIBILIZADO PELO CISAMVI - PARA GESTÃO DE COMPRAS E  
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO PELO FORNECEDOR**

A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos da Pregoeira e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes, se necessário.



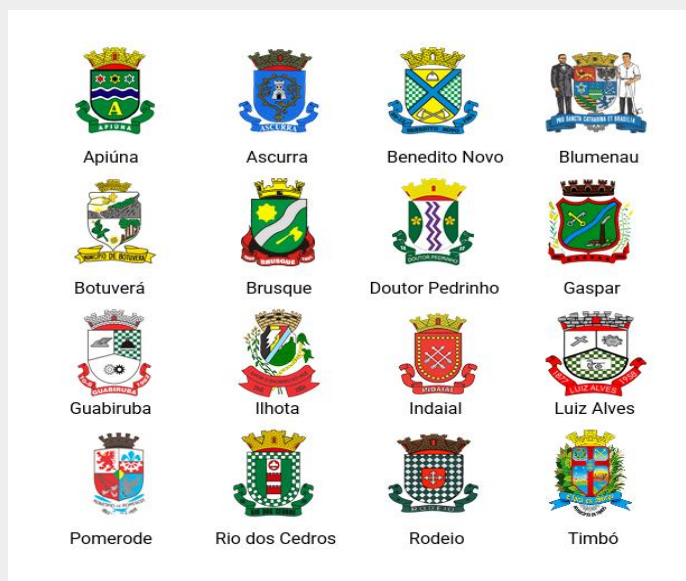
Página 1 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



### INFORMAÇÕES IMPORTANTES, ANTES DE REALIZAR PROPOSTA, FIQUE SABENDO:

- Leia atentamente o descritivo do item no qual deseja realizar proposta observando se seu produto atende ao que é solicitado, prestando muita atenção na unidade de medida de cada item, pois pode ocorrer de o item estar cotado em UNIDADE, CAIXA, PACOTE, BOBINA, etc.
- Observar se o item não solicita alguma documentação extra como: Registro na ANVISA, certificado INMETRO, entre outras.
- Tenha convicção de que pretende apresentar proposta para o item. Não tumultue o processo fornecendo proposta em item do qual seu produto não atenda todo o descritivo.
- Será obrigatório o acesso e uso de sistema informatizado – disponibilizado pelo CISAMVI - para gestão de compras e autorização de fornecimento pelo fornecedor.
- As Autorizações de Fornecimento geradas estarão disponíveis para retirada pelo fornecedor, no sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, devendo este realizar a entrega e incluir a Nota Fiscal, do produto entregue, em formato pdf, no Sistema Informatizado até o dia 20 de cada mês.
- Possuímos 16 municípios consorciados e possíveis locais de entrega, sendo eles:



Página 2 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







## 1. DO OBJETO

- 1.1. O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de **MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL (ABAIXADOR DE LÍNGUA, ATADURAS, COMPRESSA DE GAZE, FITAS, LENÇOL, PAPEL CREPADO, SACO PLÁSTICO, SWAB, TALAS, ENTRE OUTROS)**, com entregas parceladas, listados, na forma, quantitativo e condições previstas neste Edital e Termo de Referência – ANEXO I.

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo total
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA - confeccionado em madeira. Apresentação: pacote com 100 unidades.	Pacote	3.625
2	ALMOTOLIA ESCURA - material: polipropileno, capacidade: 120 ml, cor: âmbar, dotado de tampa com rosca e bico prolongado, com protetor com fixação e adaptação perfeitas, atóxico, fotossensível, de estrutura rígida, compressível.	Unidade	1.740
3	ALMOTOLIA TRANSPARENTE - material: polipropileno, capacidade: 120 ml, dotado de tampa com rosca e bico prolongado, com protetor com fixação e adaptação perfeitas, atóxico, de estrutura rígida, compressível.	Unidade	2.120
4	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO - em manta uniforme de 10 cm, cor clara., confeccionado com 100% fibras de algodão cru, sem impurezas e farpas, medindo 100 cm de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	2.165
5	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO - em manta uniforme de 15 cm, cor clara, confeccionado com 100% fibras de algodão cru, sem impurezas e farpas, medindo 100 cm de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	2.215
6	ATADURA DE CREPOM - não estéril, medindo 06 cm de largura x 1,80 m em repouso, tendo 4,50 m de comprimento aproximado quando esticada. Cor natural, confeccionada com 13 fios/cm2, 100% algodão. Bordas devidamente acabadas, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, boa elasticidade no sentido longitudinal.	Unidade	35.500
7	ATADURA DE CREPOM - não estéril, medindo 12 cm de largura x 1,80 m em repouso, tendo 4,50 m de comprimento aproximado quando esticada. Cor natural, confeccionada com 13 fios/cm2, 100% algodão. Bordas devidamente acabadas, uniformemente enroladas, isenta	Unidade	54.202



Página 3 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





	de quaisquer defeitos, boa elasticidade no sentido longitudinal. Registro no MS/ANVISA (apresentar amostra).		
8	ATADURA DE CREPOM - não estéril, medindo 12 cm de largura x 1,80 m em repouso, tendo 4,50 m de comprimento aproximado quando esticada. Cor natural, confeccionada com 13 fios/cm <sup>2</sup> , 80% algodão. Bordas devidamente acabadas, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, boa elasticidade no sentido longitudinal. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	58.600
9	ATADURA DE CREPOM - dimensões: 15 cm x 1,80 m, material: tecido 100% algodão cru de alta torção, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente acabadas, densidade: 13 fios/ cm <sup>2</sup> . Atadura de crepom - medidas: 15cm largura x 1,80m comprimento (em repouso); confeccionada em fios de algodão cru de alta torção, 13 fios/cm quadrado, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente delimitadas e acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente de forma cilíndrica, isenta de defeitos. Embalagens individuais, com dados de identificação e número do lote. Registro no MS/ANVISA. O produto deverá ser entregue com laudo analítico que comprove o cumprimento NBR 14056.	Unidade	54.401
10	ATADURA DE CREPOM - dimensões: 20 cm x 1,80 m, material: tecido 100% algodão cru de alta torção, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente acabadas, densidade: 13 fios/ cm <sup>2</sup> . Atadura de crepom - medidas: 20 cm largura x 1,80m comprimento (em repouso); confeccionada em fios de algodão cru de alta torção, 13 fios/cm quadrado, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente delimitadas e acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente de forma cilíndrica, isenta de defeitos. Embalagens individuais, com dados de identificação e número do lote. Registro no MS/ANVISA. O produto deverá ser entregue com laudo analítico que comprove o cumprimento NBR 14056.	Unidade	57.400
11	ATADURA GESSADA - confeccionada com atadura de gaze impregnada com gesso coloidal, com laterais de corte sinuoso, medindo 10 cm x 3 m, com quantidade de gesso suficiente para dar cremosidade após imersão em água. Tempo de secagem de 56 minutos. Embalagem com 20 unidades. Registro no MS/ANVISA.	Pacote	6.935





12	ATADURA GESSADA - confeccionada com atadura de gaze impregnada com gesso coloidal, com laterais de corte sinuoso, medindo 15 cm x 3 m, com quantidade de gesso suficiente para dar cremosidade após imersão em água. Tempo de secagem de 56 minutos. Embalagem com 20 unidades. Registro no MS/ANVISA.	Pacote	5.285
13	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - composição: fibras 100% algodão alvejadas, densidade: 11 fios/ cm <sup>2</sup> , não estéril, PH entre 5 e 8, tamanho fechado: 10 cm x 10 cm (aproximadamente), tamanho aberta: 20 cm x 40 cm (aproximadamente), pacote com 500 unidades. Tecido tipo tela com 8 camadas e 5 dobras; apresentar alta absorção; acabamento regular, sem desprendimento de fios; Registro no Ministério da Saúde/ ANVISA; atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843; validade do produto: 2 anos; embalagem com número de lote, identificação e procedência conforme portaria INMETRO 106/2003.	Pacote	9.560
14	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - composição: fibras 100% algodão alvejadas, densidade: 13 fios/ cm <sup>2</sup> , dimensões: 7,5 cm x 7,5 cm, não estéril. Embalagem com 500 unidades. Constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm <sup>2</sup> ; medindo 7,5 cm x 7,5 cm quando dobrada e 15 cm x 30 cm ( aberta), com 5 dobras e 8 camadas , com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos; a compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas; com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843; validade do produto: 2 anos; embalagem com número de lote, identificação e procedência conforme portaria INMETRO 106/2003.	Pacote	24.660
15	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - não estéril, com densidade 13 fios por cm <sup>2</sup> , com 05 dobras e 08 camadas. Tamanho 10 x 10 cm quando fechada e aproximadamente 20 x 40 cm quando aberta, com bordas voltadas para a parte interna, sem fios soltos, isenta de impurezas, amido ou substâncias alergênicas. Confeccionada com fios 100% algodão. Pacote com 500 unidades e peso aproximado de 1000 gr. Registro na ANVISA/ms. (apresentar amostra) compressa de gaze hidrófila - (10 x 10 cm) técnica mínima requerida: composição 1: fibras 100% algodão alvejadas tamanho aproximado: 10,0 x 10,0 cm quando fechada e 20 x 40 cm quando aberta tipo:	Unidade	66.460





	gaze estéril peso da unidade na embalagem: 490 gramas por pacote ph: entre 5 e 8 tipo da embalagem: em papel grau cirúrgico com esterilização de validade mínima de dois anos densidade: 20 fios/cm2 tipo de tecido: tela, com 8 camadas e cinco dobras pacote com 10 unidades com peso de 10 gramas por pacote unidade: pacote.		
16	CURATIVO ANTISSÉPTICO / BANDAGEM PÓS COLETA OU VENOPUNÇÃO - blod stop - redondo, cor nude ou branca. Embalagem com 500 unidades. Registro ANVISA.	Caixa	5.730
17	ESPARADRAPO - produto impermeável, composto de tecido 100% algodão que recebe tratamento especial para facilitar o rasgo sem desfiamento, resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas. Apresentando bordas serrilhadas que favorecem o corte, sem a necessidade do uso de instrumento de corte. Com excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade. Tamanho :rolos com 10,0 cm x 4,5 m de comprimento. Na embalagem externa deverá conter as informações: número do lote, data de fabricação e validade, nº do registro na ANVISA.	Unidade	8.028
18	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - confeccionada com dorso de papel crepe a base de celulose, recebendo em uma das faces massa adesiva a base de borracha natural e, na outra face uma fina camada impermeabilizante acrílica. Possui listras diagonais de tinta termorreativa na cor branca que passa para preta após o processo de esterilização, indicando a eficácia do processo. Tamanho 19 mm x 30m, cor bege, embalagem individual. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	4.820
19	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA (MICROPORE) - fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, com superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético, quimicamente inerte, hipoalergênica., branca. Tamanho: 50 mm x 10 m de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	17.700
20	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA(MICROPORE) - fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, com superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético, quimicamente inerte, hipoalergênica, branca. Tamanho: 12 mm x 10 m de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	12.430





21	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA (MICROPORE) - fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, com superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético, quimicamente inerte, hipoalergênica, branca. Tamanho: 25 mm x 10 m de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	13.500
22	FITA MÉTRICA DE FIBRA. Tamanho: 1,5 metros.	Unidade	535
23	GAZE TIPO QUEIJO (BOBINA) 13 FIOS - confeccionada com fio 100% algodão, composta por 3 dobras e 8 camadas no formato 91 cm x 91 m. Não estéril. Massa por unidade de peso 1.450 gr, com variação de 5%. Registro na ANVISA/MS.	Unidade	2.735
24	LENÇOL DESCARTÁVEL PARA MACA - confeccionado em Tecido Não Tecido (TNT), 100% em polipropileno, com elástico em toda a margem para melhor fixação e ajuste. Medidas 2,0m x 0,90 cm. Embalagem com 10 unidades. Registro na ANVISA.	Pacote	22.780
25	LENÇOL EM PAPEL - apresentação em bobina/rolo, tipo: descartável, material: papel celulose branco, quimicamente puro, isento de furos e impurezas, apresentar maciez e resistência compatíveis com a sua finalidade., tamanho(s): 70 cm x 50 m (aproximadamente). Registro ANVISA. Lençol em papel descartável (rolo) papel lençol em bobina/rolo, descartável, confeccionado em papel celulose branco, quimicamente puro, isento de furos e impurezas, medindo aproximadamente 70cm de largura por 50m de comprimento. Apresentar maciez e resistência.	Unidade	23.215
26	MALHA TUBULAR - em tecido cru, elástico, não deformável, não estéril, em rolo de algodão simétrico. Medindo 08 cm x 25 m. Embalagem individual. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	1.347
27	PAPEL CREPADO - 30cm x 30 cm, embalagem descartável para esterilização a vapor. Caixa com 500 unidades. Registro ANVISA/ms.	Caixa	1.680
28	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - bobina de 20 cm x 100 m. Apresentação em bobina de 20cm x 100m, com indicadores químicos que mudam de cor diferenciando o produto já processado, que garanta a barreira bacteriológica necessária para obtenção da esterilidade do produto, podendo ser utilizado no processo de vapor saturado (autoclave), sem pin-holes (furos), com face em filme termoplástico bi laminado de polietileno e	Bobina	2.670







	polipropileno que permita selagem por máquina seladora térmica.		
29	SACO PLÁSTICO – para acondicionamento de resíduos/lixo infectante, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, medindo 59 cm de largura x 62 cm de altura mínima. Capacidade para 30 litros. Cor branco leitosa. Produto em conformidade com a ABNT NBR 9191/08. Deverá apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Deve constar em cada saco individualmente a identificação do fabricante com seu CNPJ, símbolo de substância infectante impresso conforme NBR 7500, com lacre individual, prazo de validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega do produto. Registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades.	Pacote	11.640
30	SACO PLÁSTICO - para acondicionamento de resíduos/lixo infectante, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, medindo 75 cm de largura x 105 cm de altura mínima. Capacidade para 100 litros. Cor branco leitosa. Produto em conformidade com a ABNT NBR 9191/08. Deverá apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Deve constar em cada saco individualmente a identificação do fabricante com seu CNPJ, símbolo de substância infectante impresso conforme NBR 7500, com lacre individual, prazo de validade no mínimo 12 meses a partir da data de entrega do produto. Registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades.	Pacote	57.175
31	SACO PLÁSTICO - para acondicionamento de resíduos/lixo infectante, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, medindo 39 cm de largura x 58 cm de altura mínima, capacidade para 15 litros. Cor branco leitosa. Produto em conformidade com a ABNT NBR 9191/08, deverá apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo perda do conteúdo durante o manuseio. Deve constarem cada saco individualmente a identificação do fabricante com seu CNPJ, símbolo de substância infectante impresso conforme NBR 7500, com lacre individual, prazo de validade no mínimo de 12 meses a partir da entrega do produto. Registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades.	Pacote	1.905



Página 8 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





32	SWAB ESTÉRIL - haste confeccionada em polipropileno com algodão especial de alta absorção, para coleta de materiais. Esterilizado por óxido de etileno. Pacotes/embalagem com 100 unidades.	Pacote	2.327
33	TALA MOLDÁVEL - tamanho: 12 x 120 cm, material: arame galvanizado e EVA.	Unidade	370

- 1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas acima e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o licitante deverá obedecer a este último.
- 1.3. Os objetos adquiridos serão entregues de forma parcelada nos municípios consorciados junto ao CISAMVI, quais sejam, Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio Dos Cedros, Rodeio e Timbó, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 1.4. O prazo de validade da Ata de Registro será **de 12 (doze) meses** contados de sua homologação, conforme artigo 15, § 3º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

## 2. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

- 2.1. O licitante, ao participar do presente certame, declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.
- 2.2. O CISAMVI não tolerará qualquer ato que infrinja ou possa infringir as Normas Anticorrupção, cabendo aos licitantes, em caráter irrevogável e irretratável:
  - 2.2.1 Tomar conhecimento das Normas Anticorrupção, especialmente a Lei Federal nº 12.846/2013, e o Decreto Federal nº 8.420/2015, e divulgá-las a seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e terceiros;
  - 2.2.2 Abster-se de praticar atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no artigo 5º, da Lei Federal nº 12.846/2013.

## 3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos pelos colaboradores do Consórcio Intermunicipal de



Página 9 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, através de seu Pregoeira e/ou Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante do sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

- 3.3. A abertura da sessão pública será às 14hs10min e início da sessão de disputa de lances será às 14hs20min do dia 29/07/2022. A análise das propostas poderá ser dividida por grupo de lotes, para otimização dos trabalhos da Pregoeira e da Equipe de Apoio, e a disputa de lances poderá se estender também aos dias subsequentes se necessário.
- 3.4. Todas as referências de tempo constantes deste Edital e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### 4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório poderão ser realizados por qualquer pessoa, e deverão ser enviados à Pregoeira até 3 (três) dias úteis anteriores (14hs10min do dia 26/07/2022) à data fixada para abertura da Sessão Pública.
- 4.2. Os pedidos de esclarecimento e impugnações deverão ser enviados exclusivamente por intermédio da plataforma onde ocorrerá o certame – <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> – meio no qual, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento do pedido de esclarecimento/impugnação, serão igualmente divulgadas as respostas e decisões da Pregoeira.
- 4.3. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento/impugnações apresentados fora do prazo estabelecido no item 4.1, ou que não observem a forma prescrita no item 4.2.
- 4.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e decisões das impugnações aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- 4.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, cabendo à Pregoeira concedê-lo excepcionalmente em decisão motivada.
- 4.6. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.
- 4.7. As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

#### 5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no país, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos, bem como legislação aplicável.
- 5.2. Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
  - 5.2.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;



Página 10 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



- 5.2.2 Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração direta de um dos entes consorciados motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;
  - 5.2.3 Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo;
  - 5.2.4 Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
  - 5.2.5 As hipóteses previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
  - 5.2.6 Estejam em situação fiscal irregular perante o RGPS/INSS e/ou FGTS;
  - 5.2.7 Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo CISAMVI em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.
- 5.3. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega do objeto nas quantidades, locais e prazos definidos, sob pena de aplicação de multa diária pelo inadimplemento da obrigação assumida.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão cadastrar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por intermédio do sítio eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 6.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 6.3. O credenciamento para participação no Pregão Eletrônico Nº 15/2022 dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do licitante no Portal Compras Públicas e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
  - 6.3.1 O credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 7. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 7.1. O CISAMVI e seus municípios consorciados não se obrigam a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, tampouco a adquirir a totalidade das quantidades indicadas no OBJETO e ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições o



Página 11 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



beneficiário do Registro de Preços vigente terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e até a data e hora marcadas para abertura da sessão os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, além dos documentos de habilitação exigidos neste Edital (item 9).
- 8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.3. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base neste Edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.
- 8.4. Até a abertura da sessão os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 8.5. O licitante deverá enviar sua proposta no idioma oficial do Brasil mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 8.5.1 Valor unitário e total para cada item em moeda corrente nacional;
  - 8.5.2 Na descrição detalhada deverão conter FABRICANTE, MARCA, NOME COMERCIAL E REGISTRO JUNTO À ANVISA do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.
- 8.6. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.7. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital e seus anexos.
- 8.8. A falsidade da declaração de que trata o subitem 8.7 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 8.9. Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como abreviações (relacionadas a empresa), telefones, nomes, etc., acarretando na desclassificação prévia do licitante o seu descumprimento.
- 8.10. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fins de gozo dos benefícios dispostos na mesma lei.
- 8.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento da etapa competitiva.



Página 12 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







## 9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. Deverão ser encaminhados, juntamente com a proposta, exclusivamente via sistema, os seguintes documentos:

- 9.1.1 Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ;
- 9.1.2 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração conforme modelo sugerido no ANEXO II;
- 9.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- 9.1.4 Caso a licitante vencedora seja representada por procurador(es) deverá apresentar procuração ou documento equivalente, além de cópia do RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, de Outorgante(s) e Outorgado(s);
- 9.1.5 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- 9.1.6 Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da empresa;
- 9.1.7 Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da empresa;
- 9.1.8 Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 9.1.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 9.1.10 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
- 9.1.11 Declaração assinada por representante legal da proponente, conforme modelo constante do ANEXO IV, de que:
  - Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
  - Concorda com os termos do Edital e dará pleno cumprimento à Ata de Registro de Preços/Contrato, caso sagre-se vencedora de itens/lotes do certame;
  - Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos;
- 9.1.12 Cópia da Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);



Página 13 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





- 9.1.13 Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso a renovação da Autorização de Funcionamento ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização previsto no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;
- 9.1.14 Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo ANEXO V.
- 9.2. **Os documentos cuja autenticidade não possa ser conferida através da internet deverão ser encaminhados devidamente autenticados por Tabela.**
- 9.3. **Os documentos em que são solicitadas assinaturas, será utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.**
- 9.4. Quando o prazo de validade não constar no documento, somente será considerado válido aqueles emitidos em data de até 60 (sessenta) dias da sessão de abertura das propostas.
- 9.5. Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, amparadas pela LC nº 123/06, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, para regularização de eventuais restrições no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação/desclassificação e/ou decadência do direito de contratação.
- 9.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:
- 9.6.1 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- 9.6.2 Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz.
- 9.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante abertura de diligência no próprio portal de compras públicas, onde o registro da ocorrência constará na ata final do processo, e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para continuidade da mesma.
- 9.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.9.1 Se a licitante não atender às exigências de habilitação o Pregoeira, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



Página 14 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

9.9.2 No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

#### 10. DA ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. A abertura da Sessão Pública dar-se-á mediante comando da Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Durante a Sessão Pública a comunicação entre o Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. O Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou que contenham vícios insanáveis.

10.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

10.8.1 Na hipótese do subitem anterior a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de percentual entre os lances.

10.10. Considerando que o valor unitário dos itens objeto deste pregão são de pouca expressão, motivo pelo qual os valores consideram **4 (quatro) casas decimais**, o **intervalo mínimo de percentual entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, **será**



Página 15 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





**de 1% (um por cento) sobre o valor unitário de cada item.**

- 10.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.12. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.13. Se o Pregoeira entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.
- 10.14. A etapa competitiva deste Pregão Eletrônico observará as regras do **modo de disputa ABERTO**, no qual a etapa de lances terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente por 2 (dois) minutos pelo sistema, sucessivamente, sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.
- 10.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida no subitem anterior a Sessão Pública será encerrada automaticamente.
- 10.16. Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeira, assessorado pela Equipe de Apoio e mediante justificativa, admitir o reinício da Sessão Pública de lances em prol da consecução do melhor preço.
- 10.17. No caso de desconexão com o Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 10.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**11. EM HAVENDO EMPATE**

- 11.1. Considera-se empate ficto as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os artigos 44 e 45 da Lei Complementar n 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:
  - 11.1.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no subitem 11.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
  - 11.1.2 Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame;
  - 11.1.3 Não apresentada nova proposta, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para



Página 16 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





o exercício do mesmo direito;

- 11.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 11.1.5 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado automaticamente pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.1.6 O disposto nos subitens 11.1.1 a 11.1.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 11.1.7 A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.
- 11.2. Se o Pregoeira observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
  - 11.2.1 Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;
  - 11.2.2 Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
  - 11.2.3 Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;
  - 11.2.4 Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
  - 11.2.5 Sorteio.

## 12. DA NEGOCIAÇÃO, JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1. Encerrada a etapa de lances e decididos eventuais empates, o Pregoeira encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o menor preço, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.
- 12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.3. Encerrada a etapa de negociação o Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
  - 12.3.1 **Examinará ainda o valor ofertado/negociado em cada item, o comparando aos registros de preços vigentes, e em havendo VALOR IGUAL OU SUPERIOR ao já registrado se procederá o cancelamento do item.**
- 12.4. O Pregoeira convocará o licitante para enviar, digitalmente, a **proposta**



Página 17 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







**readequada** em conformidade com o último lance ofertado e os documentos complementares referentes aos itens vencidos no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação.

- 12.4.1 Na **proposta readequada** será utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.
- 12.4.2 A Proposta de Preços readequada (modelo ANEXO III), enviada via sistema no prazo estipulado no subitem 12.4, deverá conter nome da arrematante e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver), e conter tabela com ITEM, DESCRIÇÃO DO ITEM, MARCA, Nº DE REGISTRO JUNTO À ANVISA, CNPJ FABRICANTE e **FORMA DE APRESENTAÇÃO/ACONDICIONAMENTO** do(s) produto(s) cotado(s), devendo ser apresentada conforme as especificações técnicas constantes no ANEXO I, identificando o número do lote ao qual corresponde no Edital da Licitação.
- 12.5. Cada proponente deverá evidenciar na proposta o fabricante e CNPJ dos produtos ofertados e o país de origem, caso não seja nacional.
- 12.6. As propostas deverão conter valor unitário e total arrematado de cada item, em moeda corrente, já inclusas quaisquer outras despesas, tais como impostos, fretes para entrega nos locais estabelecidos no Edital, seguros, montagem, embalagem, etc.
- 12.7. Para composição do preço unitário e total do lote, os participantes deverão considerar até 04 (quatro) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado (total da Nota Fiscal) será de 02 (dois) dígitos após a vírgula.
- 12.8. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 12.9. Constituem documentos complementares referentes aos itens vencidos, que devem ser enviados juntamente com a proposta atualizada no prazo estabelecido, sob pena de inabilitação:
- 12.9.1 Cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso o Registro do produto esteja vencido, apresentar juntamente com Certificado de Registro do produto, o comprovante de protocolo de pedido de atualização do registro do produto, ou se for o caso, comprovar que o produto está dispensado do registro;
- 12.9.2 Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle linha de produção/Produtos, emitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). No caso de produto importado é também necessária apresentação do Certificado de Boas





Práticas de Fabricação e Controle emitido pela Autoridade Sanitária do País de origem ou Laudo de Inspeção emitido pela Autoridade Sanitária Brasileira, conforme RDC nº 59 de 27 de junho de 2000;

12.9.3 No caso de a empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a empresa licitante deverá apresentar contrato de terceirização contendo os produtos a serem terceirizados, bem como o Certificado de Boas Práticas de Fabricação para a linha de produção da empresa fabricante;

12.9.4 Ficha técnica/manual/embalagem do produto;

### 13. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

13.1. Após a declaração do licitante vencedor, além do envio dos documentos complementares, também deverá ser encaminhada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar unidades a título de amostra, acompanhado de sua respectiva embalagem, para verificação da conformidade com as especificações descritas no objeto e ANEXO I, conforme quantidades abaixo:

13.1.1 Os Itens **2, 3, 4, 5, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21 e 22** deverão ser encaminhados no mínimo **3 (TRÊS) UNIDADES DO ITEM** - os que estão solicitados em caixa/pacote, **poderão ser fracionados neste subitem**, devendo ser encaminhada ao CISAMVI a embalagem original do produto para verificação da padronização;

13.1.2 Os Itens **6, 7, 8, 9, 10, 29, 34** deverão ser encaminhados no mínimo **10 (DEZ) UNIDADES** do item ao CISAMVI e sua respectiva embalagem;

13.1.3 Os Itens **13, 14, 15, 16, 24, 31, 32, 33** deverão ser encaminhados **1 (UMA) CAIXA/PACOTE** do item ao CISAMVI e sua respectiva embalagem;

13.1.4 Os Itens **23, 27, 28, 30, 36** deverão ser encaminhados no mínimo **1 (UMA) UNIDADE** do item ao CISAMVI e sua respectiva embalagem;

13.2. As empresas devem enviar juntamente ao item (ns) de amostra: ficha técnica, marca, descrição completa do item, número do item no pregão, se faz imprescindível a embalagem original, **contendo etiqueta que identifique o nome da proponente e o item no pregão**. Elas serão analisadas posteriormente, e emitido parecer aprovando ou não as amostras apresentadas.

13.2.1 A **amostra deverá ser entregue** no endereço do CISAMVI em até **5 (cinco) dias úteis** contados da convocação da Pregoeira, com a devida identificação da empresa no envelope/caixa de envio, contendo na **parte externa** o descritivo abaixo, sob pena de desclassificação no caso de descumprimento:

DESTINATÁRIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI

REF. AMOSTRAS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

A/C Pregoeira – Rafaela dos Santos Guedes

Endereço: Rua Alberto Stein, 466 – 3º andar, Bairro Velha, CEP 89036-200, Blumenau/SC



Página 19 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





- 13.2.2 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;
- 13.2.3 Os itens enviados a título de amostra não serão descontados do quantitativo registrado na ata.
- 13.3. Serão rejeitadas as amostras que não atenderem às exigências contidas no OBJETO e ANEXO I, apresentarem defeitos durante a análise técnica e/ou apresentarem qualidade inferior em relação às especificações técnicas exigidas.
- 13.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 13.5. As inadequações das exigências técnicas especificadas no edital e no descritivo ensejarão na desclassificação da proposta apresentada, com relação ao item correspondente.
- 13.6. As amostras aprovadas terão o item adjudicado pelo Pregoeira e o resultado das avaliações reprovadas serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

#### 14. DOS RECURSOS

- 14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 1 (uma) hora.
- 14.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeira autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora;
- 14.1.2 Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 14.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeira, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
- 14.2.1 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no sistema, não sendo recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente à Pregoeira ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).
- 14.3. Caberá à Pregoeira receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, encaminhá-lo à Diretoria Executiva do para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





- 14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 14.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

## 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM**, desde que atendidas as exigências deste Edital.
- 15.2. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato da Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, à Diretoria Executiva do CISAMVI.
- 15.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

- 16.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:
- 16.1.1 **Firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da convocação para realização do ato**, sob pena de aplicação do artigo 81 da Lei nº 8.666/93;
- 16.1.2 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 16.1.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO", quanto for o caso, e o item assim permitir;
- 16.1.4 Fornecer os objetos dentro do prazo de validade exigido no Edital e seus anexos;
- 16.1.5 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;
- 16.1.6 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 16.1.7 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão





logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

- 16.1.8 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
- 16.1.9 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.10 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
- 16.1.11 **Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;**
- 16.1.12 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf, ou DANFE, no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI;
- 16.1.13 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
- 16.1.14 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;
- 16.1.15 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

## 17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, a serem firmadas entre o CISAMVI e o Fornecedor, e terá sua vigência de 12 (doze) meses.
  - 17.1.1 Será publicada Ata Geral, cuja minuta consta do ANEXO VI, onde constarão todos os itens objeto deste Edital e licitantes vencedores/fornecedores, assim como serão formalizadas atas entre o CISAMVI e os fornecedores, cuja minuta consta do ANEXO VII.
- 17.2. Constará da Ata de Registro de Preços Geral, na forma de anexo, o Cadastro Reserva dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
  - 17.2.1 Constarão igualmente do Cadastro Reserva as propostas dos licitantes que não manifestarem a possibilidade de fornecimento nas mesmas condições do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.
- 17.3. O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar a Ata de Registro de Preço correspondente no prazo de até 2



Página 22 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200







**(dois) dias úteis** após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

17.3.1 **Será utilizada assinatura digital de documentos na ata de registro de preços**, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

17.3.2 **A ata que não contiver assinatura digital, deverá ter firma reconhecida em cartório.**

17.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do envio do documento, implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

17.5. A Ata de Registro de Preços será encaminhada ou pelo endereço eletrônico informado pelo licitante vencedor no documento Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V) ou por intermédio do Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas.

17.5.1 Quando encaminhada pelo Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, o sistema encaminhará aviso para o endereço eletrônico informado pelo licitante vencedor no documento Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V) de que o documento está disponível junto ao sistema.

17.6. Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, o CISAMVI poderá firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

17.7. A existência de preços registrados não obriga o CISAMVI ou os municípios consorciados a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.8. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

## 18. DA POSSIBILIDADE DE REAJUSTE DOS PREÇOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser



Página 23 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





protocolados/encaminhados para o e-mail [apoio2@cisamvi.sc.gov.br](mailto:apoio2@cisamvi.sc.gov.br) e [licitacao2@cisamvi.sc.gov.br](mailto:licitacao2@cisamvi.sc.gov.br), devendo no campo assunto do e-mail ser informado: **Pedido de Reequilíbrio, item e número ata de registro de preços.**

18.2.1 Para admissibilidade do pedido, o e-mail enviado deverá vir como anexo toda documentação comprobatória do pleito, contrato social vigente da empresa, documento oficial com foto do preposto, bem como o pedido deve conter **assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001;**

18.2.1.1 O Pedido de Reequilíbrio/cancelamento que não contiver assinatura digital, **deverá ter firma reconhecida em cartório.**

18.2.2 **Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou pedido de cancelamento, devem ser atendidas considerado o valor até então registrado,** ficando o item **suspenso** para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

18.2.3 Será dado ciência ao remetente do e-mail enviado seu recebimento;

18.2.4 A decisão da análise do pedido se dará através de ofício encaminhado ao solicitante.

18.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

18.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

18.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

18.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

18.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação do item na Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.5. Independentemente de solicitação, o CISAMVI poderá convocar o fornecedor,



Página 24 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

- 18.6. A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.
- 18.7. Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

#### 19. DO CANCELAMENTO E/OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

- 19.1. O fornecedor terá seu registro de preço cancelado quando:
- 19.1.1 Recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- 19.1.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços da presente licitação ou de licitações realizadas nos últimos 5 (cinco) anos;
- 19.1.3 Tiver presentes razões de interesse público;
- 19.1.4 For declarado inidôneo, impedido de licitar ou contratar com o CISAMVI ou com qualquer um dos municípios consorciados, antes ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e artigo 49 do Decreto nº 10.024/19.
- 19.1.5 Não utilizar os recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo CISAMVI na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.
- 19.1.6 **Não sendo os itens entregues dentro dos prazos de que trata o item 20.6, as respectivas ATAS de registro de preços poderão, no interesse da administração, ter o item automaticamente cancelado e o fato será comunicado à comissão processante para a instauração de processo administrativo para apuração da responsabilidade.**
- 19.1.7 **Haverá suspensão do item quando o CISAMVI obtiver por meio de novo pregão eletrônico, registro de preços com VALOR INFERIOR ao já registrado.**
- 19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.
- 19.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não sendo aplicadas, então, quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.





19.3.1 Os pedidos de cancelamento devem seguir os mesmos tramites de que trata o item 18.2 deste edital.

## 20. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA/FORNECIMENTO

- 20.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o CISAMVI emitirá e publicará a Ata de Registro de Preços no sítio eletrônico do consórcio público e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.
- 20.2. Formalizada a Ata de Registro de Preços e assinada a Ata, os licitantes vencedores se sujeitam a acatar o fornecimento regular pelo prazo de sua validade, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas neste Edital e/ou nas disposições legais pertinentes.
- 20.3. As contratações/solicitações dos itens, ocorrerão de forma parcelada, sendo efetuadas conforme a necessidade de cada município consorciado, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 20.4. O CISAMVI, durante a validade da Ata de Registro de Preços, utilizará Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, acessível através da internet (sistema web), para gerenciamento e controle dos processos de compra, ficando o fornecedor obrigado desde já a utilizá-lo e alimentá-lo.
- 20.5. Após a formalização da Ata de Registros de Preços, será atribuído *login* e senha aos fornecedores registrados para acesso ao Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, disponível *online*.
- 20.5.1 O *login* e a senha para acesso ao Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas serão encaminhados para o endereço eletrônico constante dos documentos para habilitação em “Responsável pelos pedidos” do documento Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V).
- 20.6. Dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços os municípios consorciados emitirão Autorizações de Fornecimento, utilizando para tanto o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, que notificará o fornecedor da emissão, cabendo ao licitante vencedor/fornecedor acessar a referida plataforma para retirada dos pedidos.
- 20.6.1 As Autorizações de Fornecimento são consideradas recebidas pelo fornecedor após 24 (vinte e quatro) horas após sua emissão, independentemente do acesso ao sistema informatizado, do qual o arrematante concorda e se obriga a acessar.
- 20.7. Caso os itens registrados em determinada Autorização de Fornecimento não atinjam o valor mínimo de R\$ 150,00 (cem e cinquenta reais), o fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao Município Requisitante, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não lhe sendo aplicada qualquer sanção.
- 20.8. Ao realizar o faturamento dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio de acesso com seu *login* e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva em formato *.pdf*, ou quando for o caso, incluir a DANFE.



Página 26 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





- 20.8.1 A inserção da Nota Fiscal no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas pelo fornecedor é condição imprescindível para prosseguimento dos trâmites de liquidação e pagamento do objeto da Autorização de Fornecimento.
- 20.9. As Notas Fiscais Eletrônicas devem ser emitidas em nome do CISAMVI e conter o mesmo número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - daquele fornecido durante a fase de habilitação. Deverão apresentar, nos campos adicionais/informações complementares, a expressão “Pregão Eletrônico Nº 15/2022”, o nome da Secretaria Municipal de Saúde/Município requisitante, o endereço do local de entrega, e nº da Autorização de Fornecimento correspondente, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias.
- 20.9.1 A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.
- 20.9.2 As Notas Fiscais Eletrônica que apresentarem incorreções serão devolvidas ao fornecedor, e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pelo CISAMVI.
- 20.10. Cada produto entregue deverá estar registrado na Nota Fiscal Eletrônica com nome idêntico ao constante da Ata de Registro de Preços.

## 21. DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 21.1. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do fornecedor.
- 21.2. Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado, nos termos do ANEXO I, e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 21.3. O transporte e as entregas deverão ser realizados conforme estabelecido no ANEXO I – Termo de Referência.
- 21.4. Os fornecedores terão até **20 (vinte) dias corridos**, contados da emissão da Autorização de Fornecimento – AF, para efetuar a entrega dos itens solicitados, devendo apresentar, no ato da entrega, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto.
- 21.4.1 A prorrogação do prazo de entrega poderá ser requerida uma única vez, no máximo por igual período, mediante envio para o **cpar@cisamvi.sc.gov.br**, destacando no assunto a descrição do item e número da AF, desde que solicitado dentro do prazo de entrega de 20 (vinte) dias da AF e instruído com documentação que justifique a solicitação.
- 21.4.2 O fornecedor que descumprir o prazo estipulado para entrega poderá ter o item em atraso cancelado de sua ata de registro de preços, sem prejuízo da continuidade de processo administrativo para averiguação do cometimento de possíveis irregularidades.
- 21.5. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta e indicada na Ata de Registro de Preços, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste



Página 27 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







Edital.

- 21.5.1 Solicitações de troca de marca para atendimento de Autorização de Fornecimento específica/determinada devem ser encaminhadas diretamente ao responsável pelo pedido do Município Requisitante, **nos endereços eletrônicos indicados no ANEXO I**, instruído com documentação que justifique a solicitação.
- 21.5.2 Não sendo possível efetivar a entrega do item pelo restante da validade da Ata de Registro de Preços com a marca registrada, deverá o fornecedor encaminhar pedido de troca de marca ao CISAMVI, instruído com os documentos necessários para homologação da nova marca, além dos documentos necessários à comprovação de suas alegações.
- 21.6. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital e seus anexos, sem nenhum ônus para o CISAMVI, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 21.7. Em caso de necessidade de recolhimento dos produtos, motivada ou por termo de compromisso ou por determinação da Agência Nacional de Saúde ou outro órgão equivalente, o recolhimento deverá ser realizado a expensas do fornecedor, e imediatamente substituído por equivalente, sob pena de aplicação de sanção.
- 21.8. Em caso de necessidade de previsão de consumo, o fornecedor deverá entrar em contato com os municípios consorciados que emitem Autorização de Fornecimento - AF, podendo estes, por se tratar de registro de preços, não ter o consumo/demanda pre definida.

## 22. DO PAGAMENTO

- 22.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo CISAMVI em favor do licitante vencedor/fornecedor, mediante depósito bancário na conta corrente, preferencialmente no Banco do Brasil, indicada pelo fornecedor nos Dados Cadastrais do Fornecedor (ANEXO V).
- 22.2. O CISAMVI efetuará o pagamento em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do recebimento definitivo.
- 22.3. **Fica ressalvado ao CISAMVI o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.**
- 22.4. O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Interpelação judicial ou extrajudicial.
- 22.5. Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante vencedor/fornecedor deverá manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.6. É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.



Página 28 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





### 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o CISAMVI ficam sujeitos à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, quais sejam:
- 23.1.1 Advertência por escrito;
- 23.1.2 Multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato administrativo;
- 23.1.2.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:
- 23.1.2.2 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF);
- 23.1.2.2.1 Caso fornecedor solicite prorrogação de prazo de entrega, **sendo este não cumprido**, o marco original de atraso retroage ao vencimento original da AF, desconsiderando o pedido não cumprido.
- 23.1.2.3 Caso o fornecedor tenha requerido dilação do prazo da entrega, dentro dos primeiros 20 (vinte) dias da solicitação da AF, conforme item 21.4, não será aplicada multa até sua efetiva entrega, desde que observado o prazo estipulado no pedido de prorrogação;
- 23.1.2.4 Não havendo entrega dentro do prazo de dilação solicitado pelo fornecedor, a multa retroagirá a data original do vencimento da AF, desconsiderando o pedido de prorrogação apresentado anteriormente;
- 23.1.2.5 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 (trinta) dias;
- 23.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- 23.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
- 23.2. São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 23.2:
- 23.2.1 Prestar declaração falsa de que cumpre com os requisitos de habilitação e/ou de conformidade da proposta apresentada com as exigências deste Edital;
- 23.2.2 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI;





- 23.2.3 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento;
- 23.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 23.3. A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 23.4. A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 23.5. Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 23.6. Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 23.7. As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 23.8. O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Interposição judicial ou extrajudicial.

#### 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Caberá ao CISAMVI a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 24.2. A quantidade relacionada no objeto e ANEXO I serve apenas como orientação para composição de preço, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.
- 24.3. O CISAMVI poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 24.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 24.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.
- 24.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do CISAMVI.
- 24.7. O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no



Página 30 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

- 24.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema onde ocorrerá o certame ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso no Portal Compras Públicas, ainda que por terceiros.
- 24.9. Os fornecimentos a serem realizados em decorrência da licitação serão efetuados após regular assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, reconhecendo desde já o licitante que as requisições de entrega representam compromisso entre as partes, assim como a Ata de Registro de Preços.
- 24.10. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.
- 24.11. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.12. É facultado à Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 24.13. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no modo e prazo determinados pelo Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 24.14. As normas constantes deste Edital e que regem esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.15. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e no fiel cumprimento das condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades ressalvadas neste Instrumento Convocatório.
- 24.16. A detecção pelo CISAMVI, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 24.17. Caso o fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a empresa vencedora deverá substituir o produto a ser fornecido por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.
- 24.18. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do artigo 57, §4º, da Lei nº 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os



Página 31 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





demais requisitos desta norma.

- 24.19. Cabe aos licitantes acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e na Plataforma Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).
- 24.20. Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.
- 24.21. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeira até a adjudicação do processo licitatório. A partir desta fase, situações não previstas ou ocorridas após homologação, serão resolvidas pela Diretoria Executiva do CISAMVI, com base na legislação federal.
- 24.22. O CISAMVI não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

## 25. ANEXOS

- 25.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- 25.1.1 ANEXO I – Termo de Referência;
  - 25.1.2 ANEXO II – Declaração de Microempresas e Empresas De Pequeno Porte;
  - 25.1.3 ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;
  - 25.1.4 ANEXO IV – Declaração de idoneidade, concordância com os termos do Edital e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
  - 25.1.5 ANEXO V – Dados Cadastrais do Fornecedor;
  - 25.1.6 ANEXO VI – Formulário de Requerimento de Reequilíbrio de Preço e Cancelamento
  - 25.1.7 ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços – Geral;
  - 25.1.8 ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços – por Fornecedor.

Blumenau-SC, 14 julho de 2022.

(Assinado Digitalmente)  
**VANESSA FERNANDA SCHMITT**  
Diretora Executiva



Página 32 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL (ABAIXADOR DE LÍNGUA, ATADURAS, COMPRESSA DE GAZE, FITAS, LENÇOL, PAPEL CREPADO, SACO PLÁSTICO, SWAB, TALAS, ENTRE OUTROS), pelo prazo de 12 (doze) meses, com entrega nos municípios consorciados junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, quais sejam, Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, conforme as especificações e quantidades abaixo discriminadas:

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo total
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA - confeccionado em madeira. Apresentação: pacote com 100 unidades.	Pacote	3.625
2	ALMOTOLIA ESCURA - material: polipropileno, capacidade: 120 ml, cor: âmbar, dotado de tampa com rosca e bico prolongado, com protetor com fixação e adaptação perfeitas, atóxico, fotossensível, de estrutura rígida, compressível.	Unidade	1.740
3	ALMOTOLIA TRANSPARENTE - material: polipropileno, capacidade: 120 ml, dotado de tampa com rosca e bico prolongado, com protetor com fixação e adaptação perfeitas, atóxico, de estrutura rígida, compressível.	Unidade	2.120
4	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO - em manta uniforme de 10 cm, cor clara., confeccionado com 100% fibras de algodão cru, sem impurezas e farpas, medindo 100 cm de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	2.165
5	ATADURA DE ALGODÃO ORTOPÉDICO - em manta uniforme de 15 cm, cor clara, confeccionado com 100% fibras de algodão cru, sem impurezas e farpas, medindo 100 cm de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	2.215
6	ATADURA DE CREPOM - não estéril, medindo 06 cm de largura x 1,80 m em repouso, tendo 4,50 m de comprimento aproximado quando esticada. Cor natural, confeccionada com 13 fios/cm2, 100% algodão. Bordas devidamente acabadas, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, boa elasticidade no sentido longitudinal.	Unidade	35.500



Página 33 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





7	ATADURA DE CREPOM - não estéril, medindo 12 cm de largura x 1,80 m em repouso, tendo 4,50 m de comprimento aproximado quando esticada. Cor natural, confeccionada com 13 fios/cm <sup>2</sup> , 100% algodão. Bordas devidamente acabadas, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, boa elasticidade no sentido longitudinal. Registro no MS/ANVISA (apresentar amostra).	Unidade	54.202
8	ATADURA DE CREPOM - não estéril, medindo 12 cm de largura x 1,80 m em repouso, tendo 4,50 m de comprimento aproximado quando esticada. Cor natural, confeccionada com 13 fios/cm <sup>2</sup> , 80% algodão. Bordas devidamente acabadas, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, boa elasticidade no sentido longitudinal. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	58.600
9	ATADURA DE CREPOM - dimensões: 15 cm x 1,80 m, material: tecido 100% algodão cru de alta torção, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente acabadas, densidade: 13 fios/ cm <sup>2</sup> . Atadura de crepom - medidas: 15cm largura x 1,80m comprimento (em repouso); confeccionada em fios de algodão cru de alta torção, 13 fios/cm quadrado, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente delimitadas e acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente de forma cilíndrica, isenta de defeitos. Embalagens individuais, com dados de identificação e número do lote. Registro no MS/ANVISA. O produto deverá ser entregue com laudo analítico que comprove o cumprimento NBR 14056.	Unidade	54.401
10	ATADURA DE CREPOM - dimensões: 20 cm x 1,80 m, material: tecido 100% algodão cru de alta torção, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente acabadas, densidade: 13 fios/ cm <sup>2</sup> . Atadura de crepom - medidas: 20 cm largura x 1,80m comprimento (em repouso); confeccionada em fios de algodão cru de alta torção, 13 fios/cm quadrado, com elasticidade adequada em sentido longitudinal e bordas devidamente delimitadas e acabadas, elasticidade adequada, enrolada uniformemente de forma cilíndrica, isenta de defeitos. Embalagens individuais, com dados de identificação e número do lote. Registro no MS/ANVISA. O produto deverá ser entregue com laudo analítico que comprove o cumprimento NBR 14056.	Unidade	57.400
11	ATADURA GESSADA - confeccionada com atadura de gaze impregnada com gesso coloidal, com laterais de	Pacote	6.935





	corte sinuoso, medindo 10 cm x 3 m, com quantidade de gesso suficiente para dar cremosidade após imersão em água. Tempo de secagem de 56 minutos. Embalagem com 20 unidades. Registro no MS/ANVISA.		
12	ATADURA GESSADA - confeccionada com atadura de gaze impregnada com gesso coloidal, com laterais de corte sinuoso, medindo 15 cm x 3 m, com quantidade de gesso suficiente para dar cremosidade após imersão em água. Tempo de secagem de 56 minutos. Embalagem com 20 unidades. Registro no MS/ANVISA.	Pacote	5.285
13	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - composição: fibras 100% algodão alvejadas, densidade: 11 fios/ cm <sup>2</sup> , não estéril, PH entre 5 e 8, tamanho fechado: 10 cm x 10 cm (aproximadamente), tamanho aberta: 20 cm x 40 cm (aproximadamente), pacote com 500 unidades. Tecido tipo tela com 8 camadas e 5 dobras; apresentar alta absorção; acabamento regular, sem desprendimento de fios; Registro no Ministério da Saúde/ ANVISA; atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843; validade do produto: 2 anos; embalagem com número de lote, identificação e procedência conforme portaria INMETRO 106/2003.	Pacote	9.560
14	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - composição: fibras 100% algodão alvejadas, densidade: 13 fios/ cm <sup>2</sup> , dimensões: 7,5 cm x 7,5 cm, não estéril. Embalagem com 500 unidades. Constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm <sup>2</sup> ; medindo 7,5 cm x 7,5 cm quando dobrada e 15 cm x 30 cm ( aberta), com 5 dobras e 8 camadas , com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos; a compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas; com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843; validade do produto: 2 anos; embalagem com número de lote, identificação e procedência conforme portaria INMETRO 106/2003.	Pacote	24.660
15	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA - não estéril, com densidade 13 fios por cm <sup>2</sup> , com 05 dobras e 08 camadas. Tamanho 10 x 10 cm quando fechada e aproximadamente 20 x 40 cm quando aberta, com bordas voltadas para a parte interna, sem fios soltos, isenta de impurezas, amido ou substâncias alergênicas. Confeccionada com fios 100% algodão. Pacote com 500 unidades e peso aproximado de 1000 gr. Registro na ANVISA/ms.	Unidade	66.460





	(apresentar amostra) compressa de gaze hidrófila - (10 x 10 cm) técnica mínima requerida: composição 1: fibras 100% algodão alvejadas tamanho aproximado: 10,0 x 10,0 cm quando fechada e 20 x 40 cm quando aberta tipo: gaze estéril peso da unidade na embalagem: 490 gramas por pacote ph: entre 5 e 8 tipo da embalagem: em papel grau cirúrgico com esterilização de validade mínima de dois anos densidade: 20 fios/cm2 tipo de tecido: tela, com 8 camadas e cinco dobras pacote com 10 unidades com peso de 10 gramas por pacote unidade: pacote.		
16	CURATIVO ANTISSÉPTICO / BANDAGEM PÓS COLETA OU VENOPUNÇÃO - blod stop - redondo, cor nude ou branca. Embalagem com 500 unidades. Registro ANVISA.	Caixa	5.730
17	ESPARADRAPO - produto impermeável, composto de tecido 100% algodão que recebe tratamento especial para facilitar o rasgo sem desfiamento, resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas. Apresentando bordas serrilhadas que favorecem o corte, sem a necessidade do uso de instrumento de corte. Com excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade. Tamanho :rolos com 10,0 cm x 4,5 m de comprimento. Na embalagem externa deverá conter as informações: número do lote, data de fabricação e validade, nº do registro na ANVISA.	Unidade	8.028
18	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE - confeccionada com dorso de papel crepe a base de celulose, recebendo em uma das faces massa adesiva a base de borracha natural e, na outra face uma fina camada impermeabilizante acrílica. Possui listras diagonais de tinta termorreativa na cor branca que passa para preta após o processo de esterilização , indicando a eficácia do processo. Tamanho 19 mm x 30m , cor bege, embalagem individual. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	4.820
19	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA (MICROPORE) - fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, com superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético, quimicamente inerte, hipoalergênica., branca. Tamanho: 50 mm x 10 m de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	17.700
20	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA(MICROPORE) - fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, com superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético, quimicamente inerte,	Unidade	12.430





	hipoalergênica, branca. Tamanho: 12 mm x 10 m de comprimento. Registro no MS/ANVISA.		
21	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA (MICROPORE) - fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, com superfície adesiva impregnada de substância à base de éter sintético, quimicamente inerte, hipoalergênica, branca. Tamanho: 25 mm x 10 m de comprimento. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	13.500
22	FITA MÉTRICA DE FIBRA. Tamanho: 1,5 metros.	Unidade	535
23	GAZE TIPO QUEIJO (BOBINA) 13 FIOS - confeccionada com fio 100% algodão, composta por 3 dobras e 8 camadas no formato 91 cm x 91 m. Não estéril. Massa por unidade de peso 1.450 gr, com variação de 5%. Registro na ANVISA/MS.	Unidade	2.735
24	LENÇOL DESCARTÁVEL PARA MACA - confeccionado em Tecido Não Tecido (TNT), 100% em polipropileno, com elástico em toda a margem para melhor fixação e ajuste. Medidas 2,0m x 0,90 cm. Embalagem com 10 unidades. Registro na ANVISA.	Pacote	22.780
25	LENÇOL EM PAPEL - apresentação em bobina/rolo, tipo: descartável, material: papel celulose branco, quimicamente puro, isento de furos e impurezas, apresentar maciez e resistência compatíveis com a sua finalidade., tamanho(s): 70 cm x 50 m (aproximadamente). Registro ANVISA. Lençol em papel descartável (rolo) papel lençol em bobina/rolo, descartável, confeccionado em papel celulose branco, quimicamente puro, isento de furos e impurezas, medindo aproximadamente 70cm de largura por 50m de comprimento. Apresentar maciez e resistência.	Unidade	23.215
26	MALHA TUBULAR - em tecido cru, elástico, não deformável, não estéril, em rolo de algodão simétrico. Medindo 08 cm x 25 m. Embalagem individual. Registro no MS/ANVISA.	Unidade	1.347
27	PAPEL CREPADO - 30cm x 30 cm, embalagem descartável para esterilização a vapor. Caixa com 500 unidades. Registro ANVISA/ms.	Caixa	1.680
28	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - bobina de 20 cm x 100 m. Apresentação em bobina de 20cm x 100m, com indicadores químicos que mudam de cor diferenciando o produto já processado, que garanta a barreira bacteriológica necessária para obtenção da esterilidade do produto, podendo ser utilizado no processo de vapor	Bobina	2.670







	saturado (autoclave), sem pin-holes (furos), com face em filme termoplástico bi laminado de polietileno e polipropileno que permita selagem por máquina seladora térmica.		
29	SACO PLÁSTICO – para acondicionamento de resíduos/lixo infectante, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, medindo 59 cm de largura x 62 cm de altura mínima. Capacidade para 30 litros. Cor branco leitosa. Produto em conformidade com a ABNT NBR 9191/08. Deverá apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Deve constar em cada saco individualmente a identificação do fabricante com seu CNPJ, símbolo de substância infectante impresso conforme NBR 7500, com lacre individual, prazo de validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega do produto. Registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades.	Pacote	11.640
30	SACO PLÁSTICO - para acondicionamento de resíduos/lixo infectante, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, medindo 75 cm de largura x 105 cm de altura mínima. Capacidade para 100 litros. Cor branco leitoso. Produto em conformidade com a ABNT NBR 9191/08. Deverá apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Deve constar em cada saco individualmente a identificação do fabricante com seu CNPJ, símbolo de substância infectante impresso conforme NBR 7500, com lacre individual, prazo de validade no mínimo 12 meses a partir da data de entrega do produto. Registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades.	Pacote	57.175
31	SACO PLÁSTICO - para acondicionamento de resíduos/lixo infectante, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, medindo 39 cm de largura x 58 cm de altura mínima, capacidade para 15 litros. Cor branco leitosa. Produto em conformidade com a ABNT NBR 9191/08, deverá apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo perda do conteúdo durante o manuseio. Deve constarem cada saco individualmente a identificação do fabricante com seu CNPJ, símbolo de substância infectante impresso conforme NBR 7500, com lacre individual, prazo de validade no mínimo de 12	Pacote	1.905





	meses a partir da entrega do produto. Registro na ANVISA. Embalagem com 100 unidades.		
32	SWAB ESTÉRIL - haste confeccionada em polipropileno com algodão especial de alta absorção, para coleta de materiais. Esterilizado por óxido de etileno. Pacotes/embalagem com 100 unidades.	Pacote	2.327
33	TALA MOLDÁVEL - tamanho: 12 x 120 cm, material: arame galvanizado e EVA.	Unidade	370

## 2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. O objeto Registro de Preços para aquisição de MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL (ABAIXADOR DE LÍNGUA, ATADURAS, COMPRESSA DE GAZE, FITAS, LENÇOL, PAPEL CREPADO, SACO PLÁSTICO, SWAB, TALAS, ENTRE OUTROS) visa suprir a necessidade de atendimento da demanda dos usuários da rede básica municipal de saúde dos 16 (dezesesseis) municípios consorciados ao CISAMVI, visando economia com a compra em escala.
- 2.2. Os descritivos dos itens a serem adquiridos foram definidos pelos servidores técnicos de municípios consorciados, ao passo que a quantidade a ser licitada é a soma dos quantitativos informados pelos entes consorciados.

## 3. DA PREVISÃO DA DESPESA E PREÇO DE REFERÊNCIA

- 3.1. O valor total para aquisição dos itens relacionados neste Termo de Referência corresponde a R\$14.134.936,99 (quatorze milhões, cento e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos), entretanto, cabe destacar que trata-se de Registro de Preços no qual o CISAMVI e seus municípios consorciados não se obrigam a adquirir do(s) licitante(s) vencedor(es) os itens/quantidades relacionados.
- 3.2. Para a composição dos preços estimados foram utilizados os seguintes parâmetros: orçamentos encaminhados por empresas que fornecem produtos similares ao objeto do certame, Ata de Registro de Preços – Pregão Eletrônico nº 12/2022 CINCATARINA, e Ata Registro de Preços firmada pelo CISAMVI através do Pregão Eletrônico nº 11/2021, onde foi retirado a média ponderada de item.
- 3.3. O valor de referência de cada item ficará em caráter sigiloso, estando acessível nos autos do processo após a homologação.

## 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. Eventuais despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:



Página 39 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MÉDIO VALE ITAJAÍ
02.001	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MÉDIO VALE ITAJAÍ
0010.0122.0002	GESTÃO DE INSUMOS
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

## 5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. As empresas vencedoras do processo licitatório deverão apresentar a seguinte documentação, sob pena de inabilitação:

- 5.1.1 Cópia da Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);
- 5.1.2 Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);
- 5.1.3 Cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). Caso o Registro do produto esteja vencido, apresentar juntamente com Certificado de Registro do produto, o comprovante de protocolo de pedido de atualização do registro do produto, ou se for o caso, comprovar que o produto está dispensado do registro;
- 5.1.4 Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle linha de produção/Produtos, emitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998). No caso de produto importado é também necessária apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela Autoridade Sanitária do País de origem ou Laudo de Inspeção emitido pela Autoridade Sanitária Brasileira, conforme RDC nº 59 de 27 de junho de 2000;
- 5.1.5 No caso de a empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a empresa licitante deverá apresentar contrato de terceirização contendo os produtos a serem terceirizados, bem como o Certificado de Boas Práticas de Fabricação para a linha de produção da empresa fabricante;



Página 40 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





- 5.1.6 Manual/ficha técnica/embalagem do produto (original ou cópia bem legíveis).
- 5.2. Demais documentos correspondentes à regularidade fiscal e qualificação jurídica constarão do Instrumento Convocatório.

## 6. DAS AMOSTRAS

- 6.1. Deverão ser encaminhadas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, acompanhados de sua respectiva embalagem, a título de amostra, para verificação da conformidade com as especificações descritas neste Termo de Referência.
- 6.1.1 Os Itens **2, 3, 4, 5, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21 e 22** deverão ser encaminhados no mínimo **3 (TRÊS) UNIDADES DO ITEM** - os que estão solicitados em caixa/pacote, **poderão ser fracionados neste subitem**, devendo ser encaminhada ao CISAMVI a embalagem original do produto para verificação da padronização;
- 6.1.2 Os Itens **6, 7, 8, 9, 10, 29, 34** deverão ser encaminhados no mínimo **10 (DEZ) UNIDADES** do item ao CISAMVI e sua respectiva embalagem;
- 6.1.3 Os Itens **13, 14, 15, 16, 24, 31, 32, 33** deverão ser encaminhados **1 (UMA) CAIXA/PACOTE** do item ao CISAMVI e sua respectiva embalagem;
- 6.1.4 Os Itens **23, 27, 28, 30, 36** deverão ser encaminhados no mínimo **1 (UMA) UNIDADE** do item ao CISAMVI e sua respectiva embalagem;
- 6.2. **O prazo para chegada ao consórcio das amostras será de 5 (cinco) dias úteis** contados da convocação do licitante vencedor, devendo este encaminhar juntamente com as amostras a embalagem do produto.
- 6.3. Serão rejeitadas as amostras que: não atenderem às exigências contidas neste Termo de Referência, apresentarem defeitos durante a análise técnica e/ou apresentarem qualidade inferior em relação às especificações técnicas exigidas.
- 6.4. A aferição da qualidade das amostras será realizada pela Equipe de Apoio a ser designada para o processo licitatório, juntamente com a análise dos documentos para habilitação.
- 6.5. Os itens enviados a título de amostra não serão descontados do quantitativo registrado no Contrato Administrativo.

## 7. DOS DEVERES DAS PARTES

- 7.1. Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s):
- 7.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação **"PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO"**, quanto for o caso, e o item assim permitir;
- 7.1.1.1 A VENCEDORA deverá disponibilizar para entrega logística de infraestrutura de transporte de forma a atender à perfeita execução dos



Página 41 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





serviços e demandas previstos neste edital, em condições adequadas e seguras.

- 7.1.1.2 O transporte do insumo será realizado, essencialmente, por via terrestre. Em circunstâncias especiais ou em transportes interestaduais, poderão ser utilizadas as vias aquática ou aérea. A definição do tipo de via de transporte empregada caberá a CONTRATADA.
- 7.1.1.3 Serão exigidos os seguintes requisitos mínimos:
  - 7.1.1.3.1 prestação dos serviços de coleta e distribuição de medicamentos e outros insumos com garantia e segurança pela CONTRATADA.
  - 7.1.1.4 frota de veículos com temperatura controlada, apropriada para o transporte de medicamentos e outros insumos, do tipo carga climatizada e refrigerada, de acordo com a legislação sanitária vigente e temperaturas de acondicionamento recomendadas pelos fabricantes:
    - 7.1.1.4.1 **insumos climatizados:** veículos com isolamento isotérmico, em consonância com as recomendações da vigilância sanitária, e controle (rastreadabilidade) da temperatura durante o transporte;
    - 7.1.1.4.2 **insumos refrigerados:** veículo qualificado, em consonância com as recomendações da vigilância sanitária, com controle (rastreadabilidade) da temperatura durante o transporte.
  - 7.1.1.5 os veículos empregados na operação deverão estar em conformidade com as diretrizes do Manual de Boas Práticas de Transporte dos órgãos de vigilância sanitária.
  - 7.1.1.6 é vedado o compartilhamento com qualquer outro tipo de produto que não seja medicamento, insumo ou correlato da saúde, tais como: praguicidas, eletrônicos, móveis, animais, explosivos, produtos de limpeza, produtos de escritório, solventes, tintas, alimentos de origem vegetal e animal ou qualquer outra substância que possa comprometer de qualquer forma suas características e qualidade.
  - 7.1.1.7 quanto às condições de limpeza e manutenção dos veículos:
    - 7.1.1.7.1 os veículos devem apresentar-se limpos e higienizados, isentos de resíduos de alimentos e materiais (como caixas, plástico e outros) e odores, sendo obrigatória a inspeção e registro das condições do veículo previamente ao carregamento da carga.
- 7.1.2 Fornecer os objetos dentro do prazo de validade exigido no Edital e seus anexos;
- 7.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas neste Termo de Referência;
- 7.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos entregues em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias,







contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

- 7.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
  - 7.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
  - 7.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 7.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
  - 7.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;
  - 7.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf, ou quando for o caso, informar sua DANFE, no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI;
  - 7.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
  - 7.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiverem sujeitos;
  - 7.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.
- 7.2. Será de responsabilidade dos municípios consorciados:
- 7.2.1 Registrar as ocorrências e acusar o recebimento dos insumos no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas, online, disponibilizado pelo CISAMVI, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 7.3. Será de responsabilidade do CISAMVI:
- 7.3.1 Fazer o gerenciamento da Ata de Registro de Preços;
  - 7.3.2 Efetuar o pagamento, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Saúde requisitante.

## 8. DO REGIME DE EXECUÇÃO/CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os pedidos dos itens a serem adquiridos serão efetuados por Autorização de Fornecimento, devidamente numerada em ordem sequencial, emitida pelo servidor



Página 43 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





designado em cada município consorciado, por intermédio de sistema informatizado acessível através da internet (sistema web) disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município.

- 8.2. Pedidos de dilação do prazo de entrega podem ser prorrogado uma única vez, no máximo por igual período, mediante pedido a ser encaminhado diretamente ao setor responsável pelo acompanhamento das entregas, mediante envio no e-mail [cpar@cisamvi.sc.gov.br](mailto:cpar@cisamvi.sc.gov.br), destacando no assunto a descrição do item e número da AF, desde que solicitado dentro do primeiro prazo de entrega de **20 (vinte) dias** da AF, instruído com documentação que justifique a solicitação.
- 8.3. **O fornecedor que descumprir o prazo estipulado para entrega poderá ter o item em atraso cancelado de sua ata de registro de preços, sem prejuízo da continuidade de processo administrativo para averiguação do cometimento de possíveis irregularidades.**
- 8.4. Ficará sob total responsabilidade dos fornecedores realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade, **sendo vedado o envio por intermédio de serviço postal.**
- 8.5. O recebimento dos itens será feito inicialmente em caráter provisório; o aceite definitivo, com a liberação da Nota Fiscal para pagamento, está condicionado ao atendimento das seguintes exigências:
- 8.5.1 Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme Registro no Ministério da Saúde;
- 8.5.2 Os dados constantes na embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo e etc., deverá corresponder ao conteúdo interno da mesma;
- 8.5.3 Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este Consórcio, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de notificação;
- 8.5.4 As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado;
- 8.5.5 O prazo de validade dos insumos não deverá ser inferior a **12 (doze) meses a contar da data da entrega do produto.** Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CISAMVI, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.
- 8.6. O recebimento definitivo implica na entrega total pela empresa fornecedora dos itens requeridos pela Secretaria Municipal de Saúde, com a resolução de todas as pendências, se houver (faltas, quebras, avarias, extravio, etc.).



Página 44 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



8.7. Os itens deverão ser entregues no horário compreendido entre 8hs00min/12hs00min e 13hs00min/17hs00min, em dias úteis, nos endereços indicados pelas 15(quinze) **SECRETARIAS DE SAÚDE** das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme discriminados abaixo:

**8.7.1 APIÚNA:**

Avenida Florianópolis, nº 107, bairro Centro, CEP 89135-000, Apiúna/SC -  
Servidor responsável: Marciane Petters Ferrari  
Contato: (47) 3353-2500 - Endereço eletrônico:  
farmacia.centro@apiuna.sc.gov.br;

**8.7.2 ASCURRA:**

Rua Nossa Senhora De Lurdes, nº 47, bairro Centro, CEP 89138-000,  
Ascurra/SC  
Servidor responsável: Adriana Daiane Trisotto  
Contato: (47) 3383-0222 - Endereço eletrônico:  
comprasaude@ascurra.sc.gov.br;

**8.7.3 BENEDITO NOVO:**

Rua Cruz e Souza, nº 163, bairro Rio Tigre, CEP 89124-000, Benedito  
Novo/SC  
Servidor responsável: Eunice Da Silva Freitas  
Contato: (47) 3385-0344 - Endereço eletrônico: saude@beneditonovo.sc.gov.br;

**8.7.4 BLUMENAU:**

Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 3965, bairro Itoupava Central, CEP 89068-001,  
Blumenau/SC  
Servidor responsável: Roberto Del Sent  
Contato: (47) 3338-6015 - Endereço eletrônico: robertods@blumenau.sc.gov.br;

**8.7.5 BOTUVERÁ:**

Rua João Moreli, nº 05, bairro Centro, CEP 88295-000, Botuverá/SC  
Servidor responsável: Marlon Felipe Bosio  
Contato: (47) 3359-1204 - Endereço eletrônico:  
almoxarifadosaude@botuvera.sc.gov.br;

**8.7.6 BRUSQUE:**

Rua Dr. Penido, nº 153 – Almoxarifado Central, bairro Centro, CEP 88350-460,  
Brusque/SC  
Servidor responsável: Bruno Bolsoni  
Contato: (47) 3351-2853 - Endereço eletrônico:  
pedidos@smsbrusque.sc.gov.br;



**8.7.7 DOUTOR PEDRINHO:**

Rua Santa Catarina, nº 93, bairro Centro, CEP 89126-000, Doutor Pedrinho/SC  
Servidor responsável: Valkiria Terezinha Frainer Fronza  
Contato: (47) 3388-0010 - Endereço eletrônico: [epidemiologia@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:epidemiologia@doutorpedrinho.sc.gov.br);

**8.7.8 GASPAS:**

Avenida Olga Welmunth, nº 151, bairro Sete de Setembro, CEP 89114-736, Gaspar/SC  
Servidor responsável: Alan Vieira  
Contato: (47) 3703-3729 - Endereço eletrônico: [alan@gaspar.sc.gov.br](mailto:alan@gaspar.sc.gov.br);

**8.7.9 GUABIRUBA:**

Rua 10 de Junho, nº 195, bairro Centro, CEP 88360-000, Guabiruba/SC  
Servidor responsável: Heloá Klabunde/ Wilson Willrich  
Contato: (47) 3354-0991 - Endereço eletrônico: [heloaklabunde@hotmail.com](mailto:heloaklabunde@hotmail.com) E [wilson@guabiruba.sc.gov.br](mailto:wilson@guabiruba.sc.gov.br);

**8.7.10 ILHOTA:**

Rua Angelo Três, 256, Centro, CEP 88320-000, Ilhota/SC  
Servidor responsável: José Adilson Ferrarezi  
Contato: (47) 3343-0240 - Endereço eletrônico: [saudel@ilhota.sc.gov.br](mailto:saudel@ilhota.sc.gov.br)

**INDAIAL:**

Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 6417, bairro Estrada das Areias, CEP 89080-063, Indaial/SC  
Servidor responsável: Brian Ehrat  
Contato: (47) 3019-6009 - Endereço eletrônico: [farmacia@indaial.sc.gov.br](mailto:farmacia@indaial.sc.gov.br);

**8.7.11 LUIZ ALVES:**

Rua Erich Gielow, nº 35, bairro Centro, CEP 89115-000, Luiz Alves/SC  
Servidor responsável: Gabriel Elias da Silva  
Contato: (47) 3377-8688 - Endereço eletrônico: [saudecompras@luizalves.sc.gov.br](mailto:saudecompras@luizalves.sc.gov.br);

**8.7.12 POMERODE:**

Rua Hermann Weege, nº 677, bairro Centro, CEP 89107-000, Pomerode/SC  
Servidor responsável: Loraine Silveira Aurélio  
Contato: (47) 3387-7600 - Endereço eletrônico: [loraine.aurelio@pomerode.sc.gov.br](mailto:loraine.aurelio@pomerode.sc.gov.br);

**8.7.13 RIO DOS CEDROS:**

Avenida Tiradentes, nº 349, bairro Centro, CEP 89121-000, Rio dos Cedros/SC



Página 46 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





Servidor responsável: Ana Lídia Demarchi  
Contato: (47) 3386-1050 - Endereço eletrônico:  
saude.ana@riodoscedros.sc.gov.br;

#### 8.7.14 RODEIO:

Rua Giacomo Furlani, nº 450, bairro Centro, CEP 89136-000, Rodeio/SC  
Servidor responsável: João Nantes de Castilho Júnior  
Contato: (47) 3384-0166 - Endereço eletrônico: joaonantes@yahoo.com.br;

#### 8.7.15 TIMBÓ:

Rua Aracaju, nº 60, bairro Centro, CEP 89120-000, Timbó/SC  
Servidor responsável: Raquel Cristina Cunha Teske  
Contato: (47) 3399-0220 - Endereço eletrônico:  
compras.saude@timbo.sc.gov.br;

### 9. DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

9.1. Os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o CISAMVI ficam sujeitos à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, quais sejam:

9.1.1 Advertência por escrito;

9.1.2 Multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato administrativo;

9.1.2.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

9.1.2.2 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF);

9.1.2.2.1 Caso fornecedor solicite prorrogação de prazo de entrega, **sendo este não cumprido**, o marco original de atraso retroage ao vencimento original da AF, desconsiderando o pedido não cumprido.

9.1.2.3 Caso o fornecedor tenha requerido dilação do prazo da entrega, dentro dos primeiros 20 (vinte) dias da solicitação da AF, conforme item 21.4, não será aplicada multa até sua efetiva entrega, desde que observado o prazo estipulado no pedido de prorrogação;

9.1.2.4 Não havendo entrega dentro do prazo de dilação solicitado pelo fornecedor, a multa retroagirá a data original do vencimento da AF, desconsiderando o pedido de prorrogação apresentado anteriormente;

9.1.2.5 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 (trinta) dias;



Página 47 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





- 9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- 9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
- 9.2. São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 9.1:
- 9.2.1 Prestar declaração falsa de que cumpre com os requisitos de habilitação e/ou de conformidade da proposta apresentada com as exigências deste Edital;
- 9.2.2 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI;
- 9.2.3 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento;
- 9.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 9.3. A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 9.4. A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 9.5. Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 9.6. Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 9.7. As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 9.8. O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Interpelação judicial ou extrajudicial.

## 10. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. O CISAMVI, através do servidor Wilton Fernandes de Brito, fará a gestão da(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) do certame; e os municípios consorciados, por intermédio de seus servidores, terão amplos poderes para acompanhar, inspecionar



Página 48 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







e fiscalizar as obrigações assumidas pelo(s) fornecedor(es).

Blumenau, 11 de julho de 2022.

*(Assinado digitalmente)*

**Rafaela dos Santos Guedes**

Analista Administrativo - CISAMVI



Página 49 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (**microempresa ou empresa de pequeno porte**). Declara, ainda, que não há nenhum dos impedimentos previstos no §4º, artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa

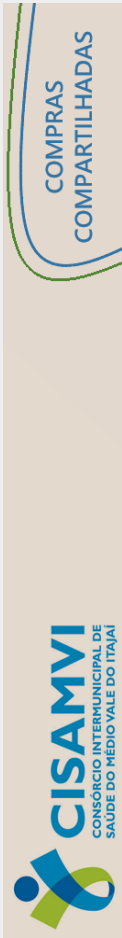


Página 50 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

NOME DA EMPRESA/CNPJ:  
REPRESENTANTE LEGAL/CPF:  
ENDEREÇO:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - Pregão Eletrônico Nº 15/2022, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	REGISTRO ANVISA	APRESENTAÇÃO/ ACONDICIONAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas de transporte e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto.

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias consecutivos contados da sessão pública do Pregão Eletrônico.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE****DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, tampouco pelo CISAMVI, e que não existem fatos impeditivos para sua habilitação nesta licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Concorda com os termos do Edital e dará pleno cumprimento às obrigações constantes da Ata de Registro de Preços, caso sagre-se vencedora de itens/lotos do certame;
- Em atendimento ao artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

(Local e data)

Carimbo/CNPJ e assinatura do Representante Legal da Empresa



Página 52 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





## ANEXO V – DADOS CADASTRAIS

## DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR

**[FORNECEDOR]**

[ENDEREÇO]

[CNPJ]

**Titular da empresa que irá firmar a Ata de Registro de Preços**

[NOME COMPLETO]

[CPF]

[QUALIFICAÇÃO]

[ENDEREÇO ELETRÔNICO]

**Responsável por receber os pedidos**

[NOME COMPLETO]

[TELEFONE PARA CONTATO]

[ENDEREÇO ELETRÔNICO]

**Responsável pelo setor financeiro**

[NOME COMPLETO]

[TELEFONE PARA CONTATO]

[ENDEREÇO ELETRÔNICO]

**Informações para pagamento**

[BANCO]

[AGÊNCIA Nº]

[CONTA CORRENTE Nº]



Página 53 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



## ANEXO VI

**FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO E CANCELAMENTO**

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

RAZÃO SOCIAL \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada/endereço \_\_\_\_\_, vem respeitosamente, por meio do seu representante legal infra-assinado e constituído pela procuração em anexo, REQUERER:

( ) REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO – Artigo 21, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;

( ) REQUERIMENTO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO – Artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

( ) OUTROS REQUERIMENTOS – Fundamentação legal: \_\_\_\_\_.

Pregão Eletrônico: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Número do(s) item(s) \_\_\_\_\_

Descrição do(s) Item(s): \_\_\_\_\_

Valor pretendido para o item nº \_\_\_\_\_ : R\$ \_\_\_\_\_

**SÍNTESE DOS FATOS**

(Descrever os Fatos / Motivos / Razões)

Data

Razão Social ou Nome fantasia

Assinatura

Nome

Cargo



Página 54 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200







### DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

- ( ) Carta de exclusividade do fármaco, se houver informar declaração.
- ( ) Declaração de outros fabricantes da impossibilidade de fornecimento.
- ( ) Notas fiscais anterior a sessão pública, não ultrapassando 3 meses, após data da sessão enviar notas (no mínimo 2) com quantidades aproximadas antes da sessão.

**Consideração 1:** Serão consideradas notas fiscais (no mínimo 02) emitidas nos 3 (três) últimos meses que antecederam a sessão pública e notas fiscais (no mínimo 02) emitidas após a sessão pública, desde que seus quantitativos apresentem proximidade de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento).

**Consideração 2:** Notas fiscais com razão social diferente, deverão estar acompanhadas de declaração do grupo econômico, **assinada preferencialmente de forma digital**, gerada por processo de criptografia de chaves públicas (MP nº 2.200-2/2001) ou assinada com firma reconhecida em cartório, por procurador devidamente constituído ou representante legal do requerente.

( ) Outros: \_\_\_\_\_

### OBSERVAÇÕES:

- As AFs (Autorização de Fornecimento) em aberto até a data do requerimento deverão ser atendidas, conforme descrito no edital.
- Não serão concedidos reequilíbrio econômico financeiro, aos itens cujo valor esteja acima do teto da tabela CMED.
- O requerimento deverá ser instruído com o contrato social vigente da requerente e assinado preferencialmente de forma digital, gerada por processo de criptografia de chaves públicas (MP nº 2.200-2/2001) ou assinado com firma reconhecida em cartório, por procurador devidamente constituído ou representante legal do requerente.



Página 55 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





## ANEXO VII

**[MINUTA] ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 15/2022**

(Vigência de XX/XX/2022 até XX/XX/2023 - será de 12 (doze) meses)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. Vanessa Fernanda Schmitt, inscrita no CPF sob o nº 038.188.129-69, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 e dos Decretos Federais nºs 7.892/13 e 10.024/19, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

- 10.2. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022.
- 10.3. Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 16 (dezesesseis) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022.
- 10.4. As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

**11. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 11.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:



Página 56 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





FORNECEDOR					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
XX	XX	XX	XX	XX	XX

## 12. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de XX/01/2022 até XX/XX/20XX).

## 13. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.
- 13.2. A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.
- 13.3. A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços), infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.
- 13.4. O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

## 14. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 14.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para o e-mail apoio2@cisamvi.sc.gov.br e licitacao2@cisamvi.sc.gov.br, devendo no campo assunto do e-mail ser informado: Pedido de Reequilíbrio, item e número ata de registro de preços.

- 14.2.1 Para admissibilidade do pedido, o e-mail enviado deverá vir como anexo toda documentação comprobatória do pleito, contrato social vigente da empresa, documento oficial com foto do preposto, bem como o pedido **deve conter**



Página 57 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





**assinatura digital** de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

- 14.2.1.1 O Pedido de Reequilíbrio/cancelamento que não contiver assinatura digital, **deverá ter firma reconhecida em cartório.**
- 14.2.2 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, ou cancelamento, devem ser atendidas considerado o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento;
- 14.2.3 Será dada ciência ao remetente do e-mail enviado seu recebimento;
- 14.2.4 A decisão da análise do pedido se dará através de ofício encaminhado ao remetente da solicitação.
- 14.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:
- 14.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
- 14.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 14.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.
- 14.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.
- 14.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 14.4. Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.
- 14.5. A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.
- 14.6. Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do





que houver recebido indevidamente.

- 14.7. Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 15.1. É de responsabilidade do fornecedor registrado:
- 15.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
  - 15.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO", quanto for o caso, e o item assim permitir;
  - 15.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;
  - 15.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
  - 15.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
  - 15.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
  - 15.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 15.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
  - 15.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;
  - 15.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf, ou quando for o caso, informar sua DANFE, no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI;
  - 15.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
  - 15.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua



Página 59 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

- 15.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o CISAMVI ficam sujeitos à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, quais sejam:

- 16.1.1 Advertência por escrito;

- 16.1.2 Multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato administrativo;

- 16.1.2.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

- 16.1.2.2 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF);

- 16.1.2.2.1 Caso fornecedor solicite prorrogação de prazo de entrega, **sendo este não cumprido**, o marco original de atraso retroage ao vencimento original da AF, desconsiderando o pedido não cumprido.

- 16.1.2.3 Caso o fornecedor tenha requerido dilação do prazo da entrega, dentro dos primeiros 20 (vinte) dias da solicitação da AF, conforme item 21.4, não será aplicada multa até sua efetiva entrega, desde que observado o prazo estipulado no pedido de prorrogação;

- 16.1.2.4 Não havendo entrega dentro do prazo de dilação solicitado pelo fornecedor, a multa retroagirá a data original do vencimento da AF, desconsiderando o pedido de prorrogação apresentado anteriormente;

- 16.1.2.5 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 (trinta) dias;

- 16.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

- 16.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro



Página 60 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

- 16.2. São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 23.2:
- 16.2.1 Prestar declaração falsa de que cumpre com os requisitos de habilitação e/ou de conformidade da proposta apresentada com as exigências deste Edital;
  - 16.2.2 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI;
  - 16.2.3 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento;
  - 16.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 16.3. A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 16.4. A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 16.5. Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 16.6. Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 16.7. As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 16.8. O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Interpelação judicial ou extrajudicial.

## 17. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 17.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 15/2022 e no Termo de Referência correspondente.
- 17.2. O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar



Página 61 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

- 17.3. A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.
- 17.4. Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 15/2022 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.
- 17.5. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, xx de abril de 2022

Vanessa Fernanda Schmitt

**DIRETORA EXECUTIVA – CISAMVI**

#### CADASTRO RESERVA

Item	Especificação	Fornecedor	Marca	Valor Unitário	Classificação



Página 62 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





## ANEXO VII

[MINUTA] ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº XX/2022  
POR FORNECEDOR  
PREGÃO ELETRÔNICO 15/2022  
Vigência de XX/XX/2022 até XX/15/2022

Aos XX dias do mês de XX do ano de dois mil e XX, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI**, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por sua Diretora Executiva Interina, Sra. Vanessa Fernanda Schmitt, inscrita no CPF sob o nº 038.188.129-69, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022, registrar o(s) preço(s) correspondentes ao(s) item(s) vencido(s) por \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, dos Decretos Federais nºs 7.892/13 e 10.024/19, e do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 15/2022, em conformidade com as disposições a seguir:

**18. DO OBJETO**

- 18.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MATERIAIS MÉDICO AMBULATORIAL (ABAIXADOR DE LÍNGUA, ATADURAS, COMPRESSA DE GAZE, FITAS, LENÇOL, PAPEL CREPADO, SACO PLÁSTICO, SWAB, TALAS, ENTRE OUTROS)**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022.
- 18.2. Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 16 (dezesseis) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 15/2022.
- 18.3. As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

**19. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 19.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:



Página 63 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



FORNECEDOR					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
XX	XX	XX	XX	XX	XX

## 20. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de XX/01/2022 até XX/XX/20XX).

## 21. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

- 21.1. A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.
- 21.2. A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.
- 21.3. A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços), infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.
- 21.4. O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

## 22. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 22.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para o e-mail apoio2@cisamvi.sc.gov.br e licitacao2@cisamvi.sc.gov.br, devendo no campo assunto do e-mail ser informado: Pedido de Reequilíbrio, item e número ata de registro de preços.

- 22.2.1 Para admissibilidade do pedido, o e-mail enviado deverá vir como anexo toda documentação comprobatória do pleito, contrato social vigente da empresa,



Página 64 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha Blumenau | SC | 89036-200





documento oficial com foto do preposto, bem como o pedido **deve conter assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.**

- 22.2.1.1 O Pedido de Reequilíbrio/cancelamento que não contiver assinatura digital, **deverá ter firma reconhecida em cartório.**
- 22.2.2 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, ou cancelamento, devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento;
- 22.2.3 Será dado ciência ao remetente do e-mail enviado seu recebimento;
- 22.2.4 A decisão da análise do pedido se dará através de ofício encaminhado ao remetente da solicitação.
- 22.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:
- 22.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.
- 22.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- 22.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.
- 22.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.
- 22.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 22.4. Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.
- 22.5. A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.
- 22.6. Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos



Página 65 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

- 22.7. Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

### 23. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 23.1. É de responsabilidade do fornecedor registrado:
- 23.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
  - 23.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO", quanto for o caso, e o item assim permitir;
  - 23.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;
  - 23.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
  - 23.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
  - 23.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;
  - 23.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 23.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;
  - 23.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;
  - 23.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf, ou quando for o caso, informar sua DANFE, no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI;
  - 23.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;
  - 23.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e



Página 66 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200







aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

- 23.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

## 24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 24.1. Os fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o CISAMVI ficam sujeitos à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, quais sejam:

24.1.1 Advertência por escrito;

24.1.2 Multa de até 20% sobre o valor da ata de registro de preços ou contrato administrativo;

24.1.2.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

24.1.2.2 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF);

24.1.2.2.1 Caso fornecedor solicite prorrogação de prazo de entrega, **sendo este não cumprido**, o marco original de atraso retroage ao vencimento original da AF, desconsiderando o pedido não cumprido.

24.1.2.3 Caso o fornecedor tenha requerido dilação do prazo da entrega, dentro dos primeiros 20 (vinte) dias da solicitação da AF, conforme item 21.4, não será aplicada multa até sua efetiva entrega, desde que observado o prazo estipulado no pedido de prorrogação;

24.1.2.4 Não havendo entrega dentro do prazo de dilação solicitado pelo fornecedor, a multa retroagirá a data original do vencimento da AF, desconsiderando o pedido de prorrogação apresentado anteriormente;

24.1.2.5 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 (trinta) dias;

24.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

24.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no



Página 67 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

- 24.2. São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 23.2:
- 24.2.1 Prestar declaração falsa de que cumpre com os requisitos de habilitação e/ou de conformidade da proposta apresentada com as exigências deste Edital;
  - 24.2.2 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI;
  - 24.2.3 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento;
  - 24.2.4 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.
- 24.3. A multa moratória é inacumulável com as multas sancionatórias se decorrentes do mesmo fato gerador, entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.
- 24.4. A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante no documento Dados Cadastrais do Fornecedor, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.
- 24.5. Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.
- 24.6. Ficarão suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.
- 24.7. As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do CISAMVI no máximo em até 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.
- 24.8. O CISAMVI, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo fornecedor, independentemente de qualquer Interpelação judicial ou extrajudicial.

## 25. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 25.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 15/2022 e no Termo de Referência correspondente.
- 25.2. O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens



Página 68 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200





relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

25.3. A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

25.4. Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 15/2022 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

25.5. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs 7.892/13 e 10.024/19.

## 26. DO FORO

26.1. É competente o foro da Comarca de Blumenau/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato Administrativo.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em **formato de assinatura digital de documentos**, válida para todos os fins de direito.

Blumenau - SC, xx de abril de 2022.

Vanessa Fernanda Schmitt  
**DIRETORA EXECUTIVA – CISAMVI**

Representante Legal  
**EMPRESA ARREMATANTE**



Página 69 de 69

[www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br)  
(47) 3331-5812

Rua Alberto Stein, 466 | Velha  
Blumenau | SC | 89036-200



**CISAMAVI****QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 047/2020 - IL 001/2020**

Publicação Nº 4041661

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01  
TERMO ADITIVO 03

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 047/2020  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2020

O Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.069.217/0001-22, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Rio do Sul - SC, denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. José Constante e a empresa, ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICENCIA CRISTA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua 04 de outubro, bairro Centro, no município de Taió - SC, inscrito no CNPJ sob nº 86.324.860/0001-04, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) Rogerio de Abreu, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam a alteração do contrato em epígrafe mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da denominação do CONTRATANTE, que passará a ser denominado Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Rio do Sul, 15 de julho de 2022.

CONTRATANTE  
José Constante

CONTRATADA  
Rogerio de Abreu

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Paulo Roberto Tschumi CPF: 292.781.635-53	Nome: Mariane Fernandes da Rosa CPF: 038.665.519-75
--	--

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 032/2018 - IL 1/2018**

Publicação Nº 4040694

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº: 032/2018**

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E MULTIFINALITARIO DO ALTO VALE DO ITAJAI – CISAMAVI

Contratada...UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA

Vigência ..... : Início: 15/07/2022 Término: 31/12/2022

Licitação ..... : CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2018 - INEXIGILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

Objeto ..... : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para atendimento aos usuários referenciados pela rede básica de saúde dos municípios consorciados ao CIS-AMAVI, nos procedimentos da Tabela SIASUS, sendo: Grupo 02 e seus Subgrupos; Grupo 03 – Subgrupos 01, 02, 03 e 09; Grupo 04 – Subgrupos 01 e 05, remunerados pela Tabela Unificada SUS e seus complementos

Rio do Sul, 15 de julho de 2022

PAULO ROBERTO TSCHUMI  
DIRETOR EXECUTIVO

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 025/2018 - IL 01/2018**

Publicação Nº 4040565

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº: 025/2018**

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E MULTIFINALITARIO DO ALTO VALE DO ITAJAI – CISAMAVI

Contratada...: MARCELO BRANDT S/S EIRELI

Vigência ..... : Início: 15/07/2022 Término: 31/12/2022

Licitação ..... : CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2018 - INEXIGILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

Objeto ..... : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para atendimento aos usuários referenciados pela rede básica de saúde dos municípios consorciados ao CIS-AMAVI, nos procedimentos da Tabela SIASUS, sendo: Grupo 02 e seus Subgrupos; Grupo 03 – Subgrupos 01, 02, 03 e 09; Grupo 04 – Subgrupos 01 e 05, remunerados pela Tabela Unificada SUS e seus complementos

Rio do Sul, 15 de julho de 2022

PAULO ROBERTO TSCHUMI  
DIRETOR EXECUTIVO

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 044/2022 - IL -1/2021**

Publicação Nº 4041378

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº: 044/2021

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E MULTIFINALITARIO DO ALTO VALE DO ITAJAI – CISAMAVI

Contratada....MOVER DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDS

Vigência ..... : Início: 15/07/2022 Término: 31/12/2022

Licitação ..... : CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2021 - INEXIGILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

Objeto ..... : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde para atendimento aos usuários referenciados pela rede básica de saúde dos municípios consorciados ao CIS-AMAVI, nos procedimentos da Tabela SIASUS, sendo: Grupo 02 e seus Subgrupos; Grupo 03 – Subgrupos 01, 02, 03 e 09; Grupo 04 – Subgrupos 01 e 05, remunerados pela Tabela Unificada SUS e seus complementos

Rio do Sul, 15 de julho de 2022

PAULO ROBERTO TSCHUMI

DIRETOR EXECUTIVO

**CVC****ATA Nº 29 ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC 15/07/2022**

Publicação Nº 4041385

ATA DA 29ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

Às 08h00min (oito horas) do dia quinze de julho de 2022, reuniram-se virtualmente pela plataforma Google Meet, ID da reunião: <https://meet.google.com/qhy-jgqm-bmi>, os representantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, foi realizada Assembleia extraordinária conforme convocação de nº 03/2022 do dia 11/07/2022 com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções, do CVC, com a seguinte ordem do dia:

1º) Apresentação e homologação da adesão dos municípios de Passos Maia, Lindoia do Sul e Itá;

2º) Aprovação para abertura de créditos adicionais suplementares para exercício 2022;

3º) Possibilidade de redução da carga horária de cargos em comissão do CVC, com consequente redução salarial;

4º) Assuntos Gerais.

Fizeram-se presentes: o Presidente do CVC Clodoaldo Briancini Prefeito de Cordilheira Alta, Vice-Presidente do CVC Delir Cassaro Prefeito de Coronel Freitas, Secretário do CVC Luiz Jose Daga Prefeito Aguas Frias, Diretor Executivo Diego Bassani, Alexandra Casagrande Navarini de Oliveira, Contadora do CVC, Henrique Favaretto Vice Prefeito Coronel Freitas, Mauro Francisco Risso Prefeito de Jardinópolis, Fernando Correa Vice Prefeito representando o Sr. Jorge Antonio Comunello Prefeito de Formosa do Sul que justificou ausência, Neudi Angelo Bertol Prefeito de Lindoia do Sul, Pedro Ari Parizotto Vice Prefeito de Lindoia do Sul, Eloi Correa Borges Vice Prefeito representando o Sr. Edilson Ferla Prefeito de Nova Erechim que justificou ausência, Ana Carolina Kubeneck Dalbem secretária de administração representando o Sr. Osmar Tozzo Prefeito de Passos Maia, Julcimar Antonio Lorenzetti Prefeito de Santiago do Sul, Marcondes Muller, secretário de administração representando Sr. Rafael Marin Prefeito de Serra Alta.

Aberta a Reunião, no horário das 08:10, sendo solicitado que o Assessor Jurídico Rafael Fábio Trevisan – OAB/SC 55818, secretariasse os trabalhos bem como elaboração da ata.

O Presidente do CVC desejou boas vindas, explanou sobre o andamento dos trabalhos do CVC e questões desenvolvidas.

Na sequência, passou a palavra ao Diretor Executivo para condução dos trabalhos pautados para a data de hoje.

Quanto aos itens pautados e suas discussões e decisões:

1º) Apresentação e homologação da adesão dos municípios de Passos Maia, Lindoia do Sul e Itá;

Abordado em segundo momento.

O Diretor apresentou os presentes.

Explicou que houve a adesão pelos referidos municípios, e a necessidade prevista no Protocolo de Intenções para que seja aprovado o ingresso.

Manifestação pelos presentes.

Colocado em votação. Aprovado por unanimidade.

2º) Aprovação para abertura de créditos adicionais suplementares para exercício 2022;

Foi tratado em primeiro momento, por ser necessária explanação pela Contadora, que na sequência precisa ausentar-se por outros compromissos.

A Contadora apresentou os motivos para a suplementação necessária ao exercício. Após o Diretor prestou explicações complementares, e como sugestão para aprovação da suplementação em 100%.

Colocado em discussão. Em votação, aprovado por unanimidade.

3º) Possibilidade de redução da carga horária de cargos em comissão do CVC, com consequente redução salarial;

Abordado em terceiro momento.

Apresentada a atual situação dos cargos.

Relatado que um dos cargos está havendo desenvolvimento de atividade em turno único por um diretor de programas. Levada a situação aos presentes para análise da regularidade, sobre a manutenção ou não da forma que vem sendo desenvolvida.

Colocado em discussão.

Solicitado ao Assessor Jurídico que explicasse sobre a legalidade das situações, seja de redução de carga horária quando ao fato de turno único.

Abordado pelos presentes que a necessidade é pelo bom andamento do Consórcio. Que se há demandas é necessário que seja desenvolvido o trabalho de forma integral.

Discutido pelos presentes sobre o turno único, das implicações do turno único que na maioria das vezes não é vantajoso, bem como teria que ser disponível para todos os cargos.

Quanto a redução da carga horária para 20h, houve apontamentos pelos Prefeitos, que querem seguir a legalidade, e que futuramente pode seguir para alteração do Estatuto e se a legalidade permitir que se crie um cargo com menor carga horária.

Que verificam implicações financeiras e para o desenvolvimento das atividades a questão das horas reduzidas. Pois havendo a carga horária reduzida demandaria quem sabe a contratação de mais pessoas, o que gera despesas maiores do que com um servidor, seja por verbas salariais, sejam com múltiplas capacitações.

Sendo apontado pela maioria dos Prefeitos e presentes, que se filiam pela legalidade da situação.

Questionado, portanto qual a decisão dos presentes. Manifestando-se que são favoráveis pela manutenção integral das 08h diárias, adotando-se as medidas para regularizar o que estiver divergente.

4º) Assuntos Gerais.

Abordados assuntos gerais, sendo relatada a necessidade de em uma próxima assembleia ser apresentada sugestões para alteração do Protocolo de Intenções dentro de suas necessidade legais e estruturais.

Por não terem mais a tratar, assino a presente ata junto com os presentes, bem como será encaminhada para assinatura digital pelos presentes, de retificação dos Prefeitos não presentes. Coronel Freitas, Santa Catarina, 15/07/2022.

## CIGAMVALI

### EDITAL DE PUBLICIDADE 003/2022

Publicação Nº 4040865

EDITAL DE PUBLICIDADE DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL  
Nº 009/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO AGR/24041 – FCEI 39530

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE CORUPÁ o pedido de concessão de RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendimento AGRO SANDRI LTDA, inscrito no CNPJ nº 79.658.134/0009-01, para a 42.40.00 – Depósito de agrotóxicos em casas agropecuárias, situado na Rua Agostinho Oliari Terreo, nº 181, bairro Centro, no município de Corupá, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Corupá, 14 de julho de 2022

Município de Corupá

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO  
Nº 010/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO IND/23448 – FCEI 42241

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE CORUPÁ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, com prazo de validade de 21 meses, formulado pelo empreendimento KLC ELETRIC CONEXÕES LTDA, inscrito no CNPJ nº 76.601.657/0001-76, para a atividade 13.60.00 – Fabricação de máquinas, aparelhos, componentes e equipamentos eletrônicos, situado na Av. Getúlio Vargas, nº 872, bairro Centro, no município de Corupá, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Corupá, 14 de julho de 2022

Município de Corupá

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE  
Nº 011/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/25565 – FCEI 45989

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE SCHROEDER o pedido de concessão de CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com validade de 12 meses, formulado pelo empreendimento MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ nº



83.102.491/0001-09, para a atividade Pavimentação asfáltica da Rua Alphons Maria Schmalz - Estaca OPP à Estaca 02+5,40m. Extensão: 45,40m. Área total: 454,00m², situado na Rua Alphons Maria Schmalz, s/n, bairro Sossego, no município de Schroeder, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Schroeder, 14 de julho de 2022  
Município de Schroeder

## EDITAL DE PUBLICIDADE 004/2022

Publicação Nº 4041405

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 012/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/25637 – FCEI 45762

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com validade até 07/10/2022, formulado pelo empreendimento CASA NOVA INCORPORADORA LTDA, inscrito no CNPJ nº 36.464.697/0001-07, para a atividade 71.11.01 – Condomínios de casas ou edifícios, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, situado na Rua Nilto Dalri, nº 366, bairro Bananal do Sul, no município de Guaramirim, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Artur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Guaramirim, 15 de julho de 2022  
Município de Guaramirim

## CIS/AMERIOS

### RESOLUCAO 05.2022

Publicação Nº 4041332

RESOLUÇÃO Nº 005/2022/CIS AMERIOS

CONCEDE FÉRIAS A ASSESSORA ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Entre Rios CIS AMERIOS - no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao Contrato de Consórcio Público e Protocolo de Intenções

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias com abono de 1/3 para a empregada CRISTIANE MARTIM, relativo ao período aquisitivo de 15/02/2021 a 14/02/2021, a contar de 18/07/2022 a 01/08/2022, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha/SC, aos 15 de Julho de 2022.

DIRCEU SILVEIRA  
Presidente do CIS/AMERIOS  
Prefeito de Modelo

**CONSAD****PORTARIA Nº 17, DE 15 DE JULHO DE 2022 - CONCEDE FÉRIAS FUNCIONÁRIA**

Publicação Nº 4040928

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE JULHO DE 2022  
CONCEDE FÉRIAS FUNCIONÁRIA.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 07.272972/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Vandecir Dorigon, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Em conformidade e amparado pelo Estatuto do Consórcio, nos termos da Lei de Consolidação do Trabalho, conceder férias a funcionária Elisete Simioni, portadora da Matrícula nº 10, CPF sob nº 040.807.179-62, que exerce a função de Diretora Administrativa e Financeira no período de 18/07/2022 a 31/07/2022, referente ao período aquisitivo de 27/06/2020 a 26/06/2021, os demais dias desse período serão usufruídos em outra data oportuna.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 15 de Julho de 2022.

Vandecir Dorigon  
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publique-se

Elisete Simioni  
Diretora Administrativa e Financeira

**PORTARIA Nº 18, DE 15 DE JULHO DE 2022 - CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA**

Publicação Nº 4040929

PORTARIA Nº 18, DE 15 DE JULHO DE 2022  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 07.272972/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Vandecir Dorigon, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Em conformidade e amparado pelo Estatuto do Consórcio, nos termos da Lei de Consolidação do Trabalho, conceder férias a funcionária Carla Fernanda Sandri, portadora da Matrícula nº 20, CPF sob nº 054.545.059-43, que exerce a função de Diretora do Programa SUASA, no período de 18/07/2022 a 27/07/2022, referente ao período aquisitivo de 01/10/2020 a 30/09/2021, totalizado um período de 10 (dez dias), finalizando assim o gozo das férias desse período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 15 de Julho de 2022.

Vandecir Dorigon  
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publique-se

Elisete Simioni  
Diretora Administrativa e Financeira

**PORTARIA Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2022 - CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO**

Publicação Nº 4040933

PORTARIA Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2022  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 07.272972/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Vandecir Dorigon, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Em conformidade e amparado pelo Estatuto do Consórcio, nos termos da Lei de Consolidação do Trabalho, conceder férias ao

funcionário Rafael Dal Ri Segatto, portador da Matrícula nº 19, CPF sob nº 009.885.759-22, que exerce a função de Médico Veterinário, no período de 25/07/2022 a 03/08/2022, referente ao período aquisitivo de 17/06/2020 a 16/06/2021, totalizado um período de 10 (dez dias), finalizando assim o gozo das férias desse período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 15 de Julho de 2022.

Vandecir Dorigon  
Presidente do Consórcio

Registra-se e Publique-se

Elisete Simioni  
Diretora Administrativa e Financeira